



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



**GABRIELA PIOVESAN LEITÃO TIBOLA**

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RISCO E A PROTEÇÃO LEGAL ÀS  
MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO *FORMULÁRIO NACIONAL  
DE AVALIAÇÃO DE RISCO* NA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO  
GRANDE/MS**

Campo Grande/MS

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

GABRIELA PIOVESAN LEITÃO TIBOLA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RISCO E A PROTEÇÃO LEGAL ÀS  
MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO *FORMULÁRIO NACIONAL  
DE AVALIAÇÃO DE RISCO* NA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO  
GRANDE/MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: 2. Estudos Linguísticos

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti.

Campo Grande/MS

2025

---

T431c Tibola, Gabriela Piovesan Leitão

A construção discursiva do risco e a proteção legal às mulheres: uma análise crítica do gênero Formulário Nacional de Avaliação de Risco na Casa da Mulher Brasileira, de Campo Grande/MS / Gabriela Piovesan Leitão Tibola. – Campo Grande, MS: UEMS, 2025.

180 p.

Dissertação – (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti

1. Análise Crítica de Gêneros 2. Formulário Nacional de Avaliação de Risco 3. Casa da Mulher Brasileira 4. Campo Grande-MS I. Ferretti, Vanessa Arlésia de Souza II. Título

CDD 23. ed. - 401.41

GABRIELA PIOVESAN LEITÃO TIBOLA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RISCO E A PROTEÇÃO LEGAL ÀS  
MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO *FORMULÁRIO NACIONAL  
DE AVALIAÇÃO DE RISCO* NA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO  
GRANDE/MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: 2. Estudos Linguísticos

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª. Dra. Vanessa Arlesia de Souza Ferretti (Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. Adair Bonini (membro externo)  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

---

Profª. Dra. Aline Saddi Chaves (membro interno)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande - MS, 27 de agosto de 2025.

*Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas.  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.  
Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes – agora – o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.  
**Conceição Evaristo***

## AGRADECIMENTOS

O reconhecimento é essencial para entendermos que estamos onde estamos por conta das pessoas que nos cercam. A jornada é sempre mais leve quando temos ao nosso lado com quem contar, para quem chorar, para quem reclamar e com quem sonhar junto. E, esta dissertação é a realização de um dos meus sonhos da vida e, com toda certeza, nenhuma destas páginas estariam escritas se eu não tivesse ao meu lado pessoas tão importantes e especiais.

Começo agradecendo para aquele que nem todas as palavras do mundo seriam o suficiente para expressar minha gratidão, ao meu amor da vida: Albino. Você foi, é e sempre será o meu porto seguro, aquele que me sustenta e não me deixa cair, que acredita em mim – mesmo quando eu não acredito. Obrigada.

Agradeço a Alice, minha filha, meu amor, meu tudo. É por você e para você todos os meus passos e as minhas vitórias. Obrigada por me fazer a mulher que eu sou, porque é por você que eu luto para um mundo melhor.

Agradeço a minha mãe, Gislaine, a maior referência feminina da minha vida. Herdei a sua força e a sua dedicação, sem você nada disso seria possível. Você sempre será o meu exemplo.

Agradeço a minha irmã, Ana Clara, por ser luz em momentos de sombra; e risadas em meio a tanto choro. Obrigada por me encorajar, me empoderar e ter sido tão importante em todas as situações da minha vida, inclusive essa.

Agradeço a Vanessa, minha orientadora, que não largou minha mão em nenhum momento, que me impulsionou para que eu chegasse mais longe e mais alto.

Agradeço a Ariadne, minha amiga, pela reciprocidade, pelo impulsionamento, por acreditar em mim e saber que também acredito em você. Em tantos momentos, você foi tão essencial e talvez nem sabia. Obrigada.

Agradeço a todos os amigos, as amigas, os familiares e todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e ao Programa Institucional de Bolsas de Apoio à Pós-Graduação (PIPAB) pela concessão da bolsa de estudos durante 12 meses do meu mestrado, o que foi fundamental para a realização desta pesquisa e para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

TIBOLA, Gabriela Piovesan Leitão. **A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RISCO E A PROTEÇÃO LEGAL ÀS MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO NA CASA DA MULHER BRASILEIRA, DE CAMPO GRANDE/MS**. 2025. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2025.

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como tema a relação entre a linguagem e o poder simbólico no contexto da Casa da Mulher Brasileira, de Campo Grande/MS (CMB/MS), analisando como os gêneros discursivos estruturam práticas sociais e participam da implementação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Pautada na Análise Crítica dos Gêneros Discursivos (ACG), com base em autores e autoras como Fairclough (2001), Chouliaraki e Fairclough (1999), Bonini (2010; 2011), Bakhtin (2011), Volóchinov (2018), Bazerman (2020), entre outros/as; o trabalho tem o **objetivo geral** de investigar como o gênero discursivo *Formulário Nacional de Avaliação de Risco* (FNAR) se insere nas práticas institucionais da Casa da Mulher Brasileira, em Mato Grosso do Sul (CMB-MS), considerando seus efeitos sobre a implementação e a operacionalização das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero. Nesse sentido, os objetivos específicos são: i. descrever o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) como um gênero discursivo, relacionando-o com os documentos nacionais e internacionais que o instituem; ii. analisar como as/os operadoras/es de justiça e políticas públicas avaliam o FNAR, considerando as noções de risco e a relação do documento com os atendimentos realizados por essas/es profissionais na CMB; iv. compreender como o percurso do FNAR no âmbito da rede de práticas da CMB se relaciona com a integração intersetorial da instituição. A **metodologia** é interpretativista e qualitativa e inclui a descrição e análise do FNAR como um gênero do discurso, através da ACG e da ACD, entrevistas semiestruturadas com operadoras/es da justiça e de políticas públicas que atuam ou já atuaram direta ou indiretamente com o FNAR na CMB-MS. Os **resultados** apontam que o FNAR é um formulário, que apesar de ser percebido como um gênero de baixa dialogicidade, apresenta uma grande cadeia de gêneros que o instituem e o constituem, além de contar com diferentes interlocutores, como a participação ativa da/o profissional da CMB-MS no seu preenchimento, atuando como uma mediação da narrativa da mulher denunciante. Ainda, foram verificados alguns entraves significativos na aplicação prática do FNAR, como a fragilidade na comunicação intersetorial, o fluxo verticalizado do documento, falta de capacitações e treinamentos direcionados às/aos profissionais que integram a CMB-MS etc. Este trabalho contribui para os Estudos Críticos do discurso e para as políticas públicas de gênero, apontando a necessidade de pesquisas futuras que ampliem a perspectiva institucional e dialoguem com outras vozes.

Palavras-chave: Análise Crítica de Gêneros; Formulário Nacional de Avaliação de Risco; Casa da Mulher Brasileira; Campo Grande/MS

TIBOLA, Gabriela Piovesan Leitão. **THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF RISK AND THE LEGAL PROTECTION OF WOMEN: A CRITICAL ANALYSIS OF THE NATIONAL RISK ASSESSMENT FORM GENRE IN THE CASA DA MULHER BRASILEIRA, CAMPO GRANDE/MS.** 2025. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2025.

**ABSTRACT:** This research focuses on the relationship between language and symbolic power within the context of the Casa da Mulher Brasileira, in Campo Grande/MS (CMB/MS), analyzing how discursive genres structure social practices and contribute to the implementation of public policies aimed at combating violence against women. Grounded in the Critical Analysis of Discursive Genres (ACG), and based on authors such as Fairclough (2001), Chouliaraki and Fairclough (1999), Bonini (2010; 2011), Bakhtin (2011), Voloshinov (2018), Bazerman (2020), among others, the general objective of this study is to investigate how the discursive genre *Formulário Nacional de Avaliação de Risco* (FNAR) is embedded in the institutional practices of the Casa da Mulher Brasileira in Mato Grosso do Sul (CMB-MS), considering its effects on the implementation and operationalization of public policies to combat gender-based violence. In this sense, the specific objectives are: i. to describe the *Formulário Nacional de Avaliação de Risco* (FNAR) as a discursive genre, relating it to the national and international documents that establish it; ii. to analyze how justice and public policy professionals assess the FNAR, considering notions of risk and the document's relation to the services provided by these professionals at the CMB; iii. to understand how the circulation of the FNAR within the CMB's network of practices relates to the institution's intersectoral integration. The methodology is interpretative and qualitative, and includes the description and analysis of the FNAR as a discursive genre, through both ACG and CDA (Critical Discourse Analysis), as well as semi-structured interviews with justice and public policy professionals who currently work or have worked directly or indirectly with the FNAR at CMB-MS. The results show that the FNAR is a form which, despite being perceived as a genre with low dialogicality, is part of a large chain of genres that establish and constitute it. It also involves different interlocutors, including the active participation of the CMB-MS professional in completing the form, who acts as a mediator of the narrative provided by the woman filing the report. Moreover, some significant challenges in the practical application of the FNAR were identified, such as weak intersectoral communication, the document's verticalized flow, lack of training and capacity building for professionals working at CMB-MS, among others. This research contributes to Critical Discourse Studies and to gender-focused public policies, highlighting the need for future studies that expand the institutional perspective and engage with other voices.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Risk Assessment Form; Casa da Mulher Brasileira in Campo Grande/MS.

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso .....	25
Figura 2 - Componentes e Interações da Prática Social .....	26
Figura 3 - Avaliação estruturada para medir o risco .....	54
Figura 4 – Classificação de risco Danger Assessment.....	59
Figura 5 - Indicadores de risco segundo características da vítima, do agressor e do .....	62
Figura 6 - Percurso do FNAR na CMB-MS .....	75

### **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Esquema metodológico a partir dos Estudos Críticos de Discurso .....	48
Quadro 2 - Padrões de descrição .....	50
Quadro 3 - Evolução dos instrumentos de avaliação de risco .....	52
Quadro 4 - Documentos consultados pelo CNMP para a elaboração do FNAR.....	57

## Lista de Abreviações

- ACD** — Análise Crítica do Discurso
- ACG** — Análise Crítica de Gêneros Discursivos
- ADTO** — Análise Textualmente Orientada
- CMB** — Casa da Mulher Brasileira
- CMB-MS** — Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS
- CEAM** — Centro de Atendimento à Mulher
- CESeC** — Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
- CRAS** — Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** — Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CIDH** — Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- CNJ** — Conselho Nacional de Justiça
- CNMP** — Conselho Nacional do Ministério Público
- CEDAW** — Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- DEAM** — Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
- E-Maria** — European Manual on Risk Assessment
- FRIDA** — Formulário de Avaliação de Risco
- FNAR** — Formulário Nacional de Avaliação de Risco
- IMOL** — Instituto de Medicina e Odontologia Legal
- LMP** — Lei Maria da Penha
- LA** — Linguística Aplicada
- MPU** — Medida Protetiva de Urgência
- MMFDH** — Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos
- OMS** — Organização Mundial da Saúde
- ONDH** — Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
- PNEVCM** — Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- PNPM** — Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- SPM** — Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres
- SEMU** — Subsecretaria de Políticas para a Mulher

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1 – GÊNERO E DISCURSO: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE .....	19
1.1 Os gêneros discursivos .....	20
1.2 O discurso e sua relação com os gêneros .....	24
1.4 Os gêneros e suas relações dialógicas .....	30
1.5 Marcas linguísticas e as posições do sujeito no discurso .....	33
CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES E A CASA DA MULHER BRASILEIRA: UM OLHAR HISTÓRICO .....	36
2.1 Da invisibilidade à resiliência: a evolução das políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil.....	36
2.2 O surgimento da Casa da Mulher Brasileira: um marco na proteção e assistência às mulheres vítimas de violência.....	43
CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS .....	45
3.1 Tipo de pesquisa.....	46
3.2 Etapas da pesquisa.....	49
CAPÍTULO 4 – O FNAR e sua cadeia dialógica ampla: as vozes de normativas nacionais e internacionais.....	52
4.1 Origem e Descrição do FNAR em âmbito nacional.....	52
4.2 Os elos entre o FNAR e os documentos internacionais .....	57
4.2.1 Intertextualidade e a cadeia de gêneros: diálogos entre o FNAR, FRIDA e documentos internacionais.....	58
4.2.1 Indicadores sobre o perfil do agressor.....	61
4.2.3 Indicadores sobre o perfil da vítima .....	64
4.2.4 A interseccionalidade e as limitações dos instrumentos de avaliação de risco .....	66
4.4 O FNAR como gênero discursivo: estrutura e cadeia de interlocução .....	68
4.7 O gênero discursivo FNAR a partir das esferas que o constituem .....	74
CAPÍTULO 5 – O FNAR E SUA CADEIA DIALÓGICA IMEDIATA: AS VOZES DE OPERADORES DA JUSTIÇA.....	77
5.1 A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS como lugar de produção discursiva do FNAR .....	77

5.2 Vozes institucionais sobre o FNAR: o uso do formulário na prática das operadoras da CMB-MS .....	81
5.2.1 “O feminicídio é uma loteria”? A construção discursiva do risco na voz das operadoras da justiça e de políticas públicas na CMB-MS .....	82
5.2.2 “Agora o questionário de risco tá assim de boa”: definição e avaliação do FNAR pelas operadoras de políticas públicas e de justiça da CMB-MS .....	91
5.2.3 Atendimento “drive thru”? limites da integração intersetorial na CMB-MS .....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
REFERÊNCIAS .....	116
APÊNDICE A .....	121
APÊNDICE B .....	123
APÊNDICE C .....	125
APÊNDICE D .....	128
APÊNDICE E .....	137
APÊNDICE F .....	145
ANEXO I .....	152
ANEXO II .....	155
ANEXO III .....	159
ANEXO IV .....	164
ANEXO V .....	175

## INTRODUÇÃO

A linguagem, em suas múltiplas formas, não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento pelo qual o poder opera. Os gêneros discursivos, por exemplo, são tipos de textos que organizam e moldam a maneira como as informações são apresentadas e interpretadas na realidade discursiva, influenciando as percepções e as ações dos indivíduos (Fairclough, 2001).

No contexto da violência contra a mulher, especialmente quando se aponta para as políticas públicas de proteção a esse grupo, a linguagem também não se restringe a um veículo de informação, ela se torna uma ferramenta de construção de realidades sociais, de afirmação de direitos e de organização do próprio tecido social. Desse modo, esta pesquisa busca compreender como esse poder simbólico – conceituado por Bourdieu (1989) –, que a linguagem carrega, manifesta-se através de um instrumento utilizado no âmbito do combate às violências contra as mulheres: o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR).

De modo geral, o **objetivo** desta pesquisa é **investigar como o gênero discursivo Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) se insere nas práticas institucionais da Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul (CMB-MS), considerando seus efeitos sobre a implementação e a operacionalização das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero**. Especificamente, o estudo se debruçará sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR), preenchido pelo setor psicossocial da CMB-MS, por meio do qual se efetivam diversas práticas sociais nas distintas esferas profissionais da instituição.

Essa reflexão sobre o papel dos gêneros discursivos na construção de práticas sociais e, em especial, na execução de políticas públicas é essencial, pois nos permite enxergar a atuação dos agentes de justiça e das políticas públicas não apenas como uma formalidade burocrática, mas como um exercício de poder, de escolha e de responsabilidade diante da realidade de mulheres que enfrentam a violência – contexto no qual a linguagem aparece como um aspecto central.

Nesse sentido, os **objetivos específicos** desta dissertação são: i. descrever o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) como um gênero discursivo, relacionando-o com os documentos nacionais e internacionais que o instituem; ii. analisar como as/os operadoras/es de justiça e políticas públicas avaliam o FNAR, considerando as noções de risco e a relação do documento com os atendimentos realizados por essas/es profissionais na CMB; iv. compreender

como o percurso do FNAR no âmbito da rede de práticas da CMB se relaciona com a integração intersetorial da instituição.

Para atingir os objetivos propostos, faz-se necessário esclarecer os pressupostos conceituais basilares para a pesquisa. Assim sendo, o **primeiro capítulo** é dedicado à apresentação e discussão dos fundamentos teóricos, em especial os conceitos de *gênero discursivo*, *discurso*, *práticas sociais e discursivas* e *modalização*, sob a perspectiva dos estudos linguísticos, especialmente aqueles ancorados na Linguística Aplicada (LA) e na Análise Crítica do Discurso (ACD), com foco na Análise Crítica dos Gêneros Discursivos (ACG). Além disso, o capítulo se aprofunda na análise da interação entre esses conceitos e suas diferentes concepções, particularmente em contextos situacionais específicos.

O capítulo inicial tem o aporte teórico dos *gêneros discursivos*. Parte-se da compreensão de que os gêneros, para além de meras classificações textuais, constituem *práticas sociais* situadas, produzidas historicamente e atravessadas por relações de poder, valorações e identidade. Ao longo das últimas décadas, os estudos de gêneros do discurso avançaram no sentido de compreendê-los como formas de agir socialmente através da linguagem, conforme apontado por Bakhtin (2011) e ampliado por autores como Bonini (2010; 2011), Bawarshi e Reiff (2014), Bazerman (2020) etc.

Do mesmo modo, discute-se o termo *discurso* e como este é aplicado dentro das análises discursivas, principalmente na Análise Textualmente Orientada (ADTO), de Fairclough (2001). Assim, elementos como *práticas discursivas e sociais* também são levantados por se fazerem essenciais dentro da discussão analítica desta pesquisa. Isso porque as práticas sociais são influenciadas e influenciam os discursos em um ciclo constante de retroalimentação. E as práticas discursivas materializam toda a realidade em que culminam esses discursos. Nesse sentido, os discursos não apenas representam o mundo, mas também o constituem (Fairclough, 2001), operando na (re)produção de desigualdades e na manutenção ou contestação de estruturas de poder.

Assim, a articulação entre os conceitos de gênero e discurso torna-se ainda mais relevante quando se considera o dialogismo de Bakhtin (2011) entre os gêneros discursivos, isto é, a relação de interdependência, resignificação e tensão entre diferentes formas de dizer e agir socialmente. O dialogismo, atribuído ao Círculo de Bakhtin, implica a presença de vozes diversas em todo enunciado, evidenciando que os gêneros discursivos se constituem sempre em resposta a outros gêneros, assim como também Bazerman (2020) aponta, que não existem gêneros que emergem de um marco zero. Desse modo, compreender os gêneros do discurso em

sua dimensão dialógica é fundamental para a análise proposta nesta pesquisa, uma vez que o objeto empírico, FNAR, se constrói justamente na articulação entre diferentes vozes institucionais, jurídicas e sociais, tensionando práticas, saberes e políticas públicas.

O **segundo capítulo** tem como propósito apresentar um panorama histórico-crítico das políticas voltadas ao enfrentamento das violências contra as mulheres no Brasil, com especial aos marcos legais, institucionais e discursivos que sustentaram/sustentam sua formulação e implementação.

Ainda nesse capítulo, faz-se um breve histórico da criação da Casa da Mulher Brasileira e, ainda, discute-se sua importância dentro das políticas de combate à violência doméstica no Brasil. A instituição desempenha um papel importante na promoção dos direitos humanos das mulheres e na prevenção e combate à violência de gênero no Brasil.

Ao invés de uma simples enumeração de políticas públicas, pretende-se aqui uma leitura crítica que considera a materialização dessas ações nas práticas concretas de atendimento e proteção às mulheres, bem como os atravessamentos interseccionais – como gênero, raça, classe etc. – que afetam a efetividade dessas políticas. A análise demonstrará que, embora as políticas públicas tenham incorporado progressivamente a linguagem de direitos humanos e igualdade de gênero, a fragmentação dos serviços e a falta de uma efetiva articulação intersetorial são entraves para a sua aplicação.

Assim, busca-se demonstrar como a trajetória das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres revela avanços importantes, mas também expõe contradições e silenciamentos, especialmente quando confrontada com as práticas cotidianas dos serviços. Essa reflexão crítica permite compreender de forma mais complexa o contexto em que o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) foi concebido e passou a ser utilizado, situando-o no interior de uma política que, embora avance no plano formal, ainda enfrenta limites concretos para garantir proteção integral às mulheres.

No **terceiro capítulo**, apresentam-se os pressupostos metodológicos que orientam a presente pesquisa, os quais se articulam ao seu posicionamento epistemológico e aos objetivos de investigação. Considerando que nenhuma escolha metodológica é neutra, parte-se do entendimento de que a metodologia adotada reflete um compromisso com uma abordagem crítica e interpretativista, capaz de dar visibilidade às práticas discursivas, relações de poder e de hierarquia e as múltiplas vozes que atravessam o objeto analisado e seu contexto de produção. Assim, foram delineadas as estratégias de geração e análise de dados que permitiriam

abarcam e compreender os sentidos produzidos em torno do risco e da proteção nas interações institucionais relacionados à circulação do FNAR na CMB-MS.

Nesse sentido, a pesquisa é qualitativa e se insere na tradição interpretativista, cujas abordagens buscam apreender significados sociais a partir da experiência situada. Conforme aponta Mason (1998), a pesquisa qualitativa visa gerar dados em ambientes naturais, o que, nesta dissertação, significa analisar o gênero discursivo FNAR, os discursos produzidos sobre o FNAR e a noção de risco pelas operadoras de justiça e de políticas públicas da CMB-MS, considerando suas práticas profissionais, a depender de cada esfera profissional. A construção de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com três (03) profissionais que atuam ou já atuaram na CMB-MS, análise e descrição do gênero discurso FNAR, bem como de exemplares de formulários já preenchidos fornecidos pela Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU) para a pesquisa.

A base teórico-metodológica da pesquisa está ancorada na Análise Crítica de Gêneros Discursivos (ACG), abordagem que tem como base a Análise Crítica do Discurso (ACD), parte da Grande Área da Linguística Aplicada, nos Estudos Críticos. Conforme Bonini (2011), essa perspectiva compreende que a pesquisa de um determinado gênero “pode se aproximar de uma reflexão sobre as assimetrias nas identidades e relações sociais” (Bonini, 2011, p. 694). A análise está fundamentada, portanto, em autores como Bakhtin (2011), Volóchinov (2018), Bonini (2010; 2011), Fairclough (2001), Fairclough e Chouliaraki (1999), que contribuem para a compreensão dos discursos como práticas materializadas em textos, interações e, especialmente, instituições.

Adiante, no **capítulo 4**, busca-se descrever e analisar o FNAR como parte de uma cadeia dialógica de gêneros, composta por documentos nacionais e internacionais, práticas e discursos institucionais e jurídicos. A proposta deste capítulo é compreender o FNAR não apenas como um instrumento isolado da CMB-MS, mas como um gênero discursivo situado em uma rede intertextual e interinstitucional, que se constrói a partir de várias vozes, nacionais e internacionais, institucionais, sociais e jurídicas, engajadas na formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Tal análise permite observar que as vozes dialogam, tensionam e orientam – sugestiva ou normativamente – as práticas de proteção às mulheres em situação de violência no contexto da CMB-MS.

Assim, o capítulo demonstra que a construção e instituição do FNAR ocorreu de forma estratégica e planejada a partir de normas, legislações, decretos e programas que contribuíram

para a elaboração de todas as versões do formulário brasileiro, desde o FRIDA, em 2019, até a versão atual do FNAR, que é usada na CMB.

Para além do caráter normativo, o quarto capítulo também apresenta o fluxo do FNAR dentro da CMB-MS – desde o seu preenchimento até sua circulação pelos outros setores da instituição. A análise desse fluxo permite identificar não apenas os sujeitos envolvidos diretamente, mas também os interlocutores indiretos desse gênero. Além disso, é possível perceber, também, como a função do FNAR, como medidor de risco ao qual a mulher está submetida, é ampliada, silenciada ou ressignificada na prática institucional.

O **capítulo 5** tem o objetivo de apresentar a cadeia dialógica imediata do FNAR, ou seja, a análise do formulário como prática discursiva situada no cotidiano institucional da CMB-MS, especialmente a partir das vozes das profissionais que operam ou já operaram a política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher nesse contexto. Ao observar a CMB-MS como um espaço de produção, circulação e recepção do FNAR, busca-se compreender como o formulário é apropriado, ressignificado e tensionado na materialidade das interações institucionais.

Além de apresentar a esfera de produção do gênero FNAR – a CMB-MS – a partir de dados de atendimento e suas relações com o formulário, esse capítulo também visa analisar as entrevistas das três operadoras de políticas públicas que lidam ou já lidaram direta ou indiretamente com o FNAR na instituição, são duas profissionais do setor psicossocial – uma psicóloga e uma assistente social – e uma profissional da DEAM – uma delegada plantonista. A partir da fala das interlocutoras é possível refletir criticamente sobre os sentidos atribuídos ao/pelo FNAR, buscando: i) apresentar e analisar a forma que as/os operadoras de justiça e de políticas públicas avaliam o risco a que a mulher denunciante está sendo submetida; ii) definir a avaliação da aplicação do FNAR pela voz das profissionais em seu uso dentro da instituição CMB-MS; e iii) analisar como as operadoras entendem a integração do FNAR em relação às esferas profissionais da CMB-MS.

Enfim, há as **considerações finais**, que abordam as reflexões acerca dos impactos do FNAR nas ações de políticas públicas da CMB-MS, também, sobre os resultados das análises das entrevistas.

Por fim, nessa última seção, ainda, aponta-se que a pesquisa contribui para os Estudos Críticos da linguagem dentro do discurso institucional e das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar, uma vez que dá visibilidade às práticas e às vozes das profissionais da CMB-MS. Reconhece-se, contudo, algumas limitações na investigação,

como o número de entrevistadas e a ausência das vozes dos/as profissionais do Judiciário, apontando a necessidade de novos estudos que ampliem o debate, o que cumpre, em certa medida, a etapa de autorreflexão do fazer científico, como propõem Chouliaraki e Fairclough (1999).

## CAPÍTULO 1 – GÊNERO E DISCURSO: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE

Propõe-se, neste capítulo, uma fundamentação teórica sobre o conceito de *gênero* sob o prisma dos estudos discursivos, abordando como ele se estabelece em contextos variados. A concepção de gênero, tradicionalmente visto como uma forma de classificação textual, foi se transformando ao longo das últimas décadas, especialmente com estudos que exploram sua dimensão como uma prática social situada.

Diferentemente das abordagens neoclássicas que buscavam categorizar os gêneros textuais como fixos e estáticos, estudos contemporâneos compreendem-nos como um fenômeno dinâmico, emergentes das interações sociais e moldados pelas necessidades comunicativas de cada contexto específico (Bawarshi; Reiff, 2013). Essa nova visão permite que o gênero discursivo seja interpretado não apenas como uma forma de organizar os textos, mas como uma maneira de organizar práticas sociais e culturais, moldando e sendo moldado pela realidade na qual está inserido.

Além disso, o termo *discurso* também possui múltiplas concepções e abordagens dentro da Linguística, sendo amplamente disseminado por autores como Foucault. De acordo com Fairclough (2001), o filósofo teve um papel fundamental na consolidação do discurso como um objeto de análise, definindo-o como uma “realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (Foucault, 1996, p. 8), que não pertence ao sujeito, ainda que por ele utilizado.

Como adendo, a principal distinção entre os trabalhos de Fairclough e Foucault reside na diferença entre as visões de sujeito e de discurso de cada um. Para Foucault, o discurso é um regime de significação, enquanto pra Fairclough, como já mencionado, é tido como uma prática social. Já o sujeito foucaultiano é assujeitado, ou seja, é formado e moldado pelas práticas discursivas e institucionais, sendo, ao mesmo tempo, um efeito de poder e um ponto de sua reprodução. Em Fairclough, por outro lado, o sujeito é relativamente consciente, pois, ainda que seja constituído pelas estruturas sociais e pelos discursos que o atravessam, possui certa agência para refletir criticamente sobre eles e, a partir daí, transformá-los.

Então, segundo a perspectiva de Fairclough (2001), o discurso não apenas reflete as interações sociais, mas também manifesta estruturas de poder e relações de dominação e resistência que permeiam a sociedade. Nesse sentido, o discurso é simultaneamente constitutivo e constituído, tendo participação e sendo participante ativo da organização social e do contexto histórico.

Dessa forma, esse capítulo busca construir uma base conceitual para a análise de gêneros discursivos, abordando a partir das definições de discurso e gêneros do discurso, as interpretações mais recentes que ampliam seu escopo para além da visão textual, promovendo, desse modo, uma ferramenta de compreensão e atuação nas práticas sociais. Nas seções que seguem, abordaremos primeiramente os conceitos fundamentais: *gênero discursivo*, *discurso* e *o dialogismo em relação aos gêneros discursivos*.

### 1.1 Os gêneros discursivos

O conceito de *gênero* – sob o prisma dos estudos linguísticos – será tratado aqui, conforme pontuado anteriormente, no âmbito dos estudos discursivos. Bawarshi e Reiff (2013) apresentam uma trajetória que conta a história da concepção de gênero e a dividem em três grandes momentos: a tradição retórica clássica, os estudos literários e gênero como ação social. Nessa perspectiva, o primeiro momento conceituou gênero como as formas estáveis do discurso, classificadas para ensinar fala e escrita. Essa visão normativa predominou durante muito tempo, tratando os gêneros como modelos fixos a serem imitados.

Somente no século XX, com os estudos literários, o foco de gênero passou a ser mais interpretativo e estético. O objetivo, neste período, era buscar entender como as formas literárias estruturavam o sentido das obras. Adiante, a partir das décadas de 1970 e 1980, com o avanço da linguística textual, dos estudos do discurso e da pedagogia de escrita, Bawarshi e Reiff (2013) apontam para o surgimento de uma visão mais social de gênero. Começou-se a enxergar os gêneros não apenas como formas textuais, mas como ações situadas em contextos específicos, moldadas pelas práticas sociais. Nesse período, surgiram movimentos importantes, como a Teoria Russa dos Gêneros (inspirada por Bakhtin).

Os autores destacam que esse deslocamento – de gênero como forma textual para gênero como prática social – mudou a maneira de ensinar e pesquisar a escrita. O interesse começou a se voltar em como os gêneros operam dentro de sistemas de atividades humanas, como moldam e são moldados pelas relações de poder e pelas comunidades discursivas.

Assim, os gêneros discursivos são compreendidos como formas dinâmicas, embora carreguem padrões relativamente estáveis, estão sempre em transformação conforme mudam os contextos sociais e as necessidades comunicativas (Bakhtin, 2011). Além disso, Bawarshi e

Reiff (2013) ressaltam que aprender um gênero é também uma maneira de participar de uma atividade social.

Nessa concepção – na qual será ancorada esta pesquisa –, os gêneros são entendidos como “formas de conhecimento cultural que emolduram e medeiam conceitualmente a maneira como entendemos e agimos tipicamente em diversas situações” (Bawarshi; Reiff, 2013, p. 16).

Nesse mesmo contexto, Bakhtin (2011) analisa que os gêneros discursivos podem ser formas “relativamente estáveis” (Bakhtin, 2011, p. 262) do enunciado<sup>1</sup>, isto é, o sujeito se utiliza de uma ilimitada seleção de gêneros discursivos a depender do campo de atividade humana em que se encontra e, esses gêneros estão acessíveis na sociedade assim como a língua materna, há um consenso social para estas utilizações. Assim, é possível inferir, sob a perspectiva de gêneros do discurso de Bakhtin, que todas as manifestações discursivas dos sujeitos são materializadas na forma de enunciados. Eles são as forças que regulam o ato da linguagem e o sentido do discurso. E, ainda, estão condicionados às regras estruturais da sociedade, que são mutáveis. Dessa forma, cada enunciado pode ser citado, porém nunca repetido, pois a situação será nova, um novo acontecimento.

Dessa maneira, cada contexto demanda características relativas de algum tipo de gênero discursivo e, conforme surgem novas esferas de atividades humanas, Bakhtin (2011) afirma que aparecem, na mesma medida, novos gêneros do discurso com suas próprias finalidades discursivas. Nesse sentido, Fiorin (2008, p. 61) corrobora que, nesse estudo bakhtiniano, o “ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas”.

Assim como mencionado, Bawarshi, Reiff (2013) e a perspectiva bakhtiniana concentram-se em como a linguagem é moldada por, e simultaneamente molda, as esferas da atividade humana. Desse modo, a conexão entre os pensamentos destaca um entendimento dinâmico da linguagem como algo que é tanto formado por quanto formativo das práticas sociais. A linguagem, através dos gêneros discursivos, não é apenas um meio de expressão, mas uma força ativa na formação da realidade cultural e social, mediando continuamente as interações e percepções humanas.

É importante, dessa maneira, distinguir entre os gêneros do discurso primários e secundários, conforme propostos por Bakhtin. Em síntese, os gêneros do discurso classificados como primários por Bakhtin (2011) são comunicações espontâneas, pouco elaboradas e que

---

<sup>1</sup> O conceito de enunciado, partindo das ideias do Círculo de Bakhtin, relaciona-se diretamente com interação e diálogo, fundamentais para a compreensão da linguagem como uma atividade social.

fazem parte do cotidiano dos falantes. Já os secundários, inicialmente parecem contrariar a tese em que se coloca que os gêneros do discurso precisam da “alternância dos sujeitos do discurso” (Bakhtin, 2011, p. 275), isso porque geralmente esses são mediados pela escrita e o falante – ou quem escreve – “coloca questões no âmbito do seu enunciado, responde a elas mesmas, faz objeções a si mesmo e refuta suas próprias objeções” (Bakhtin, 2011, p. 275). Porém, essas situações são reproduções da comunicação discursiva, o diálogo entre falantes, que nasce nos gêneros primários. Assim, o que irá diferenciar essas duas concepções será o nível de complexidade do discurso.

Para essas análises e estudos sobre a natureza dos enunciados, os campos de atividade humana em que são empregados são, portanto, de extrema importância: “em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo” (Bakhtin, 2011, p. 266). Essa concepção também é sustentada pela afirmação de Bakhtin:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo” (Bakhtin, 2011, p. 262)

A formação dos gêneros discursivos envolve a dinâmica histórica de cada um dos sistemas que se desenvolvem dentro desses gêneros. Bakhtin (2011) descreve esses sistemas como “correias de transmissão” entre a história da sociedade e a história da linguagem. Cada gênero discursivo é influenciado por diversos contextos sociais, históricos e culturais, todos interligados e que contribuem para a sua formação e evolução.

Ainda, Bakhtin (2011) enfatiza que as tipificações temática e estilístico-composicional são elementos fundamentais na constituição dos gêneros discursivos. Elas definem não apenas o conteúdo que será abordado, mas também a forma e o estilo com que esse conteúdo é articulado, ou seja:

esses enunciados refletem a condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional (Bakhtin, 2011, p. 261).

Nesse sentido, a tipificação temática está relacionada ao conteúdo e à forma do tratamento que os temas recebem em um gênero discursivo específico, sendo essencial para a construção do sentido no discurso e, mais do que isso, no contexto – esfera – que está inserido.

Ademais, Bakhtin (2011, p. 265) salienta que “todo estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso”. Dessa forma,

todo enunciado, seja primário ou secundário, e esteja em qualquer esfera de comunicação, “é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante” (Bakhtin, 2011, p. 265). Dessa forma, cada gênero discursivo pode ter seu próprio estilo. Entretanto, alguns gêneros discursivos não têm propensão à individualidade:

As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção etc. (Bakhtin, 2011, p. 265).

Ainda, Bakhtin (2001) aponta que a tipificação estilístico-composicional de cada gênero discursivo é relacionada às condições específicas de cada esfera de atividade humana de que o gênero faz parte.

A tipificação temática e a composição estilístico-composicional permitem que os gêneros discursivos se mantenham reconhecíveis e funcionalmente adequados aos seus contextos de uso. Bakhtin (2001) reforça que, à medida que os gêneros do discurso evoluem, a relação entre conteúdo e forma se torna cada vez mais complexa, refletindo as transformações históricas e sociais em que esses estão inseridos. Essa dinâmica revela o caráter histórico e dialógico dos gêneros discursivos.

Cada gênero, ao ser produzido em uma situação discursiva concreta, traz consigo uma carga de valorações preexistentes, adquiridas em suas produções anteriores e, ao mesmo tempo, ao que a tipificação no discurso não é um processo rígido ou imutável, mas sim algo que se adapta e se transforma ao longo do tempo, de acordo com as demandas de cada campo de atividade humana e as interações que ocorrem dentro dele.

Dessa maneira, compreender o campo de atividade humana em que um gênero do discurso está inserido é essencial para captar sua complexidade. Isso porque cada gênero não parte de um grau zero, mas sim de uma perspectiva história, cultural e interativa, dentro de contextos preexistentes (Bazerman, 2020), dessa forma, cada gênero discursivo tem uma interconexão e uma contínua interação com outros gêneros (Bakhtin, 2011).

Ainda, as postulações acima são tomadas nesta pesquisa como integrantes das reflexões da Análise Crítica de Gênero (ACG). Bonini (2013) apresenta a ACG como uma perspectiva que reúne pressupostos da teoria dos gêneros discursivos (Bakhtin, 2011) e da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), incorporando também elementos da Linguística Sistêmico-Funcional. O autor lembra que essa proposta crítica foi inicialmente sugerida por Bhatia, em 2004, sendo posteriormente desenvolvida em diferentes contextos.

De outro lado, Motta-Roth (2008) contribui para a consolidação da ACG a partir da perspectiva da Nova Retórica; para ela, os gêneros recontextualizam o discurso, vinculando instâncias discursivas a contextos de circulação e produção, e indo além de mera organização textual. Assim, a autora enfatiza que o estudo dos gêneros implica em observar como os discursos são remanejados quando atravessam diferentes contextos sociais.

Bonini (2010) reforça essa tensão entre a forma textual e as práticas sociais, defendendo que a análise dos gêneros do discurso deve ir além da estrutura interna dos textos, incluindo fatores externos relativos à produção, circulação social desses textos, conforme perspectiva de Fairclough (2001).

A ACG propõe, portanto, uma compreensão da linguagem como atividade situada e responsiva, superando abordagens descritivas e normativas. Dessa forma, a análise do FNAR, partindo dessa teoria, será feita levando em consideração as relações dialógicas do formulário, especialmente os aspectos exteriores a ele, como o contexto, os interlocutores etc.

## **1.2 O discurso e sua relação com os gêneros**

O termo *discurso* também tem concepções diversas dentro da Linguística. Sua disseminação, conforme Fairclough (2001), é atribuída a Michel Foucault. Assim, a conceituação de Foucault (1996, p. 8) parte da premissa de que o discurso é “na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” e não pertence ao sujeito, mesmo sendo utilizado por ele, porque existem efeitos dentro do discurso sobre os quais o sujeito não tem controle. Dessa forma, entende-se que o discurso carrega, em seu interior, toda a base da estrutura social, como luta, dominação e submissão. Com isso, para Foucault, o discurso e o poder têm uma conexão direta.

A partir desses conceitos, Fairclough (2001, p. 91), na construção da Análise Crítica do Discurso (ACD), afirma que o *discurso* é “moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo”, isto é, o discurso é entendido como o uso social da linguagem, um momento das práticas sociais presente em todos os níveis da vida social. Dessa forma, configura-se como um modo de ação historicamente situado. Assim, o autor salienta que o discurso não é fonte do social, porém é socialmente constitutivo, ou seja, não é apenas um reflexo da realidade, mas a valoração do que existe, construindo e constituindo os significados dessa realidade para cada sujeito e para a coletividade.

Sob esse viés, Fairclough (2001) salienta que o discurso tem três funções: i) o discurso pode contribuir para a construção das identidades sociais e posições do sujeito social, assim como a constituição dos tipos de “eu”; ii) construção das relações sociais entre os sujeitos e iii) a criação de sistemas de conhecimento e crença. Ainda que Fairclough (2001) tenha se ancorado em teorias como de Pêcheux e Foucault em suas análises, sua abordagem de análise e suas conceituações de determinados termos se distinguem das daqueles teóricos em alguns aspectos.

Além disso, a contribuição foucaultiana para a teoria social de Fairclough é a proposição entre a relação discurso-poder, bem como sobre o lugar constitutivo do discurso dentro da mudança social. A distinção entre o termo *discurso* de Foucault e Fairclough está nas análises discursivas, isso porque Foucault se limita apenas ao estudo de discursos das ciências humanas – medicina, psiquiatria, economia, entre outros – enquanto Fairclough (2001), em sua *Análise Textualmente Orientada (ADTO)*, considera todo e qualquer discurso, independente da esfera social que este se encontra.

Desse modo, esta pesquisa determina o uso do termo *discurso* através do entendimento de Estudos Críticos de Chouliaraki e Fairclough (1999), que o compreendem como o uso social da linguagem, um momento das práticas presente em todos os níveis da vida social; assim, configura-se como um modo de ação historicamente situado, por meio do qual os sujeitos interagem e podem agir sobre o mundo e sobre outrem. Sob essa perspectiva, Fairclough (2001) nomeia de concepção tridimensional do discurso a articulação de três elementos que, para o autor, são indispensáveis dentro de uma análise discursiva; são eles: texto, prática discursiva e prática social:

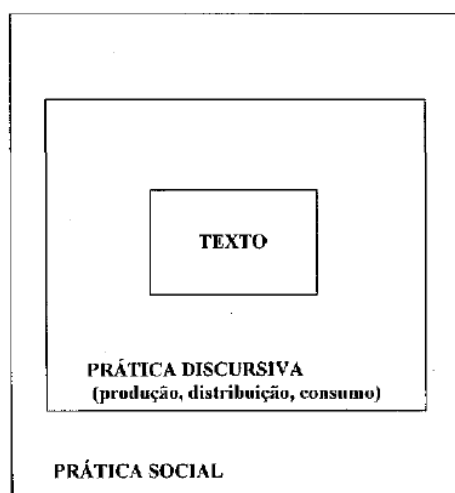


Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso

Fonte: Fairclough, 2001, p.101

As *práticas sociais* são definidas por Chouliariaki e Fairclough (1999, p. 21) como “[...] maneiras habituais, vinculadas a tempos e espaços particulares, nas quais as pessoas aplicam recursos – materiais e simbólicos para agirem juntas no mundo”. Isto é, cada sujeito se encontra em um contexto específico e, por isso, tem suas próprias condições de produção em relação ao seu discurso. As práticas sociais, então, são como formas em que os sujeitos agem sobre o mundo, ou seja, práticas intermediadoras entre o potencial abstrato que está imbuído em estruturas sociais e a realização deste potencial em eventos concretos.

Ainda, uma determinada prática, qualquer que seja, é constituída por quatro momentos, conforme pode ser visto na figura abaixo:

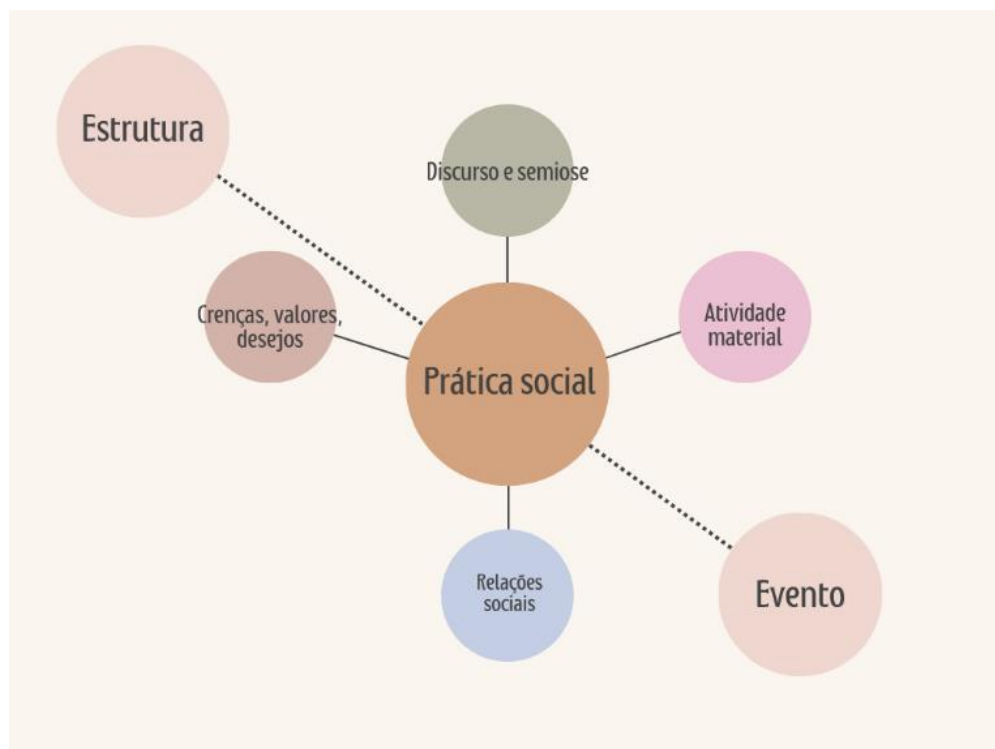


Figura 2 - Componentes e Interações da Prática Social

Fonte: Elaborado pela autora com base em Chouliaraki e Fairclough (1999)

Nesse sentido, nenhuma prática social é somente discursiva, ainda que os outros momentos possuam uma importância que pode ser vista como menor em uma prática específica, todos os momentos estão presentes no interior de uma prática social. Ao compreender a dimensão reflexiva da prática social, isso permite compreender que o discurso possui um papel de extrema importância nesse processo – no interior da prática social - porque ao reproduzir representações sobre determinada prática, ela será, de certa forma, utilizada o discurso.

A *prática discursiva* se relaciona com a prática social, assim, ela “envolve os processos de produção, distribuição textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (Fairclough, 2001, p. 107).

As práticas sociais, para Fairclough (2001), relacionam-se e têm dimensões reflexivas; assim os sujeitos sempre produzem representações sobre o que fazem. Por isso, o discurso detém uma grande importância neste processo, pois ao produzir representações sobre determinada prática, o discurso é o meio utilizado. A distinção entre prática social e discursiva é compreendida por Fairclough (2001, p. 99) da seguinte forma:

A prática discursiva manifesta-se em forma linguística, na forma do que referirei como ‘textos’, usando texto no sentido amplo de Halliday, linguagem falada e escrita (Halliday, 1978). A prática social (política, ideológica, etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.

Dessa maneira, os diversos contextos e esferas nas quais as práticas discursivas ocorrem têm as ordens discursivas constituídas e reorganizadas, refletindo as particularidades e as dinâmicas específicas de cada campo.

Em termos metodológicos, é importante ressaltar que esse trabalho se alinha ao segundo modelo apresentado na Figura 2, o de Chouliaraki e Fairclough (1999), uma vez que ele possibilita compreender a prática social em sua complexidade, contemplando a interação dos diferentes momentos que a constituem. Essa escolha não é apenas teórica, mas metodológica: impacta diretamente a forma como é delineada a análise, pois orienta a leitura do discurso em sua relação com as práticas sociais mais amplas. Por isso, a imagem da concepção tridimensional do discurso, de Fairclough (2001), mostra-se fundamental para a compreensão dos conceitos-base da Análise Crítica do Discurso (ACD), servindo como sustentação e instrumento para a investigação proposta.

Adiante, o conceito de *ordem discursiva* se faz relevante para a presente pesquisa. Esse conceito, que é encabeçado por Foucault (1996), refere-se à estrutura e às regras que governam a produção, circulação e controle dos discursos que delimitam o que pode ser dito, por quem e em que contextos. Esses mecanismos incluem procedimentos de exclusão, que restringem certos discursos através de tabus, rejeições e a oposição entre o verdadeiro e o falso, impondo uma disciplina ao que é considerado aceitável ou legítimo.

Esses procedimentos de exclusão são complementados por mecanismos internos aos próprios discursos, que organizam e classificam o que é dito. Foucault (1996) identifica a ordem discursiva como algo que opera tanto externa quanto internamente ao discurso. Externamente, ela impõe restrições através de normas sociais e institucionais; internamente, ela organiza o

discurso por meio de sistemas como a classificação e a distribuição de temas e enunciados, o que Foucault (1996, p. 35) nomeia de “polícia discursiva”.

Ainda, neste trabalho, parte-se da perspectiva de que os discursos “não se limitam em representar nossas práticas sociais, eles também avaliam, estabelecem objetivos, justificam, legitimam, etc.” (Figueiredo; Bonini, 2017, p. 316) e, desse modo, é necessário apontar para a importância da análise das práticas discursivas, pois são elas que regulam aspectos discursivos e materiais reais (Figueiredo; Bonini, 2017). Em outras palavras, os discursos não só descrevem o que acontece na sociedade, mas também participam ativamente na formação e na regulamentação dessas realidades.

A partir dessa perspectiva, a análise das práticas discursivas torna-se essencial, pois nessas investigações é possível compreender como os discursos influenciam e regulam as interações cotidianas e as grandes estruturas de poder na sociedade. Dessa forma, ao analisar o discurso, não apenas olhamos para as palavras (materialização do discurso) e seus significados (de forma superficial), mas também para como essas palavras funcionam para moldar a realidade material e social, isto é, como elas impactam no mundo real e concreto. O que na análise dessa pesquisa é fulcral, haja vista que o FNAR é um dos instrumentos que avalia e mede – além do risco em que a mulher está submetida – a (in)validação do discurso da denunciante na CMB-MS.

Bazerman (2020), ao realizar o estudo dos gêneros discursivos, detém uma abordagem distinta de Bakhtin (2011) e Fairclough (1999; 2001), apesar disso, o conceito de sistema de gêneros elaborado pelo autor, pode auxiliar em análises de gêneros discursivos por conter a complexidade das relações dialógicas que são estabelecidas pelo objeto analisado nessa pesquisa, a saber, o FNAR. Dessa maneira, Bazerman (2020) aponta para o uso dos textos nas vidas dos sujeitos, os quais os utilizam nas ações diárias, bem como na criação de significações e fatos sociais num processo interativo dentro de um sistema de atividades que encadeia significativamente as ações discursivas.

Para esse autor, a coordenação dos atos de fala<sup>2</sup> é “agir de modo típico” (Bazerman, 2020, p. 48) e, assim, os outros sujeitos entendem o funcionamento de uma situação e repetem de formas similares em contextos semelhantes. É, senão, um padrão que o sujeito segue e que causa familiaridade aos outros e, assim, a compreensão. Esse é o modo prático dos gêneros tipificados no dia a dia dos sujeitos. Em síntese, o autor salienta que “gêneros são tão somente

---

<sup>2</sup>Bazerman (2020) explica que os atos de fala se constituem tão e somente com palavras, porém se leva em conta o contexto situacional, por qual sujeito esse ato de fala é proferido, em que posição esse sujeito se encontra.

os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros” (Bazerman, 2020, p. 52).

Em termos analíticos, Bazerman (2020) aponta que a identificação dos gêneros feita a partir dessa compreensão do padrão que seguem é uma visão não muito completa ou verdadeira. Para a compreensão integral e, com isso, uma análise complexa de gêneros é preciso entender que eles são situados em relação ao tempo e ao espaço. Além disso, a compreensão pode ser subjetiva a depender do interlocutor. Não são apenas traços textuais que definem o gênero, mas também se leva em consideração o lugar dos sujeitos e suas próprias construções de sentido (Bazerman, 2020), que partem da perspectiva dialógica dos gêneros.

Ainda, é importante entender que os gêneros, como já mencionado, não emergem do absoluto nada. Há o que Bazerman (2020) nomeia como *sistema de gêneros*, isto é, os vários *conjuntos de gêneros* “utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e, também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (Bazerman, 2020, p. 21) – o que se assemelha ao modo que Fairclough (2001) conceitua a prática discursiva. É, dessa maneira, uma *cadeia de gêneros* que se constitui e se forma a partir de uma sequência regular “dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas” (Bazerman, 2020, p. 54).

Segundo Ferretti (2021), os *sistemas de gênero* estão intimamente ligados às redes de práticas, representando agrupamentos de diversos gêneros que se interrelacionam de maneira consistente, implicando transformações sistemáticas de um gênero para outro, por meio de práticas realizadas dentro de uma ou mais esferas de atividades humanas. Dessa maneira, tanto a ideia de rede de práticas quanto a de cadeia de gêneros pressupõe relações *dialógicas* que formam a estrutura social em suas diferentes demandas.

Como uma sucessão, o sistema de gênero compõe parte do *sistema de atividades* a depender do campo de atividade humana que se encontra. Bazerman (2020, p. 56) explica que ao considerar esses dois sistemas, é possível analisar “o que as pessoas fazem e como os textos ajudam a fazê-lo” e, dessa forma, não apenas se considera que os textos têm como finalidade eles próprios. Em outras palavras, isso significa que o sistema de gênero, assim como o sistema de atividade humana, é interdependente e varia conforme o contexto. Os gêneros são moldados e adaptados conforme o campo de atividade humana em que se inserem, contribuindo para a realização das práticas específicas desse campo.

Ao analisar esses sistemas em conjunto, como propõe Bazerman (2020), torna-se possível entender como os textos não existem isoladamente ou “por si mesmos”. Eles servem a

propósitos específicos dentro do contexto em que estão desempenhando um papel para que exista a interação e execução de ações concretas de maneira eficaz. Em suma, os textos cumprem uma função prática que ultrapassa seu conteúdo, sendo fundamentais para a organização e desenvolvimento das atividades sociais.

#### **1.4 Os gêneros e suas relações dialógicas**

O conceito de *dialogismo* emerge, sobretudo, dos pensamentos e obras do Círculo de Bakhtin. A premissa desse conceito é compreendida não apenas sob o prisma do discurso ou da linguagem, mas sim como uma perspectiva filosófica, holística, que ultrapassa a discussão da língua. Sob este viés, é entendido que todo e qualquer discurso é dialógico e tem um papel ativo na formação e configuração da realidade social, cultural e individual, isto é, “o dialogismo é a condição do sentido do discurso” (Barros, 2003, p. 2).

Desse modo, cada enunciado é parte de um processo contínuo e interativo de construção da realidade. Esse processo dialógico envolve múltiplas vozes, perspectivas e interações, em que cada uma influencia e modifica as outras (Bakhtin, 2011). O sentido de qualquer discurso surge dessa interação dinâmica e contínua entre diferentes vozes e contextos, o que é fundamental para entender como as realidades são construídas na interação humana.

O conceito do dialogismo, apesar de não aparecer com essa nomeação nas obras do Círculo de Bakhtin, se pauta sobre a constituição do discurso do falante, que tomará como base, inevitavelmente, o discurso de outrem: “a personalidade falante, tomada por assim dizer de dentro, é inteiramente um produto das inter-relações sociais” (Volóchinov, 2018, p. 211). Assim, as relações de sentido entre dois discursos – o interno e o externo – são o princípio dialógico em prática.

Além disso, Volóchinov (2018) aponta que a interação verbal é sempre um processo socialmente condicionado: cada palavra é um elo na cadeia da comunicação discursiva e traz embutidas as orientações valorativas de diferentes sujeitos sociais. Para o autor, “uma consciência só pode existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto, apenas no processo de interação social” (Volóchinov, 2018, p. 95).

Nessa perspectiva, os enunciados<sup>3</sup>, dentro do processo de interação, são dialógicos, e há, nesse sentido, a delimitação de que não são as unidades da língua que são, mas sim a

---

<sup>3</sup> O conceito de enunciado, na perspectiva bakhtiniana, é uma construção complexa que engloba não apenas o conteúdo linguístico, mas também a interação social, a responsividade e o contexto. Dessa forma, todo enunciado se constitui a partir de outro, sendo heterogêneo e polifônico (Fiorin, 2008).

comunicação. As unidades da língua podem ser repetidas diversas vezes, em distintos contextos situacionais, em contrapartida, os enunciados são “acontecimentos únicos” (Fiorin, 2008, p. 20). Como exemplo, no contexto da CMB-MS, um mesmo enunciado da vítima, como “ele vai me matar” pode ser valorado de diferentes formas, a depender dos sujeitos da interação, de suas filiações ideológicas e, também, da esfera profissional em que está inserido. Dessa forma, o enunciado citado pode ser compreendido no setor psicossocial como um marcador de alto risco, enquanto nos contextos policiais, como na DEAM, pode ser acolhido como uma suspeita, conforme poderá ser visto na análise desta pesquisa.

Em termos práticos, “todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (Volóchinov, 2018, p. 184), isto é, todo enunciado é transpassado de pontos de vista de outrem. Assim, a interação verbal de interlocutores tem o estabelecimento do dialogismo interacional.

Ainda, para Volóchinov (2018), a palavra é o instrumento material revestido ideologicamente<sup>4</sup> e absorvido em sua função de signo. Além disso, é ela quem medeia, de forma mais apurada e sensível, a comunicação social, ou seja, a palavra é o sujeito com toda a sua subjetividade, pois é neutra em relação à valoração, é o falante que escolhe a sua função valorativa.

Relacionado à concepção de dialogismo, está o conceito intertextualidade, que foi cunhado por Julia Kristeva, ao final dos anos de 1960 e começo dos anos 1970, em suas obras *Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman* (1967) e *Une poétique ruinée* (1970).

Nesse sentido, para Volóchinov (2018), como já mencionado, toda palavra e, conseqüentemente, todo texto, desde a origem, são relacionais: nascem do encontro entre diferentes vozes, posições sociais e discursos. Em Kristeva (1967), existe a formulação de ideias de que todo texto é um mosaico de citações. Assim, a intertextualidade revela que todo texto é tecido a partir de outros textos e é um princípio fundamental de toda produção textual. Influenciada pelo Círculo de Bakhtin, a autora destaca que a linguagem nunca é a expressão pura de um sujeito isolado; ela é, desde o início, uma rede de vozes, relações, tensões e confrontos.

---

<sup>4</sup> O sentido *ideológico* inserido nas obras do Círculo de Bakhtin refere-se à valoração atribuída a um signo dentro de um contexto discursivo, ou seja, como sentidos e valores são construídos e atribuídos a palavras, expressões e enunciados. Essa concepção difere da noção clássica de ideologia, que vem das obras de Marx e de Engels, como em “A ideologia alemã”, que a vê como um sistema de ideias dominantes, geralmente falso ou distorcido, imposto pelas classes dominantes para manter relações de poder: uma perspectiva que considera a ideologia como algo negativo e exterior, algo do “outro”.

Nessa perspectiva, Kristeva (1967) revela que a unidade textual é apenas aparente: o verdadeiro tecido do texto é a pluralidade de vozes e discursos que nele circulam. A autora utiliza, assim como Bakhtin, a literatura como ilustração dos conceitos, assim, ao usar os romances polifônicos, como os de Dostoiévski, é possível perceber que não há um autor absoluto de um sentido fechado, o que se vê é uma ambivalência estrutural, ou seja, um jogo constante entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, entre dizer e citar. Logo, essa estrutura rompe com a lógica aristotélica, do modelo literário épico, de uma origem única ou de um centro fixo de significado, pois cada palavra já carrega consigo ecos e respostas a outras palavras.

Desse modo, a teoria da intertextualidade de Kristeva revela a natureza polifônica dos textos, exemplificando com a literatura moderna, assim, entende-se como uma nova maneira de ler e escrever, não mais como uma criação isolada, mas como um diálogo ininterrupto. Ler, portanto, nessa perspectiva, é também escutar essas vozes que transpassam o discurso e perceber que o sentido é sempre um movimento, nunca uma verdade fixa.

Adiante, Fairclough (2001), que também se baseia na perspectiva bakhtiniana, afirma que “enunciados – ‘textos’ em meus termos – são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (Fairclough, 2001, p. 134). Isso porque o autor explica que um texto atual absorve textos do passado e, com isso, pode desempenhar “os papéis centrais na mudança social e cultural” (Fairclough, 2001, p. 135).

Nesse aspecto, os princípios de dialogismo e de intertextualidade também podem ser aplicados sobre os gêneros discursivos, pois eles não existem isoladamente, os gêneros interagem e se modificam mutuamente através de suas relações. Assim, os gêneros discursivos refletem e acompanham mudanças nas atividades humanas que os originam. Dessa forma, a variedade de finalidades dos gêneros é determinada pelo contexto específico do campo de atividade humana ao qual estão veiculados. Para Ferretti (2021, p. 233), nesse sentido, “tanto a noção de rede de práticas quanto a noção de cadeia de gêneros pressupõem relações dialógicas que constituem a realidade social em seus diferentes níveis”. Em suma, de acordo com o desenvolvimento das esferas de atividade humana, os gêneros correspondentes também se adaptam e evoluem, refletindo as necessidades e funções emergentes desses campos.

Ademais, o processo de produção de um enunciado se liga à realidade somente pela interação entre os sujeitos, suas percepções e noções sobre o gênero discursivo e o campo de atividade humana determinado. Esse processo é algo criado pelo sujeito, porém vem de algo que já existe, assim o sujeito transforma o enunciado para a existência de algo novo. Parte-se,

então, do princípio de que, como já mencionado, os enunciados são a unidade da interação discursiva e se relacionam com outros enunciados, através do *discurso alheio*, isto é, têm a significação que provém do campo de atividade humana que o determina e, ainda, o gênero discursivo, dessa forma, estimula a resposta do interlocutor ao serem proferidos.

### **1.5 Marcas linguísticas e a construção discursiva dos sujeitos sociais**

A análise dos trechos de entrevistas das operadoras de justiça e políticas públicas neste trabalho se apoia na compreensão de que os enunciados são atravessados por várias vozes e orientações valorativas (Volóchinov, 2018), as quais revelam a posição dos sujeitos em relação ao que enunciam. Para tanto, recorre-se ao conceito de *modalização*, entendido como o conjunto de marcas linguísticas que expressam o grau de envolvimento, distanciamento, dúvida, certeza, juízo ou avaliação por parte do enunciador.

Nessa perspectiva, essa modalização se relaciona com a concepção dialógica do discurso, que foi discutida anteriormente, segundo a qual todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal (Volóchinov, 2018) e, portanto, sempre responde a outros enunciados, valorando-os e se colocando em relação a eles.

Nesse sentido, segundo Fiorin (2000, p. 171), a modalização “tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz”, permitindo compreender os efeitos de sentido construídos a partir de relações como certeza, dúvida, obrigação, desejo ou possibilidade. Trata-se de um processo pelo qual “as modalidades são definidas como predicados que sobredeterminam outros predicados” (Fiorin, 2000, p. 171), incidindo tanto sobre o fazer quanto sobre o ser. Dessa forma, o autor classifica as modalidades em diversas categorias, como volitivas, epistêmicas, veridictórias e deodônticas – que, ao se articularem no discurso, produzem percursos modais e efeitos passionais.

Nessa perspectiva, Fiorin (2000, p. 184) aponta para que a análise dessas trajetórias permite identificar “compatibilidades e incompatibilidades entre as modalidades”. Ao funcionar como mecanismo de estruturação discursiva, a modalização revela modos de existência e posições dos sujeitos no processo de comunicação.

No material empírico desta pesquisa, composto por trechos de entrevistas das profissionais da CMB-MS, a modalização se manifesta como um importante marcador na forma em que o risco é discursivamente construído por exemplo, isso pode ser ilustrado em

enunciados como: “a gente identifica o nível de risco que ela tá correndo”<sup>5</sup>, em que se percebe a ativação da modalidade epistêmica do saber ser, na qual o enunciador “atribui um estado veridictório a um dado enunciado” (Fiorin, 2000, p. 176). O verbo “identificar” carrega uma carga de afirmação assertiva, o que sugere que o reconhecimento do risco é resultado de um saber legitimado pela prática profissional. Além disso, o uso da forma verbal “correndo”, no gerúndio, indica um risco atual e contínuo, o que reforça a modalidade veridictória, ou seja, a tentativa de estabelecer um enunciado como verdadeiro e incontestável dentro da lógica institucional.

Assim, a partir da concepção de modalização proposta por Fiorin (2000), entende-se que os enunciados analisados não apenas descrevem situações de violência, mas também constroem percursos de sentido por meio de modalidades como o dever, o querer, o saber e o poder. Tais modalidades, ao incidirem sobre os sujeitos (denunciantes e profissionais da CMB-MS), estabelecem uma rede de responsabilidades e de credibilidades, frequentemente tensionadas. O discurso da mulher pode ser atravessado por marcas de incerteza (crer não ser) ou de impotência (não poder fazer), enquanto o discurso institucional pode operar por lógicas de negação da agência (não dever fazer), deslocando a responsabilidade para outra esfera ou mesmo invertendo a lógica da proteção e responsabilizando a própria mulher.

A análise dos percursos modais possibilita, assim, evidenciar a forma como o risco é discursivamente (co)construído, gerando efeitos de sentido. Além, também, de identificar relações de hierarquia entre as esferas profissionais da CMB-MS e como o FNAR é discursivizado pelas profissionais da instituição.

Além disso, a partir da ACD, Fairclough (2001) propõe a noção de *modalidade* como uma dimensão textual que permite observar como os sujeitos constroem autoridade, afinidade e posicionamento social no discurso:

A modalidade pode ser ‘subjativa’, no sentido de que a base subjativa para o grau de afinidade selecionado com uma proposição pode ser explicitada: ‘penso/suspeito/duvido que a terra seja plana’ [...] ou a modalidade pode ser ‘objetiva’, em que essa base subjativa está implícita: ‘a terra pode ser/e provavelmente é plana’. [...] O uso da modalidade objetiva frequentemente implica alguma forma de poder” (Fairclough, 2001, p. 200-201)

A partir desta distinção, Fairclough evidencia que a modalidade não apenas expressa o grau de certeza em relação a uma proposição, mas também revela relações de poder e solidariedade social, ao marcar qual ponto de vista é projetado ou autorizado. Assim, em

---

<sup>5</sup> Trecho retirado da entrevista transcrita da psicóloga Joana (linha 72), disponível na íntegra no APÊNDICE D.

contextos institucionais – como é o caso da CMB-MS –, a forma como o sujeito modaliza suas afirmações pode indicar distanciamento crítico, reforço de autoridade, legitimação de decisões ou até a projeção de um saber impessoal, que se impõe como neutro ou técnico, mas que está atravessado por disputas ideológicas.

Dessa forma, embora a modalização e a modalidade sejam conceitos interrelacionados, e muitas vezes próximos, eles se distinguem em seus focos analíticos: enquanto a modalização se refere ao processo dinâmico e discursivo pelo qual o enunciador manifesta sua posição avaliativa, afetiva ou epistêmica em relação ao conteúdo do enunciado, a modalidade, por sua vez, designa as categorias e valores linguísticos que estruturam essa manifestação e que carregam implicações sociais e de poder.

Ambos os conceitos, assim, são fundamentais para esta análise discursiva, pois a modalização revela os percursos subjetivos e interativos que atravessam os enunciados, enquanto a modalidade, sobretudo na perspectiva de Fairclough (2001), permite identificar as relações sociais e de poder subjacentes, como a construção da autoridade e dos posicionamentos institucionais.

Também foi possível perceber, durante a fase de análise das entrevistas das profissionais da CMB-MS, que existem outras estratégias discursivas que foram utilizadas e são marcadores importantes para a investigação, como o uso de metáforas. Essa figura de linguagem não apenas faz parte como um recurso estilístico da linguagem, mas cumpre uma função cognitiva e valorativa central, ou seja, ajuda a construir, organizar e dar sentido às experiências vividas e às práticas institucionais, especialmente nesta pesquisa.

Nesse viés, Fairclough (2001) salienta que o uso de metáforas sempre foi muito direcionado a textos literários, mas que é possível analisar dentro de outros tipos de texto o uso dessa figura de linguagem, até porque “quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra” (Fairclough, 2001, p. 241). Isso significa dizer que o uso das metáforas não é algo neutro, ao escolher determinadas imagens de comparação para descrever uma situação, o sujeito também está selecionando uma maneira específica de representar e compreender o mundo.

Em suma, abordagem de conceitos basilares é fundamental para a compreensão das práticas discursivas e implicações sociais. As discussões teóricas a respeito de gêneros sociais e discursivos, o dialogismo e sua interrelação com os gêneros do discurso, além da modalização, modalidade e uso de recursos linguísticos discursivos são importantes para a análise da presente

pesquisa. Através das teorias apresentadas, é possível observar como os discursos são produtos e agentes de relações de poder e identidade, refletindo as dinâmicas dos gêneros na sociedade.

Concluindo esse capítulo, o próximo refletirá uma discussão ao contexto específico das políticas públicas brasileiras de combate à violência contra a mulher, especialmente na Casa da Mulher Brasileira. Dessa forma, será proposta uma análise histórica dessas ações, examinando a implementação, impacto e origem de documentos oficiais, sob uma perspectiva crítica que considera as intersecções entre discurso, gênero e práticas institucionais.

## **CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES E A CASA DA MULHER BRASILEIRA: UM OLHAR HISTÓRICO**

Ao longo das últimas décadas, a violência contra as mulheres foi gradativamente reconhecida como, de fato, um problema de extrema gravidade, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Nessa perspectiva, o enfrentamento dessa realidade exigiu – e continua exigindo – a criação e o fortalecimento de políticas públicas que garantam às mulheres não apenas proteção imediata, mas também de longo prazo, com a identificação de seus direitos fundamentais e a promoção da sua autonomia.

Nesse sentido, a formulação de políticas públicas de combate à violência de gênero não ocorreu de maneira espontânea, foi fruto de lutas históricas, impulsionadas por movimentos sociais, sobretudo os movimentos feministas, que denunciaram a opressão estrutural a que mulheres foram submetidas e pressionaram por mudanças legislativas, institucionais e culturais. Assim, a construção desse arcabouço de proteção passou por diferentes fases, refletindo avanços, resistências e (re)configurações políticas.

Neste capítulo serão apresentadas brevemente descrições e análises históricas da trajetória de políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a mulher no Brasil, contextualizando o surgimento e a importância da Casa da Mulher Brasileira como uma das principais estratégias contemporâneas para esse enfrentamento.

### **2.1 Da invisibilidade à resiliência: a evolução das políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil**

Machado (2016), com sua análise e a contribuição de outras/os pesquisadoras/es, aponta que é um equívoco afirmar que a intervenção jurídica no seio familiar tenha se iniciado a partir

de normas e legislações que visam combater a violência doméstica e familiar, mas “as relações familiares sempre foram submetidas ao Direito e ao Sistema de Justiça, que outorgaram à chefia masculina o poder sobre suas mulheres, filhos e agregados” (Machado, 2016, p. 164), evidenciando que o sistema jurídico legitimou práticas de controle e dominação sobre os corpos e a vida das mulheres.

Essa leitura crítica se soma a dados recentes da OMS, que, em 2021, divulgou que, ao longo da vida, uma em cada três mulheres – cerca de 736 milhões – sofre algum tipo de violência, independentemente de o agressor ser ou não seu parceiro. Diante da gravidade e da magnitude do problema, a OMS classificou a violência contra a mulher como uma endemia global, emitindo recomendações diretas aos Estados-membros. Entre elas, está a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas robustas e articuladas que enfrentem a violência de maneira estruturada, com base na proteção dos direitos humanos e na transformação das desigualdades de gênero.

Assim, tanto a crítica histórica quanto os dados epidemiológicos reforçam que o enfrentamento da violência contra a mulher exige não apenas medidas pontuais, mas o reconhecimento de suas raízes estruturais e da responsabilidade dos poderes públicos na sua erradicação

Dados do então Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) demonstram que, no primeiro semestre de 2022, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) registrou mais de 169 mil violações envolvendo violência contra as mulheres<sup>6</sup>. Esses números reforçam que a violência de gênero não se trata de casos isolados, mas de uma estrutura social sistemática, sustentada por relações de dominação que naturalizam a desigualdade e controle das mulheres.

Assim, essa leitura é corroborada por informações divulgadas pelo Atlas da Violência (IPEA, 2021), que apontam que contextos de tensão das normas patriarcais – como em momentos em que a mulher decide romper uma situação abusiva e/ou violenta ou conquistar autonomia financeira – geram um aumento expressivo nos índices de violência e feminicídio. Em outras palavras, o avanço da autonomia feminina é frequentemente lido como uma ameaça à dominação masculina, o que revela a persistência de uma lógica de punição à desobediência de papéis tradicionais de gênero.

---

<sup>6</sup> Cf. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar> Acesso em 13 out 2023

Essa articulação entre dominação masculina e violência cotidiana encontra respaldo teórico nos estudos de Bourdieu (2018), que identifica na violência simbólica uma forma sutil, mas profundamente eficaz, de manter a ordem social. Para o sociólogo, trata-se de uma violência que opera por meio das estruturas cognitivas da sociedade, ou seja, ela é exercida com o consentimento dos próprios dominados, pois se apresenta como legítima e natural. A vinculação discursiva entre coragem, força e masculinidade, por exemplo, reforça comportamentos agressivos como expressões ‘naturais’ da virilidade masculina, o que contribui para a normalização da violência contra a mulher.

Dessa forma, torna-se essencial compreender as tipificações da violência de gênero, não apenas para a formulação de políticas públicas mais efetivas, mas também para desnaturalizar práticas simbólicas que sustentam o poder masculino como norma. Desnaturalizar essas práticas exige reconhecer como elas estão enraizadas na cultura, nas instituições e no cotidiano, operando de modo – muitas vezes – invisível.

Apesar de o problema da violência contra as mulheres ser histórico, apenas a partir da década de 1970 houve uma mobilização política mais contundente por parte dos movimentos feministas na América Latina. Em meio a regimes autoritários, como as ditaduras militares, mulheres começaram a denunciar que o autoritarismo estatal era reflexo e extensão das violências patriarcais presentes nas relações privadas. Como afirmam Sternbach *et al* (1994), enquanto autoridades e analistas homens explicavam que os regimes com base na necessidade e estabilidade econômica, as feministas revelavam que esses governos intensificavam a subordinação das mulheres, reforçando papéis tradicionais de gênero e silenciando resistências.

Um exemplo disso pode ser visto na Junta Militar no Chile, que reforçou deliberadamente a estrutura familiar tradicional como estratégia de governo, vinculando a estabilidade política à manutenção da desigualdade de gênero. Essa concepção ecoa nos estudos de Engels (1984), para quem a consolidação do direito paterno e da herança masculina marcou o início do patriarcado<sup>7</sup> como sistema de dominação institucionalizada. Engels (1984) afirma que, com isso, a mulher foi reduzida a uma posição de servidão sexual e reprodutiva, condição que, mesmo com alterações ao longo do tempo, não foi “de maneira alguma suprimida” (Engels, 1984, p. 61).

---

<sup>7</sup> O termo *patriarcado*, sob a perspectiva de Saffioti (2015), é definido como um sistema estrutural de dominação masculina, no qual os homens exercem poder sobre as mulheres em diferentes esferas da vida. Nesse contexto, o patriarcado naturaliza as desigualdades de gênero, reforçando a subordinação das mulheres por meio da estrutura social.

Marcos internacionais – como a Conferência de Viena (1993), a Conferência de Beijing (1995) e a própria Convenção da CEDAW (1979) – contribuíram para deslocar a compreensão da violência contra a mulher de um fenômeno exclusivamente social ou familiar para uma questão de direitos humanos e de responsabilidade dos Estados. A adoção do conceito de gênero como categoria analítica, conforme reconhecido na Plataforma de Ação de Beijing, representou uma inflexão importante no tratamento da desigualdade, permitindo compreender as violências não como desvios individuais ou domésticos, mas como expressões de um sistema de poder estrutural:

O conceito de gênero [*gender*] permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade.

O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero [*gender*] passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. (Pequim, 1995, p. 149)

Contudo, o reconhecimento formal das desigualdades de gênero nas normativas internacionais não implicou, automaticamente, em sua superação prática. Conforme aponta Saffioti (2015), há uma distância significativa entre a criação de instrumentos legais e a efetivação de políticas públicas capazes de transformar a vida das mulheres. A transversalidade proposta em Beijing – embora ambiciosa – enfrenta resistências históricas no interior das instituições estatais, nas quais permanecem arraigadas de lógicas patriarcais e práticas burocráticas desarticuladas.

No Brasil, o Relatório sobre o Progresso das Mulheres no Brasil<sup>8</sup> reconhece os avanços obtidos entre 2003 e 2010, especialmente no que se refere à criação de serviços especializados, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, centros de acolhimento, assistência jurídica e mecanismos de participação social. A articulação entre setores da saúde, da segurança e da justiça, também passou a ser incentivada, com maior inserção do Brasil nos fóruns internacionais de enfrentamento à violência de gênero.

---

8

Cf. <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf> último acesso 13 out. 2023

Ainda nesse período, em 2004, o Ministério da Saúde deu início à estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde, por meio da Portaria nº 936/2004, cujo objetivo, conforme seu Art. 1º, é contribuir com as iniciativas estaduais e municipais para o desenvolvimento do Plano Nacional de Prevenção da Violência. No mesmo ano, através da Portaria nº 2.406/2004, instituiu-se a notificação compulsória de violência contra a mulher por entendê-la como “um problema de alta relevância por seu elevado número de casos e, ao mesmo tempo, pouca visibilidade social” (Brasil, 2004).

Assim, apesar do avanço normativo representado por tais medidas, a sua efetividade ainda parece ser limitada por uma série de entraves institucionais e culturais. A obrigatoriedade da notificação nem sempre traduz a ação concreta, isso porque os profissionais da saúde nem sempre têm capacitações o suficiente para identificar ou lidar com casos de violência e, ainda, podem aparecer desafios quando se compreende que alguns tipos de violência não se enquadram numa lógica médica tradicional.

Além disso, a sobrecarga dos serviços de saúde públicos e a ausência de uma responsabilização institucional fazem com que essa notificação apontada pela legislação – embora prevista em norma – não garanta por si só a proteção da vítima nem a responsabilização do agressor. Desse modo, o que se observa é que a visibilidade formal da violência convive com a sua invisibilidade prática, especialmente em contextos em que o risco pode ser relativizado ou negligenciado.

Nesse cenário de crescente pressão por políticas públicas mais efetivas no enfrentamento à violência contra a mulher, foi sancionada, em 2006, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), com o objetivo de “criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006). Vale destacar, no entanto, que a promulgação dessa lei não decorreu de uma iniciativa voluntária do Estado, mas da pressão exercida por organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que responsabilizou o Brasil, em 2001, por omissão no caso de Maria da Penha Maia Fernandes – vítima de tentativas de feminicídio por parte de seu então marido, Marco Antônio Heredia Viveiros.

Essa atuação internacional apontou que o país violava tratados dos quais era signatário, como a Convenção de Belém do Pará, no decreto nº 1.973/1996, ao não prevenir, punir, nem erradicar a violência contra a mulher. Nesse sentido, Saffiotti (2015) já denunciava que a violência contra a mulher sempre foi tratada como uma questão privada e invisibilizada pelo Estado, sendo frequentemente deslegitimada nos espaços jurídico-policiais.

Ainda no primeiro mandato do governo Lula, em 2004, foi lançado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, marcada pela participação social e por reivindicações do movimento feminista. O plano estabeleceu ações estruturadas em torno de eixos temáticos, como o enfrentamento à violência contra as mulheres, a promoção da saúde, a autonomia econômica e a participação política, propondo a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Entre os principais objetivos, destacou-se a necessidade de criação e fortalecimento de organismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres e a articulação federativa para garantir a implementação das ações previstas.

Em 2007, foi instituído o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVCM), que surgiu como um desdobramento e aprofundamento do eixo de enfrentamento da violência do I PNPM. Assim, formalizou-se um acordo entre os entes federativos – União, estados e municípios – com o objetivo de articular estratégias de enfrentamento, promover a integração de rede de atendimento e consolidar ações de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores. O pacto estabeleceu princípios como a abordagem interdisciplinar das questões de gênero e a disseminação de programas em todos os níveis administrativos. Entre seus principais objetivos, destacou-se a ampliação da atuação do Estado diante as múltiplas formas de violência – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral –, classificadas e tipificadas pela LMP, que serviu de principal instrumento normativo do PNEVCM.

Como desdobramento do I PNPM e do PNEVCM, em 2008, o governo federal lançou o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM), com a proposta de ampliar os eixos estratégicos do ano anterior (I PNPM) e aprofundar a atuação do Estado com atenção especial a grupos historicamente vulnerabilizados – mulheres negras, indígenas, lésbicas, idosas, jovens e moradoras de áreas rurais ou florestais. Ainda que esse plano tenha representado um avanço na articulação interseccional, não solucionou os gargalos operacionais da política pública, tampouco garantiu a efetivação do direito à proteção em todo o território nacional.

Nesse cenário, o PNEVCM foi reformulado, no início do governo Dilma, em 2011, reafirmando a LPM como eixo central da política de enfrentamento à violência de gênero. As propostas passaram a incluir ações como: ampliação dos juizados e das varas especializadas, capacitação permanente de profissionais de segurança pública, fortalecimento da rede de atendimento e promoção de uma cultura de respeito aos direitos das mulheres (Brasil, 2011).

A necessidade de ampliar a abrangência e a efetividade das políticas públicas resultou

na elaboração do III PNPM (2013-2015), que manteve as diretrizes anteriores, mas reforçou – o que a reelaboração do PNEVCM já trazia em sua literatura – a transversalidade da perspectiva de gênero em todas as áreas do governo.

Em 2013, foi lançado o programa “Mulher, Viver sem Violência”, instituído pelo Decreto nº 8.086/2013, também no mandato de Dilma Rousseff, com o objetivo de integrar os serviços públicos voltado às mulheres em situação de violência, especialmente nas áreas de saúde, justiça, segurança pública, assistência social e autonomia econômica. É neste contexto que surge a Casa da Mulher Brasileira (CMB), concebida como um espaço de atendimento humanizado, intersetorial e articulado, cujo modelo propõe a superação de barreiras fragmentárias que historicamente marcam as respostas estatais à violência de gênero, que será apresentada e analisada na seção a seguir.

No entanto, a ruptura democrática de 2016 e as mudanças no cenário político nacional inauguraram uma nova fase, marcada pelo desmonte progressivo das políticas de gênero. Com o governo Bolsonaro (2019-2022), observou-se não apenas o esvaziamento orçamentário da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, como também o desmantelamento da estrutura intersetorial construída e mencionada nesta seção.

O discurso oficial passou a negar a gravidade da violência de gênero, frequentemente associando-a a fatores morais ou econômicos. Em uma de suas falas mais emblemáticas, o então presidente afirmou que “tem mulher apanhando em casa? Por que isso? Em casa falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”<sup>9</sup> (Bolsonaro, 2021), transferindo a responsabilidade da violência doméstica para o problema econômico, ao invés de reconhecer a violência de gênero como um fenômeno estrutural.

Esse cenário de agressão se agravou por conta da pandemia de COVID-19, período em que houve um aumento expressivo de casos de violência doméstica e de gênero, intensificado pelo isolamento social, pela dependência econômica e pela ausência de políticas públicas de resposta eficaz. Relatórios do UN Women (2020) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) alertaram para o crescimento dos registros de feminicídio e das subnotificações deste período, evidenciando que, em contextos de crise, a vulnerabilidade das mulheres se intensifica, ao passo que o Estado, enfraquecido por escolhas políticas, se omite ou recua no seu dever de proteção.

---

<sup>9</sup> Cf. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/30/por-que-bolsonaro-erra-ao-usar-violencia-domestica-para-criticar-isolamento.htm> Acesso em 14 jul. 2025

Em suma, a trajetória das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil evidencia que os direitos das mulheres, ainda que formalmente reconhecidos, permanecem frágeis, instáveis e constantemente ameaçados por disputas políticas, retrocessos institucionais e a persistência do patriarcado nas estruturas do Estado.

## **2.2 O surgimento da Casa da Mulher Brasileira: um marco na proteção e assistência às mulheres vítimas de violência**

A criação da Casa da Mulher Brasileira (CMB) representa um avanço significativo no campo das políticas públicas brasileiras de enfrentamento à violência de gênero, ainda que marcada por desafios de implementação e eficácia. Instituída no contexto do programa “Mulher, Viver sem Violência”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a CMB propõe um modelo inovador de atendimento integral e articulado, reunindo serviços especializados em um único espaço para assegurar o acolhimento humanizado às mulheres em situação de violência.

Nesse sentido, a crítica de Scott (1995) em compreender o gênero social como uma categoria fundamental para entender as formas de organização das relações de poder em instituições aparentemente neutras pode ser relacionada à CMB. Isso porque ao construir um lugar em que – teoricamente – existe a articulação dos setores e a não fragmentação do atendimento, auxilia no processo de não revitimização da denunciante, o que supera as barreiras institucionais que dificultariam o acesso e a efetividade das medidas protetivas, por exemplo.

Além disso, a orientação do programa “Mulher, Viver sem Violência”, que reconhece as violências de gênero, raça e etnia como estruturais e históricas, reafirma a necessidade de uma abordagem interseccional, conforme é visto em sua literatura:

Reconhecimento das violências de gênero, raça e etnia como violências estruturais e históricas que expressam a opressão das mulheres e que precisam ser tratadas como questão de segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública. (Brasil, 2015, p. 20).

Lugones (2019), ao discutir a “colonialidade de gênero”, aponta como imposição do sistema moderno/colonial destruiu outras formas de organização social, impondo uma lógica de opressão em que gênero, raça e classe são indissociáveis. Essa perspectiva é fundamental para pensar políticas públicas que atendam às demandas de mulheres não brancas, periféricas e historicamente marginalizadas, que enfrentam diversas formas de violência e exclusão dos serviços públicos. Assim, o modelo da CMB, ao integrar serviços e propor um atendimento

humanizado, buscaria responder a essas complexidades, ainda que na prática, a efetivação dessa sensibilidade interseccional nem sempre se concretize.

Outro ponto fundamental a se refletir está relacionado à desigualdade regional e social no acesso às CMB. Embora a inauguração da primeira unidade, em Campo Grande/MS, em 2015 seja um marco simbólico e prático importante e, ainda, que tenham dez CMB no Brasil, o fato de que muitas capitais e cidades brasileiras ainda carecem desse equipamento revela a persistência de um acesso desigual às políticas de proteção, o que reforça a violência estrutural de gênero. Isso implica que políticas públicas precisam ser acompanhadas por estratégias específicas para atender às demandas locais e às diversidades sociais, culturais e econômicas das mulheres.

Os fundamentos essenciais do Programa “Mulher, Viver sem Violência” são a prestação de atendimento e serviços às mulheres vítimas de violência. As ações que a CMB conduz desempenham um papel central na implementação dessas premissas, uma vez que é um espaço desenvolvido para acolher mulheres e encaminhá-las para outras organizações que prestam serviços especializados. Portanto, uma análise abrangente das ações da CMB em relação às mulheres vítimas de violência, desde a sua entrada na Casa até o encaminhamento para outros serviços, é essencial para compreender a implementação do Programa nesse contexto.

A apresentação e análise da CMB, propostas neste capítulo, articulam-se diretamente com os conceitos desenvolvidos no capítulo anterior, especialmente no que se refere à compreensão do discurso como prática social e da atuação dos gêneros discursivos nas instituições – como a CMB.

A partir da perspectiva bakhtiniana e dos estudos discursivos já citados, Bazerman, (2020), Ferretti (2021), Bonini (2010; 2011) e Fairclough, (2001), compreende-se que os atendimentos realizados na CMB ocorrem por meio de gêneros institucionalizados – como relatórios, boletins de ocorrência, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco etc. – que são moldados por práticas e valores sociais específicos, sendo atravessados por relações de poder.

Esses gêneros são construídos em relações dialógicas, nas quais diferentes vozes sociais e institucionais se cruzam: como a da mulher denunciante, a da/o profissional que a atende, a da instituição, a da política pública e até mesmo a do Judiciário. Assim como enfatiza Fairclough (2001), os discursos operam como forma de ação, representação e identidade, ou seja, eles não apenas descrevem o mundo, mas o constituem e o regulam. No contexto da CMB, as práticas discursivas moldam o que é reconhecido como violência, como é vista como “vítima

legítima”, qual fala é (des)legitimada e quais demandas são (ou não) institucionalmente acolhidas.

Em síntese, compreender a CMB como política pública exige uma análise além da descrição da normativa que a imputa ou de seus serviços e do alcance das práticas discursivas que estruturam o atendimento. É pela linguagem que se constroem os sentidos sobre o risco, proteção, acolhimento e justiça.

Assim, os aportes teóricos discutidos no capítulo 1 fornecem ferramentas para analisar como os gêneros discursivos – aqui nesta pesquisa, especificamente, o FNAR – participam ativamente da mediação entre as experiências individuais de violência e as respostas institucionais oferecidas. Essa articulação pretende compreender que as políticas públicas não são neutras, mas operam a partir de gêneros discursivos que podem tanto reproduzir desigualdades quanto abrir espaços para uma transformação.

### **CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS**

A fim de alcançar os objetivos propostos e responder às perguntas da pesquisa, este capítulo apresenta os pressupostos metodológicos que orientam o estudo, delineando as opções teórico-metodológicas adotadas. Parte-se da compreensão de que essas escolhas não são neutras, mas estão intrinsecamente ligadas ao posicionamento epistemológico da pesquisa. Assim, busca-se articular os procedimentos de geração de análise de dados a uma perspectiva crítica e interpretativista, capaz de capturar as múltiplas vozes, práticas e relações de poder que atravessam o objeto de estudo.

A partir dessa postura, então, é que se responde o objetivo geral da pesquisa: **investigar como o gênero discursivo Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) se insere nas práticas institucionais da Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul (CMB-MS), analisando seus efeitos sobre a implementação e a operacionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.**

Ainda, os objetivos específicos são: **i. descrever o Formulário de Avaliação de Risco (FNAR) como um gênero discursivo, relacionando-o com os documentos nacionais e internacionais que o instituem; ii. apresentar e analisar os trechos de entrevistas das/os operadoras/es de justiça e políticas públicas sobre o FNAR no âmbito da CMB-MS sob a ótica dos Estudos Críticos; iii. analisar a noção dos aspectos de risco pelas/os profissionais**

**entrevistadas/os nesta pesquisa e; iv. compreender como se dá a integração intersetorial da CMB-MS em relação ao fluxo do FNAR na instituição.**

Nesta direção, o capítulo detalha o tipo de pesquisa realizada, os instrumentos de geração de dados e os critérios de seleção das/os participantes, bem como o referencial teórico-metodológico que embasa a análise.

### **3.1 Tipo de pesquisa**

A presente pesquisa é qualitativa e interpretativista, isso significa dizer que abrange diferentes abordagens de pesquisa que se concentram na experiência humana e buscam entender o mundo social (Mason, 1998). Nesse sentido, Mason (1998) aponta que a pesquisa qualitativa busca coletar ou gerar dados em ambientes naturais, ou seja, a pesquisa acontece em locais específicos, neste caso na CMB-MS, para estudar as informações que o campo pode proporcionar.

Além disso, o estudo tomará como material de análise: a) as falas de operadores/as integrantes de esferas profissionais da CMB-MS, como o setor psicossocial e a DEAM; b) documentos reguladores e orientadores que instituem e constituem o FNAR e; c) 10 exemplares preenchidos do FNAR, cedidos pela SEMU, como ilustrativo para as análises.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), sob o CAAE 84401924.1.0000.8030 e segue, portanto, as diretrizes de cuidados éticos conforme Resoluções pertinentes. O parecer de aprovação expedido pelo CEP pode ser consultado no Anexo IV.

Participam da pesquisa dois/duas (02) profissionais do setor psicossocial, sendo Joana, psicóloga, trabalha na instituição há 7 anos, Matilde, assistente social, há 8 anos na CMB-MS e (01) delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Rebeca, que trabalhou durante 12 anos na área da violência contra a mulher, instâncias essas presentes na CMB-MS.

O critério de inclusão para as/os participantes das entrevistas é ser – ou ter sido – parte do quadro de profissionais da CMB-MS e que atue ou já tenha atuado direta ou indiretamente no preenchimento e/ou avaliação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR). Além disso, considerando a proteção de dados e privacidade das entrevistadas, os nomes utilizados na pesquisa são fictícios.

Cabe destacar que a entrevista com a delegada Rebeca foi realizada em conjunto com outra pesquisadora que também desenvolve estudos no campo dos discursos normativos e

institucionais relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher na CMB-MS. Para fins desta pesquisa, foram transcritas apenas as partes da entrevista em que a delegada respondeu diretamente às questões vinculadas aos objetivos específicos deste trabalho.

Os roteiros das entrevistas podem ser conferidos nos Apêndices A e B e objetivam compreender: i) como as/os operadoras de justiça e de políticas públicas avaliam os aspectos de risco que a mulher denunciante está sendo submetida; ii) a definição e avaliação do FNAR pela voz das profissionais em seu uso dentro da instituição CMB-MS; e iii) como as operadoras entendem a integração do FNAR em relação às esferas profissionais da CMB-MS.

Ainda, a escolha de entrevistas semiestruturadas e abertas parte do conceito de Flick (2008, p. 143) ao salientar que “é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada”. Nesse sentido, a utilização desse método com perguntas abertas e condução da entrevista de maneira que todas as perguntas sejam, em algum momento, respondidas, facilita o processo de geração de dados para análises posteriores. Além disso, essa é uma abordagem que “aumenta a comparabilidade dos dados, tornando-os mais estruturados, como resultados das questões do guia” (Flick, 2008, p. 162).

As entrevistas foram estruturadas a partir da teoria subjetiva, citada por Flick (2008), de Brigitte Scheele e Norbert Groeben, em que as perguntas são direcionadas e controladas por pressupostos teóricos e, ainda, têm a intenção de “tornar mais explícito o conhecimento implícito do entrevistado” (Flick, 2008, p. 149).

As entrevistas tiveram gravações em áudio com a autorização das/os participantes. A gravação se justifica por facilitar a transcrição de dados, feita após sua conclusão. Todas as gravações e transcrições são sigilosas e privadas, conforme Resoluções e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa, em especial a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. E, ainda, as transcrições das três entrevistas estão disponíveis na íntegra nesta dissertação (Ver Apêndices D, E e F).

No que se refere aos dados documentais, o gênero analisado na CMB-MS, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR), será descrito e analisado sob a Análise Crítica de Gêneros Discursivos (Bonini, 2010; 2011; Motta-Roth, 2008), assim sua relação dialógica com documentos internacionais que influenciaram a última Resolução nº 5 de março de 2020, que é aplicada na CMB-MS.

Teórico-metodologicamente, a pesquisa é orientada pela Análise Crítica de Gênero Discursivo (ACG), “resulting from the fusion of two fields: Genre Analysis and Critical Discourse Analysis” (Bonini, 2010, p. 487), ou seja, resultado de uma fusão de dois campos: Análise de Gêneros e Análise Crítica do Discurso, com fundamentação nas concepções teóricas de Bakhtin (2011), Bazerman (2020), Fairclough (2001) e Fairclough e Chouliaraki (1999).

Nesse sentido, Bakhtin (2011) propõe que os gêneros do discurso são uma parte de uma cadeia dialógica, em que cada enunciado é influenciado por enunciados anteriores. Dessa maneira, os gêneros funcionam como respostas em um contínuo dialógico. Bazerman (2020) complementa esse aporte teórico ao considerar os sistemas de gênero como estruturas sociais dinâmicas que organizam a produção e circulação de textos. Logo, a análise dos gêneros discursivos, nesta pesquisa, irá considerar os textos como partes de uma rede comunicativa maior.

Ainda sob a perspectiva teórica, a pesquisa busca conectar a linguagem às estruturas sociais e examinar como o discurso contribui para a reprodução ou transformação das relações de poder e dominação em sociedades contemporâneas. Com isso, a análise dos dados será feita a partir da orientação metodológica de Chouliaraki e Fairclough (1999), com foco na análise de gênero, conforme pode ser visto a seguir:

*Quadro 1 - Esquema metodológico a partir dos Estudos Críticos de Discurso*

1. Escolher o problema social
2. Identificar os obstáculos para que o problema seja superado
  - (a) Identificar a rede de práticas (análise da conjuntura)
  - (b) Identificar a relação semiótica entre os elementos das práticas [com foco na análise do gênero]
  - (c) Analisar o momento discursivo da prática em particular
    - (i) Analisar a estrutura: a ordem do discurso
    - (ii) Analisar a interação
      - interdiscursivamente
      - linguística e/ou semioticamente
3. Identificar a função do problema na prática
4. Identificar formas de superar o problema
5. Refletir sobre a própria pesquisa

Fonte: adaptado de Chouliaraki; Fairclough (1999, p. 60)

Em suma, a presente pesquisa se propõe a investigar como o risco à mulher em situação de violência é discursivamente construído no âmbito institucional da CMB-MS, considerando o FNAR como gênero que organiza práticas, discursos e decisões em torno da proteção legal. Ao reunir as entrevistas com profissionais de diferentes esferas profissionais – e, também, discursivas – documentos reguladores e exemplares do próprio formulário, busca-se

compreender como esse gênero circula, é interpretado e acionado em meio a disputas de sentido e assimetrias institucionais.

Assim, o quadro metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) orienta a análise crítica dos dados, permitindo não apenas descrever a forma e função do FNAR, mas também refletir sobre os impactos sociais e discursivos que tensionam sua funcionalidade, bem como suas possibilidades de transformação dessas práticas por meio da linguagem.

Com base nesses enquadramentos analíticos e metodológicos, a próxima seção detalhará as etapas metodológicas da pesquisa, descrevendo os procedimentos adotados na produção e organização de dados, bem como os critérios utilizados em cada parte.

### 3.2 Etapas da pesquisa

Anterior ao início desta dissertação, em 2021 e 2022, foram feitas visitas à Casa da Mulher Brasileira para verificar a possibilidade de fazer uma pesquisa científica, naquele período tratava-se do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Violências contra as mulheres e políticas públicas: uma análise crítica dos discursos de trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira/MS*, sendo submetido como emenda do projeto de pesquisa maior: *A construção discursiva de si em políticas de combate às violências contra as mulheres: um estudo sobre a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas, sob o CAAE 43775119.0.0000.8030.

Nesse sentido, a partir desse trabalho anterior, foi possível ter conhecimento sobre os documentos das diferentes esferas profissionais da CMB-MS e, com isso, o projeto de buscar compreender como esses documentos, enquanto gêneros discursivos, que estavam ali realizando as práticas sociais, especialmente o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR), impactam nas decisões das aplicações de políticas públicas, em pesquisas posteriores, como esta, de mestrado.

Com base nisso, este trabalho de pesquisa é constituído por **três** etapas. A **primeira** é a descrição do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) a partir de análise crítica, a partir dos documentos: *Formulário de Avaliação de Risco FRIDA: um instrumento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher*, produzido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), *Resolução nº 284 de 2019 e Resolução Conjunta nº 5 de 2020*. Além disso, essa etapa irá descrever as semelhanças e diferenças entre alguns dos documentos internacionais que instituíram o FNAR: *European Manual on Risk Assessment (E-MARIA)*, *Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais* e o *Danger Assessment Risk*.

Nesta etapa, busca-se descrever o que caracteriza o FNAR como gênero discursivo, analisando a cadeia de gêneros que constitui e o institui. Para tanto, a análise será feita a partir da produção e circulação do FNAR, focalizando suas condições, sua relação com legislações e documentos nacionais e internacionais (Fairclough, 2001; Bonini, 2010; 2011). Também, será feito o detalhamento do fluxo institucional do FNAR entre os setores da CMB-MS, bem como ele circula e é – ou deveria – ser utilizado na instituição. Além disso, os exemplares preenchidos do FNAR, cedidos pela SEMU, servirão como ilustrativos nessa análise.

A **segunda** etapa compreende as realizações de entrevistas semiestruturadas com as participantes informadas na seção anterior. Assim, os dados serão gerados a partir de i) gravação em áudio das entrevistas semiestruturadas e abertas (Conf. Roteiros dos Apêndices A e B), e ii) transcrição destas (Conf. Transcrições nos Apêndices D, E e F) a partir das convenções de descrição propostas no quadro abaixo:

*Quadro 2 - Padrões de descrição*

.	(ponto final)	Entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	Entonação ascendente
,	(vírgula)	Entonação de continuidade
palav-	(hífen)	Marca de corte abrupto
pala::vra	(dois pontos)	Prolongamento de som (maior duração)
Palavra	(sublinhado)	Sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA	(maiúsculas)	Intensidade maior (“volume” alto)
°palavra°	(sinal de graus)	Intensidade menor (“volume” baixo)
>palavra<	(sinais de maior do que e menor do que)	Fala acelerada
<palavra>	(sinais de menor do que e de maior do que)	Fala desacelerada
“palavra”	(aspas duplas)	Fala reportada, citação direta
=	(sinal de igual)	Eloquções contíguas, sem intervalo
[]	(colchetes)	Início e fim de falas simultâneas/sobrepostas
(2,4)	(números entre parênteses)	Medida de silêncio (em segundos e décimos de segundos)
(.)	(ponto entre parênteses)	Micropausa de até 2/10 de segundo
()	(parênteses vazios)	Fala que não pôde ser transcrita
(palavra)	(segmento de fala entre parênteses)	Transcrição duvidosa
((olha para baixo))	(parênteses duplos)	Descrição de atividade não-vocal

Fonte: adaptado de Garcez *et al* (2014, p. 272)

Em termos analíticos, como **terceira etapa** da pesquisa, os dados gerados por meio dessas entrevistas serão analisados à luz de categorias linguístico-discursivas para compreender o documento como um gênero discursivo e institucional, a forma como é usado para avaliar o

risco em que as mulheres denunciadas estão submetidas e sua circulação intersetorial, tais como: modalizações, metáforas, escolhas lexicais, uso do discurso alheio etc.

Com tudo isso, busca-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada das formas pelas quais o FNAR – enquanto gênero discursivo – materializa decisões, normatiza condutas e, sobretudo, impacta nos processos de (re)conhecimento, acolhimento e proteção de mulheres em situação de violência.

## CAPÍTULO 4 – O FNAR E SUA CADEIA DIALÓGICA AMPLA: AS VOZES DE NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Neste capítulo, a proposta é descrever e analisar o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) a partir de seu uso concreto e o elo com outros documentos anteriores e, também, internacionais. Diante disso, a discussão parte da descrição de documentos e práticas iniciais de avaliação de risco, demonstrando como o FNAR foi sendo construído e transformado em diálogo com diferentes normativas e com referências internacionais.

Assim, busca-se compreender como essas vozes dialogam, moldando a estrutura e o funcionamento atual desse gênero discursivo.

### 4.1 Origem e Descrição do FNAR em âmbito nacional

A institucionalização de instrumentos para avaliação do risco de novas violências contra mulheres no Brasil reflete um processo de construção normativa e técnica que passou por diferentes formulações ao longo dos últimos anos. Desde 2005, com a publicação de materiais de caráter orientativo, até a implementação do atual Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR), observa-se uma trajetória marcada por alterações no formato, na estrutura das perguntas e no modo de participação da mulher e dos profissionais no preenchimento. Essas mudanças não ocorreram de forma linear, tampouco isentas de tensionamentos conceituais e operacionais. A seguir, apresenta-se uma sistematização das quatro versões do instrumento, com o intuito de contextualizar as transformações ocorridas antes da análise detalhada de cada etapa.

*Quadro 3 - Evolução dos instrumentos de avaliação de risco*

Ano	Nome do instrumento	Tipo de questões	Quantidade de questões	Responsável pelo preenchimento	Observações
2005	Enfrentando a Violência contra a Mulher: orientações e práticas para profissionais e voluntários(as)	Perguntas fechadas dirigidas à mulher	12	Profissional atendente da mulher em situação de violência	Sem caráter normativo; material de orientação para profissionais
2019 (janeiro)	FRIDA – Formulário de	Perguntas fechadas e abertas	29 (19 fechadas e 10 abertas)	Profissional atendente da mulher em	Risco calculado com base no

	Avaliação de Risco			situação de violência	número de respostas “sim”
2019 (junho)	FNAR – Formulário Nacional de Avaliação de Risco	Perguntas fechadas	25	Profissional da mulher em situação de violência OU Mulher em situação de violência terceiro	Abandona o formato do FRIDA; não há mais perguntas abertas; caráter normativo.
2020 (março)	FNAR (última versão)	Perguntas fechadas e abertas	34 (27 fechadas + 7 abertas)	Profissional da mulher em situação de violência	Atual versão em uso; caráter normativo.

Fonte: elaboração da autora

A primeira versão deste percurso de instrumentos para medir o risco relacionado à violência de gênero é o documento “Enfrentando a violência contra a mulher: orientações e práticas para profissionais e voluntários(as)” (Ver Anexo I), publicado em 2005 pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), em conjunto com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)<sup>10</sup>. Trata-se de um material que, embora traga um conjunto de doze perguntas voltadas à mulher em situação de violência, não se configura como um instrumento de caráter normativo, mas sim como um guia de apoio à atuação de profissionais e voluntárias/os da rede de atendimento.

Nesse documento, a avaliação de risco não é apresentada como um processo técnico ou padronizado, mas sim como uma prática situada, construída no diálogo entre atendente e vítima, mediada pelo que o manual denomina de “bom senso” (Brasília, 2005, p. 59) entre ambos. Assim, a noção de risco aparece de forma difusa, atribuída à experiência da/o profissional, sem indicadores específicos nem metodologia de sistematização das respostas. Essa abordagem inaugura o processo de construção institucional de instrumentos de risco no Brasil, marcada, em sua origem, por uma concepção empírica e relacional do risco.

Em oposição à abordagem relacional proposta pelo documento de 2005, o ano de 2019 marca uma inflexão na forma como o risco passou a ser concebido institucionalmente, com a publicação do Formulário de Avaliação de Risco à Proteção à Vida (FRIDA) pelo Conselho

<sup>10</sup>O CESeC, criado em 2000 na Universidade Candido Mendes, é um centro em pesquisas sobre segurança pública e justiça criminal no Brasil, com atuação voltada à promoção dos direitos humanos.

Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com a União Europeia (Ver Anexo II). Essa nova proposta buscou sistematizar a avaliação de risco de forma mais técnica e padronizada, por meio de um instrumento dividido em duas partes.

A primeira parte do FRIDA contém 19 perguntas fechadas com respostas dicotômicas (“sim”, “não”, “não se aplica”, “não sabe”) voltadas diretamente à vítima, cujas respostas são associadas a uma escala de risco quantificada, conforme pode ser visto abaixo:

		Nº de itens assinalados com “não sabe” ou “não se aplica”											
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11-19
Nº de itens assinalados com “sim”	0-2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	M
	3	B	B	B	B	B	B	B	B	M	M	M	M
	4	B	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	M
	5	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	E	M
	6	M	M	M	M	M	M	M	M	E	E	E	M
	7	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	E	M
	8	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	E	M
	9	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	E	M
	10-19	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	

Legenda: B = Risco baixo; M = Risco médio; E = Risco elevado.

Escala de gravidade de risco    Baixo ( )    Médio ( )    Elevado ( )

Figura 3 - Avaliação estruturada para medir o risco

Fonte: FRIDA, 2019

A segunda parte, por sua vez, é destinada exclusivamente à/ao profissional, com 10 questões abertas que solicitam informações descritivas sobre a situação de violência, a percepção da mulher sobre o risco e a avaliação técnica de quem atende sobre o caso.

Essa mudança de formato, embora represente um esforço para conferir maior objetividade à identificação do risco, também introduz tensões importantes. Ao transformar a experiência da mulher em uma série de marcadores binários, o FRIDA tende a invisibilizar a complexidade de contextos em que a violência ocorre e pode ocorrer, esvaziando dimensões específicas e estruturais que não conseguem ser traduzidas em questões fechadas. Ainda que a segunda parte permita à/ao profissional registrar percepções, essa possibilidade permanece deixada de lado em relação ao cálculo final de risco, que se baseia majoritariamente na parte fechada. Além disso, observa-se que, mesmo com o avanço técnico, o FRIDA não contemplava

marcadores sociais importantes, como etnia, raça etc., o que comprometia a dinâmica interseccional de violência.

Na mesma linha de institucionalização inaugurada com o FRIDA, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em junho de 2019, a Resolução nº 284 (Ver Anexo III), que estabeleceu formalmente o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) como instrumento voltado à prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do Judiciário.

Embora mantenha a base conceitual do FRIDA, o FNAR apresenta alterações importantes em sua estrutura. O número de perguntas fechadas foi ampliado para 25, agora distribuídas em quatro blocos temáticos: histórico de violência, perfil do agressor, perfil da vítima e outras informações relevantes.

Diferentemente do FRIDA, que continha uma parte descritiva com questões abertas destinadas à/ao profissional, o FNAR da Resolução nº 284/2019 é composto exclusivamente por questões fechadas, com alternativas que variam conforme o conteúdo de cada pergunta.

A eliminação das perguntas abertas parece marcar uma tentativa de padronizar ainda mais a avaliação, subordinando a análise do risco a um esquema de respostas objetivas e pré-codificadas, em detrimento da escuta ativa e da interpretação qualitativa da experiência da vítima.

Essa transformação evidencia um avanço na formalização do instrumento como política pública, mas também revela um tensionamento entre a busca por eficiência institucional e a complexidade dos casos concretos. A retirada do campo para que a/o profissional registre sua percepção de risco enfraquece a dimensão interpretativa do atendimento e reforça uma lógica tecnocrática, em que o risco é tratado como uma variável passível de mensuração unívoca.

Além disso, embora o formulário acrescente perguntas que buscam traçar o perfil do agressor e da vítima, mantém-se a ausência de marcadores sociais, o que compromete a capacidade do instrumento de captar dinâmicas interseccionais da violência – especialmente em contextos que envolvem mulheres negras, indígenas ou residentes em regiões de vulnerabilidade social. Assim, ainda que represente um passo na consolidação normativa de um protocolo nacional, o FNAR da Resolução nº 284/2019 perpetua uma visão universalizante do risco, descolada das especificidades sociais que conformam a experiência da violência para diferentes grupos de mulheres.

Em março de 2020, a publicação da Resolução Conjunta nº 5 (Ver Anexo IV), pelo CNJ, em conjunto com o CNMP, reformulou o FNAR com o objetivo, de acordo com seu Art. 2º, de

consolidá-lo como um “novo instrumento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”. Apesar de a resolução ter sido publicada no ano de 2020, apenas no dia 6 de maio de 2021 a aplicação do FNAR se tornou lei<sup>11</sup> com a Lei nº 14.149/2021.

Assim, embora mantenha a estrutura de questões fechadas – agora em número de 27 –, o novo modelo reincorporou uma dimensão qualitativa ao incluir, na Parte II do formulário, um espaço exclusivo para o preenchimento da/o profissional qualificado, o que já existia na versão do FRIDA.

Nessa seção, solicita-se que a/o atendente descreva a situação da vítima, identifique a percepção de risco por parte dela, e avalie a existência de risco iminente de feminicídio ou suicídio. Essa reintrodução da escuta especializada, ausente na versão anterior (Resolução nº 284/2019), pode ser compreendida como uma tentativa de restaurar a complexidade do atendimento, reconhecendo que o risco não pode ser reduzido exclusivamente a um conjunto de respostas codificadas.

No entanto, mesmo com esse avanço, persistem limites estruturais importantes. A presença das questões abertas não altera o fato de que a classificação de risco ainda depende majoritariamente do conteúdo fechado, e que a ausência de campos específicos para marcadores sociais impede que o FNAR capte com precisão os múltiplos atravessamentos que incidem sobre a mulher em situação de violência.

A ideia de risco continua sendo tratada como uma variável abstrata e neutra, descolada das desigualdades estruturais que a constituem. Com isso, o formulário que é utilizado atualmente, de forma obrigatória e normativa, desconsidera as particularidades regionais e socioculturais – especialmente no caso de mulheres negras, indígenas ou periféricas, cujas vulnerabilidades escapam das categorias previstas no instrumento –, o que também poderá ser visto nas análises dos trechos das entrevistas com as operadoras de políticas públicas e de justiça da CMB-MS.

Dessa forma, a trajetória de construção do FNAR, desde as primeiras orientações da SPM em 2005 e até sua institucionalização como política pública obrigatória a partir de 2021, evidencia um movimento gradual de formalização e padronização da avaliação de risco de feminicídio. Se por um lado esse percurso revela um esforço das instituições de justiça em responder à demanda por instrumentos técnicos que possam subsidiar a proteção da mulher em

---

<sup>11</sup> Cf. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/sancionada-lei-que-cria-formulario-de-avaliacao-de-risco-de-violencia-contra-a-mulher#:~:text=Foi%20sancionada%20nesta%20quarta%2Dfeira,registro%20da%20ocorr%C3%Aancia%20de%20viol%C3%Aancia> Acesso em 04 mar. 2025

situação de violência, por outro, também deixa transparecer limites importantes que acompanham a evolução desses documentos.

Essas limitações sinalizam a necessidade de situar o FNAR no contexto mais amplo dos instrumentos internacionais que orientam as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Por isso, a análise dos elos entre o FNAR e os documentos internacionais que o constituem, que será realizada na próxima seção, é fundamental para compreender como o formulário brasileiro dialoga dos princípios e práticas globais sobre avaliação e prevenção do feminicídio.

## 4.2 Os elos entre o FNAR e os documentos internacionais

O manual sobre o FRIDA, publicado em 2019, explicita que o formulário foi desenvolvido considerando as perspectivas presentes na literatura internacional. Nesse sentido, a proposta inicial do CNMP dialoga diretamente com os documentos internacionais relacionados no quadro a seguir. Além do FRIDA, o FNAR em sua versão atual também mantém essa interlocução com tais documentos, evidenciando uma intertextualidade que permeia as orientações e práticas de avaliação de risco presentes em âmbito nacional e internacional.

*Quadro 4 - Documentos consultados pelo CNMP para a elaboração do FNAR*

<b>Análise de fatores de risco</b>	
<b>Modelo europeu</b>	E- MARIA. European Manual on Risk Assessment.
<b>Modelo português</b>	Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para Profissionais.
<b>Modelo australiano</b>	<i>The Western Australian Family and Domestic Violence Common Risk Assessment and Risk Management Framework.</i>
<b>Modelo canadense</b>	<i>Domestic Violence Death Review Committees (DVDRC).</i>
<b>Modelo inglês</b>	<i>Bridging Gaps – From good intentions to good cooperation. Manual effective for multiagency cooperation in tackling domestic violence.</i>
<b>Instrumentos de avaliação de risco</b>	
<b>EUA</b>	<i>Danger Assessment (DA).</i>
<b>Reino Unido</b>	<i>Domestic Abuse, Stalking and Harassment and Honour Based Violence (DASH).</i>
<b>EUA</b>	<i>The BIG 26: The Domestic Abuse Intervention Program (DAIP).</i>
<b>Canadá</b>	<i>Spousal Assault Risk Assessment (SARA).</i>
<b>Canadá</b>	<i>Ontario Domestic Assault Risk Assessment (ODARA).</i>

Fonte: Brasil (2019)

Para compreender a constituição discursiva do FNAR que é aplicado atualmente na CMB-MS, é necessário observar sua relação com as versões anteriores, como o FRIDA, bem como os documentos internacionais que serviram de referência para sua elaboração. Assim, é compreendido como a cadeia de gêneros se forma nesse âmbito e os diálogos intertextuais que atravessam os sentidos e os fatores de risco, proteção e responsabilização institucional presentes no formulário.

#### **4.2.1 Intertextualidade e a cadeia de gêneros: diálogos entre o FNAR, FRIDA e documentos internacionais**

O FNAR atual, assim como seu antecessor FRIDA, evidencia uma intertextualidade significativa com a literatura internacional sobre a avaliação de risco. Essa articulação está presente na introdução do manual do FRIDA (2019), conforme citado anteriormente.

Dessa forma, foi possível identificar três documentos/manuais que foram usados como referenciais teóricos e metodológicos para a elaboração dos formulários brasileiros: o *European Manual on Risk Assessment* (E-Maria), o manual português *Avaliação e Gestão de Risco em Rede* (AMCV), e o questionário online norte-americano *Danger Assessment*, desenvolvido por Jacquelyn Campbell (1988). Essa conexão revela que o formulário brasileiro – tanto o FRIDA quanto o FNAR atual – insere-se em uma cadeia de gêneros discursivos orientada por práticas e epistemologias transnacionais no enfrentamento à violência de gênero.

Para fins de contextualização, o manual europeu E-Maria foi publicado em 2013, financiado pela União Europeia e, em sua literatura, apresenta o objetivo de fornecer uma abordagem padronizada para a avaliação de riscos em casos de violência doméstica por parceiro íntimo.

O manual português *Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais* também tem sua publicação em 2013 e foi produzido pela Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV).

Por fim, o questionário norte-americano *Danger Assessment*, que foi desenvolvido por Jacquelyn C. Campbell, em 1988, e atualizado algumas vezes, é aberto em site próprio<sup>12</sup> e pode ser preenchido pela vítima sem nenhum auxílio.

Assim, nota-se, desde o FRIDA, uma inspiração evidente do *Danger Assessment*, principalmente quanto à estrutura das perguntas fechadas e à quantificação do risco. O

---

<sup>12</sup>Cf. <https://www.dangerassessment.org/DA.aspx> Acesso em 09 dez. 2024

questionário norte-americano é composto por vinte (20) perguntas fechadas com respostas binárias (“yes” ou “no”), permitindo à própria vítima o preenchimento de maneira autônoma. O resultado é calculado automaticamente, classificando o risco em quatro níveis: *variable danger* (perigo variável), *increased danger* (perigo aumentado), *severe danger* (perigo severo) e *extreme danger* (perigo extremo), de acordo com o número de respostas afirmativas:

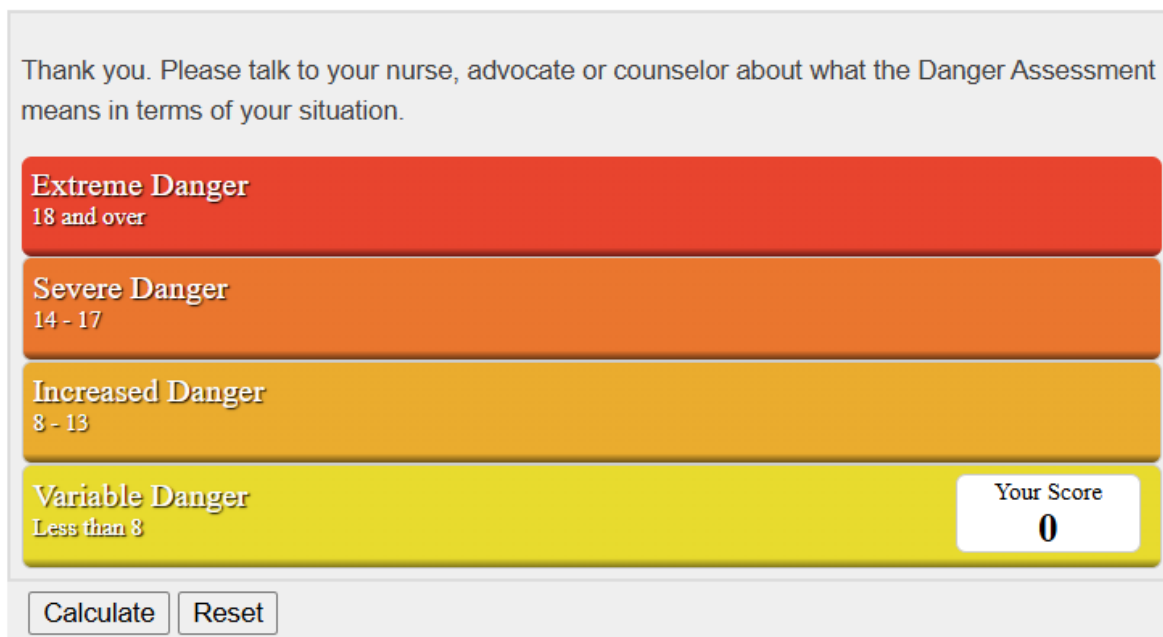


Figura 4 – Classificação de risco *Danger Assessment*

Fonte: Site oficial do *Danger Assessment*

Embora o FNAR preserve o princípio da capacitação técnica no preenchimento – como já era previsto no FRIDA (“profissional devidamente capacitado” Brasil, 2019, p. 40) – a Resolução nº 5/2020 admite, de forma excepcional, que a própria vítima preencha a Parte I do formulário, desde que na ausência do profissional habilitado (Brasil, 2020). Essa possibilidade de preenchimento parcial pela vítima distingue o FNAR do *Danger Assessment*, cuja aplicação e resultado são completamente autônomos, sem mediação técnica.

Além disso, o FNAR atual também inova ao prever, em seu Art. 6º, a disponibilização eletrônica do FNAR, por meio dos sistemas do Poder Judiciário e do Ministério Público, desde que haja interoperabilidade com os demais sistemas eletrônicos. Essa previsão normativa não aparece nos documentos anteriores, como o FRIDA. No entanto, as observações realizadas durante o trabalho de campo na CMB-MS, bem como as entrevistas das operadoras, revelam que, na prática, a informatização ainda não foi implementada nessa unidade.

Os conteúdos e blocos do FNAR também dialogam com os documentos anteriores a ele e com os internacionais citados. Estruturalmente, a Parte I do formulário, composta por três blocos, mantém grande semelhança com a Resolução nº 284 do CNMP e retoma as categorias de risco que também são abordadas nos outros documentos.

Nesse sentido, o primeiro bloco busca compreender o histórico de violência vivenciado pela denunciante – especialmente agressões físicas e sexuais – aspectos amplamente destacados na literatura internacional como fatores de risco. O *European Manual on Risk Assessment*, por exemplo, aponta a violência física e sexual como indicativos de risco elevado de letalidade (E-Maria, 2013), enquanto o manual português destaca o risco “quando um ou mais factores de risco [de letalidade ou de violência muito grave, incluindo violência sexual] estão presentes” (AMCV, 2013, p. 51).

O *Danger Assessment*, por sua vez, inicia com a pergunta: “*Has the physical violence increased in severity or frequency over the past year?*” (Campbell *et al*, 2003) (a violência física aumentou em gravidade ou frequência no último ano?) e inclui ainda: “*Has he ever forced you to have sex when you did not wish to do so?*” (Campbell *et al*, 2003) (ele já a forçou a ter relações sexuais contra a sua vontade?). Essas perguntas demonstram que a experiência prévia de violência é considerada essencial na mensuração do risco.

Além disso, na pergunta 2 do FNAR atual – “O(a) agressor(a) já praticou alguma(s) dessa(s) agressão(ões) físicas contra você?” – reforça esse alinhamento, evidenciando que as agressões físicas são marcadores centrais de risco de feminicídio. A própria Resolução Conjunta nº 5 reconhece que episódios anteriores de violência física são fortemente associados a casos de feminicídio (Brasil, 2020). No *Danger Assessment*, esse aspecto também se materializa por meio de perguntas sobre “*slapping, pushing*” (Campbell *et al*, 2003) (palmadas, empurrões), reforçando a importância da intensidade e reincidência da violência como elementos críticos de análise.

Entretanto, ainda que a ênfase nas violências física e sexual se justifique pela forte correlação com o risco de feminicídio, conforme demonstrado nos instrumentos nacionais e internacionais analisados, é possível considerar que essa centralidade também decorra de uma lógica jurídico-institucional, que privilegia formas de violência mais facilmente tipificáveis e comprováveis nos âmbitos da delegacia e do Judiciário. Em outras palavras, essas formas de agressão costumam deixar marcas físicas ou podem ser atestadas por laudos e testemunhos, o que tende a facilitar sua materialização como prova nos trâmites legais.

Já em violências de ordem psicológica, patrimonial ou até mesmo simbólica, embora igualmente graves e potencialmente letais a longo prazo, muitas vezes carecem de elementos objetivos que sustentem sua mensuração e responsabilidade penal, o que pode levar a sua desconsideração nos processos de avaliação de risco. Essa tendência revela não apenas uma hierarquização institucional das formas de violência, mas também uma limitação nos próprios instrumentos avaliativos. Ainda, rompe com o objetivo dos formulários, que é uma padronização na avaliação do risco.

Assim, é possível compreender que esta hierarquia ao priorizar as violências mais “tipificáveis”, se dê, provavelmente, por considerar o “ciclo da violência” como um fenômeno largamente presente nos estudos sobre o tema da violência contra a mulher. Nesse caso, então, a violência física e sexual seria o grau mais próximo ao feminicídio.

#### **4.2.1 Indicadores sobre o perfil do agressor**

O bloco II do FNAR reúne questões que visam identificar características comportamentais e sociais do agressor, as quais podem compor o quadro de agravamento de risco de feminicídio. A primeira pergunta desse bloco trata sobre o uso abusivo de substâncias: “O(a) agressor(a) faz uso abusivo de álcool, drogas e/ou medicamentos?”.

Essa preocupação é igualmente observada nos instrumentos internacionais. No *Danger Assessment*, por exemplo, as questões 11 e 12 são: “*Does he use illegal drugs or mixtures? By drugs, I mean ‘uppers’ or amphetamines, Meth, speed, angel dust, cocaine, crack, street drugs or mixtures.*” (Campbell *et al*, 2003) (ele usa drogas ilegais? Por drogas, quero dizer ‘estimulantes’ ou anfetaminas, metanfetamina, speed, pó de anjo, cocaína, crack, drogas vendidas nas ruas ou combinações dessas?) e “*Is he an alcoholic ou problem drink?*” (Campbell *et al*, 2003) (ele é alcoólatra ou tem problemas com bebida?). O relatório do FRIDA também aponta o uso de substâncias como fator potencial de violência, conforme pode ser visto abaixo:

Vítima	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção de segurança</li> <li>• Gravidez ou parto recente</li> <li>• Isolamento</li> </ul>
Comportamento e história do agressor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico de violência</li> <li>• Controle coercivo/ciúme excessivo/stalking</li> <li>• Saúde mental</li> <li>• Uso de/acesso a armas</li> <li>• Consumo de álcool/drogas</li> </ul>
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Separação</li> <li>• Escalada da violência</li> <li>• Conflitos relacionados com a guarda dos filhos</li> </ul>

Figura 5 - Indicadores de risco segundo características da vítima, do agressor e do

Fonte: FRIDA, 2019

De forma convergente, o manual português destaca a presença do uso de substâncias psicoativas entre os fatores de risco relevantes, classificando-o como um dos elementos da segunda dimensão de risco (AMCV, 2013). Apesar disso, o documento enfatiza que essas características “não devem desresponsabilizar o agressor pelos seus actos” (AMCV, 2013, p. 58). Ainda, o mesmo documento adverte que:

Abuso no consumo de drogas, ilícitas ou de prescrição, de álcool ou de inalantes podem conduzir a dificuldades no funcionamento interpessoal e social e aumentar o risco de violência. A utilização de substâncias psicotrópicas pode desencadear psicoses temporárias. Nestas situações, os estudos apontam para uma probabilidade de homicídio 4 vezes mais alta” (Websdale, 2000; Campbell *et al.*, 2003, *apud* AMCV, 2013, p. 59).

Esse dado evidencia que o risco de feminicídio pode ser significativamente aumentado pela combinação entre o comportamento violento e as alterações psíquicas provocadas pelo uso abusivo de substâncias. A presença desse marcador em todos os documentos analisados reforça a existência de uma cadeia intertextual na construção das categorias de risco, sendo possível identificar que a literatura especializada sustenta e retroalimenta os elementos incorporados aos formulários.

Outro fator de risco contemplado no bloco II do FNAR é o acesso ou o uso de arma de fogo por parte do agressor. A pergunta 13 do formulário brasileiro é clara: “O(a) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra você ou tem fácil acesso a uma arma?”. O *Danger Assessment* considera esse aspecto também, e os estudos de Campbell *et al* (2003) demonstram que mulheres que foram ameaçadas ou agredidas com armas de fogo ou outra arma tinham 20 vezes mais chances de serem assassinadas do que outras mulheres. Trata-se, portanto, de um indicador de altíssimo valor preditivo para o risco de feminicídio.

Essa associação entre o uso de armas e a letalidade também é explorada no manual português. Ao descrever os fatores de risco, o documento aponta que:

A ocorrência de agressões anteriores constitui um dos factores de risco mais bem estabelecidos quanto à probabilidade de agressões futuras. A natureza da violência precedente pode incluir: ameaças, **uso de armas**, agressões ou tentativas de agressão. Pessoas com passado violento têm maior probabilidade de se envolver de forma mais frequente e mais grave em violência familiar do que as que não têm um passado violento. Isso pode acontecer mesmo que a violência não tenha sido direccionada, numa primeira fase, para membros da família. Outras vítimas podem incluir desconhecidos/as, conhecidos/as e / ou autoridades policiais. Assim, suspeitos com uma história de violência contra as parceiras apresentam um risco particularmente elevado de cometer um comportamento de violência com maior nível de severidade (cf. Monahan, 1981; Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1994; Kropp, Hart & Belfrage, 2005). (AMCV, 2013, p. 59, grifo meu).

Nesse sentido, tanto o FNAR quanto os instrumentos internacionais convergem na identificação do uso de arma de fogo como um elemento que agrava consideravelmente o risco de feminicídio. A intertextualidade entre esses documentos também se manifesta nos critérios de avaliação e no embasamento teórico que os sustenta, isso porque o próprio manual português utiliza do estudo de Campbell *et al* (2003) para demonstrar os critérios de risco, conforme vemos:

Trabalhos de investigação mais recentes procuraram definir de forma sistemática quais os factores de risco identificados pela maioria dos/as especialistas na área (cf. Brookman, 2005; **Campbell *et al.*, 2003**; Frye *et al.*, 2005; Glass *et al.*, 2004; D’Cruze, Walkate & Pegg, 2006; McFarlane *et al.*, 2005). (AMCV, 2013, grifo meu)

Outro ponto em comum entre os documentos analisados é a atenção ao comportamento controlador do agressor, que pode ser visto também na já apresentada figura 5 – Indicadores de risco segundo características da vítima, do agressor e do contexto. A pergunta do bloco II do FNAR aborda diretamente esse tema: “O(a) agressor(a) persegue você, demonstra ciúme excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz? (aonde você vai, com quem você conversa, o tipo de roupa que você usa etc.)”. Essa dimensão do controle coercitivo aparece de forma semelhante no *Danger Assessment*, na pergunta: “*Does he control most or all your daily activities?*” (Campbell *et al*, 2003) (ele controla a maioria das atividades do seu dia?).

No *European Manual on Risk Assessment*, a figura do perpetrador é conceituada como alguém que exerce abuso psicológico e emocional por meio do uso do privilégio masculino e da imposição de controle sobre a vítima (E-Maria, 2013), o que caracteriza um padrão estruturado pelo patriarcado. O documento português, por sua vez, também reconhece esse

comportamento como um elemento de risco significativo, associando-o a contextos de “separação, tentativa de separação ou distanciamento emocional” (AMCV, 2013, p. 59).

Esse conjunto de evidências aponta para a centralidade do controle da lógica da violência de gênero, o que se confirma na realidade brasileira. Dados do Mapa da Violência de 2021 revelam que, em Mato Grosso do Sul – contexto desta pesquisa –, 37% dos feminicídios foram motivados pela não aceitação da separação e 16% por ciúmes, possessividade e controle. Somados, esses fatores representam 53% dos casos de feminicídio do estado, o que reforça a importância de sua mensuração pelos formulários de avaliação de risco.

#### **4.2.3 Indicadores sobre o perfil da vítima**

O bloco III do FNAR busca reunir informações que possibilitem avaliar a condição de vulnerabilidade da mulher em situação de violência. Essas perguntas são direcionadas à própria denunciante e visam compreender fatores que podem impactar tanto na sua autonomia quanto o agravamento do risco de feminicídio.

A pergunta 22, por exemplo, investiga: “Você possui alguma deficiência ou doença degenerativa que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental?”. A inclusão desse tipo de questão está alinhada ao princípio de interseccionalidade, ao reconhecer que múltiplas vulnerabilidades (como deficiência ou enfermidades) intensificam o risco de exposição à violência e reduzem as possibilidades de reação, denúncia e rompimento do ciclo da violência.

O entendimento de que determinados perfis demandam atenção diferenciada também aparece nos manuais internacionais. O manual português *Avaliação e Gestão de Risco em Rede* (AMCV, 2013) e o *European Manual on Risk Assessment* (E-Maria, 2013) destacam que mulheres com deficiência ou doenças limitantes tendem a ser alvos mais frequentes de abusadores que buscam exercer controle total sobre vítimas com menos capacidade de resistência. Isso confirma o caráter intertextual e dialógico entre os documentos, ao compartilharem uma mesma base teórico-metodológica no que se refere à identificação de grupos em situação de maior risco.

Apesar de o FNAR trazer essa pergunta específica sobre doença degenerativa e deficiência como indicativo de vulnerabilidade, observa-se que a formulação é pontual e não se articula com outras perguntas do formulário. Assim, a interseccionalidade aparece de forma superficial e isolada, não sendo aprofundada na lógica avaliativa do instrumento. A ausência de

desdobramentos que considerem, por exemplo, o impacto combinado entre deficiência, classe social, gênero, raça ou território, compromete a capacidade do FNAR de reconhecer e mensurar adequadamente os múltiplos marcadores sociais que atravessam a experiência da violência.

Dessa forma, a simples presença de uma pergunta que menciona uma possível condição de vulnerabilidade não garante, por si só, que o instrumento opere com uma perspectiva verdadeiramente interseccional. É necessário que essas dimensões sejam integradas de maneira transversal e articulada às demais variáveis de risco, o que, no caso do FNAR, ainda não se concretiza.

Adiante, outro fator explorado nesse bloco é a existência de filhos. A pergunta 16.a do FNAR levanta essa variável em: “Você tem filhos?”, e embora pareça uma informação apenas demográfica, seu uso nos formulários pode ser percebido pela orientação dos estudos que apontam a presença de filhos – especialmente quando há disputas de guarda, visitas ou pagamento de pensão (o que é levantado na pergunta 17 do FNAR) – como um agravante importante no contexto da violência doméstica, como aponta o FRIDA (Brasil, 2019).

Nesse sentido, tanto o FNAR quanto os documentos internacionais consideram que situações de separação com disputa de custódia, ou o uso dos filhos como forma de controle emocional da vítima, aumentam significativamente o grau de risco.

O *European Manual on Risk Assessment* destaca que o período de separação ou tentativa de afastamento emocional é um dos momentos mais perigosos para a vítima, e que a existência de filhos pode ser instrumentalizada pelo agressor para prolongar o vínculo ou aumentar o controle (E-Maria, 2013).

Também, o manual português AMCV (2013) cita estudos que evidenciam as consequências da violência doméstica também sobre as crianças. Segundo uma pesquisa referenciada (Abrahms, 1994), 33% das crianças expostas à violência doméstica desenvolvem comportamentos violentos, inclusive contra a mãe; 31% apresentam dificuldades escolares e 31% manifestam baixa autoestima. Esses dados apontam para a necessidade de um olhar ampliado da política pública de enfrentamento à violência, que considere a mulher não como um sujeito isolado, mas como parte de uma rede de relações familiares impactadas pela violência de gênero.

Portanto, o bloco III do FNAR atual mantém a preocupação com a mensuração de fatores que, mesmo que não estejam diretamente ligados ao agressor, dizem respeito à condição da vítima e de seu entorno. A avaliação do risco, nesses termos, amplia-se para além do evento

imediate de violência e abarca os contextos sociofamiliares e estruturais nos quais a mulher está inserida, o que converge com as diretrizes preconizadas pelos manuais internacionais.

#### **4.2.4 A interseccionalidade e as limitações dos instrumentos de avaliação de risco**

Além das descrições comparativas realizadas entre os documentos analisados – FNAR, FRIDA, *Danger Assessment*, E-Maria e o Manual AMCV – torna-se evidente que o formulário brasileiro não contempla de forma sistemática as especificidades regionais e os marcadores sociais da realidade nacional.

Ainda que as ferramentas do FNAR se proponham a identificar fatores de risco para o feminicídio, seus enquadramentos permanecem genéricos, operando dentro de uma lógica que trata a violência contra a mulher como um fenômeno universal e homogêneo. Essa generalização é problemática, pois desconsidera os atravessamentos de raça, etnia, classe, deficiência e território, que potencializam a vulnerabilidade de determinados grupos de mulheres.

No Brasil, por exemplo, o Mapa da Violência de 2024 revelou que, em 2022, a probabilidade de uma mulher negra ser vítima de feminicídio era 1,7 vezes maior do que a de uma mulher não negra. Esses dados escancaram a centralidade do marcador racial na configuração do risco, evidenciando que a interseção entre gênero e raça constitui um fator agravante.

No entanto, essa realidade aparece no FNAR de forma superficial, reduzida a uma única pergunta, a qual indaga sobre a raça/etnia da vítima, sem que haja qualquer desdobramento analítico em relação às demais variáveis do formulário. A ausência de cruzamento entre essa informação e os fatores de risco torna o dado estatístico isolado e funcional apenas como um campo de preenchimento, esvaziado de potência analítica.

Assim, o FNAR atual falha em assumir um caráter interseccional efetivo. Apenas reconhecer a existência da variável “raça” não basta se ela não se articula com a avaliação do risco de forma qualitativa, ou seja, se o marcador não é considerado em associação a outros fatores de vulnerabilidade e violência. Isso revela uma fragilidade na estrutura do instrumento, que, ao operar com categorias desarticuladas entre si, não consegue capturar a complexidade da experiência das mulheres negras, indígenas, quilombolas ou periféricas.

Como aponta Lugones (2014, p. 369), a concepção de gênero dominante nos espaços públicos foi forjada sob uma matriz capitalista, eurocêntrica e global, o que contribui para a invisibilização das “fêmeas colonizadas”. Essa lógica ainda estrutura os modos de gestão do risco e do cuidado institucional, reduzindo a mulher à figura abstrata de uma “vítima universal”, o que acaba por reforçar as desigualdades de gênero e raça que deveriam ser combatidas.

A ausência de sensibilidade do FNAR quanto às especificidades regionais é igualmente notável. Embora o instrumento seja nacional e inclua um campo de identificação territorial, isso não garante que o contexto local seja efetivamente considerado na análise de risco. Não há, por exemplo, mecanismos que possibilitem identificar a sobreposição de vulnerabilidades enfrentadas por mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas ou mulheres do campo, tampouco diretrizes específicas para interpretar suas narrativas.

No Mato Grosso do Sul, onde esta pesquisa foi realizada, essa lacuna revela-se especialmente grave diante da invisibilização das mulheres indígenas, que vivem em constante situação de vulnerabilidade estrutural.

Em fevereiro de 2025, cinco feminicídios foram registrados no estado, sendo duas vítimas indígenas<sup>13</sup>. Tais casos reforçam o argumento de que a violência de gênero é atravessada por marcadores de raça, etnia e território – o que a caracteriza como uma violência racializada. A pesquisadora indígena Eliane Pereira (2020), ao analisar o feminicídio de uma mulher Kaiowá na aldeia de Amambai/MS em 2019, mesmo após a emissão de medida protetiva, denuncia a fragilidade dos mecanismos de proteção estatal frente à realidade das mulheres indígenas. Como ela afirma: “quando a vítima indígena morre por feminicídio é apenas um caso para subir as estatísticas, é apenas mais um corpo pardo” (Pereira, 2020, p. 33). A autora evidencia o apagamento sistemático das mulheres indígenas tanto no debate público quanto nos instrumentos institucionais de enfrentamento à violência.

Ao operar sob uma lógica universalista, o FNAR contribui para a reprodução das desigualdades que deveria combater. O risco ao qual as mulheres estão submetidas não é neutro: ele é racializado, etnizado, classificado socialmente e territorialmente. No entanto, os mecanismos de proteção seguem tratando-o como uma experiência homogênea, desconsiderando a multiplicidade de contextos que produzem vulnerabilidades específicas.

Dessa forma, a ausência de uma abordagem interseccional robusta nos instrumentos de avaliação de risco, como o FNAR, não se limita a uma falha técnica. Ela escancara uma

---

<sup>13</sup> Cf. <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/de-5-mulheres-mortas-neste-mes-em-ms-duas-eram-indigenas> Acesso em 27 jun. 2025

estrutura epistemológica que ignora as diferenças e, ao fazê-lo, compromete a efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Incorporar uma perspectiva interseccional significa reconhecer que diferentes mulheres enfrentam diferentes riscos e, portanto, necessitam de diferentes respostas. Ignorar isso é naturalizar o silenciamento e a exclusão de mulheres negras, indígenas e outras que não se enquadram na norma universalizada da vítima branca e urbana.

#### **4.4 O FNAR como gênero discursivo: estrutura e cadeia de interlocução**

O formulário como um gênero discursivo, por sua natureza institucional e técnico-burocrática, apresenta uma configuração composicional rígida, caracterizada por campos delimitados, enunciados fixos e, ainda, alternativas para resposta fechadas e limitadas. Trata-se de um gênero que busca padronizar e controlar o modo de produção discursiva, a fim de garantir objetividade, comparabilidade e economia de tempo nos processos institucionais. Ao compreender, por meio de Bakhtin (2011), que alguns gêneros discursivos apresentam graus altos de padronização, tanto em termos de estrutura quanto de possibilidades enunciativas, é possível perceber que o formulário responde à necessidade de registro e burocratização em determinadas esferas.

Nesse sentido, a função social do FNAR está ligada à sua inserção em contextos institucionais específicos, cuja finalidade comunicativa é mensurar o risco a que a mulher está submetida e, com isso, subsidiar decisões judiciais e de políticas públicas. Os traços de objetividade presentes no formulário, como a predominância de perguntas fechadas e a linguagem técnica, constituem aspectos estilístico-composicionais (Bakhtin, 2011) que contribuem para a sua operacionalização institucional.

No caso do FNAR, essa estrutura se estabelece pelos seus blocos temáticos fixos, apresentados na seção anterior, nos quais a/o profissional deve selecionar respostas pré-estabelecidas para cada item. Assim, a forma composicional do FNAR não é aberta à narração livre ou à construção espontânea da mulher, sendo a/o profissional responsável por selecionar e enquadrar as respostas dentro de um esquema lógico previamente definido.

Ainda, o estilo adotado no FNAR é marcadamente técnico e impessoal, refletindo um formato padronizado de coleta de dados, reforçando a ideia de neutralidade e rigor o que é comum em documentos jurídicos no geral. Esse caráter pode ser exemplificado ainda nas primeiras seções do documento, que se organizam por meio de perguntas de múltipla escolha,

como na pergunta 1: “O(a) agressor(a) já ameaçou você ou algum familiar com a finalidade de atingi-la?”. Essa questão tem como possibilidade resposta opções objetivas:

Exemplo 1 – FNAR, 2022, Bloco I<sup>14</sup>

- 1. O(A) agressor(a) já ameaçou você ou algum familiar com a finalidade de atingi-la?**  
 Sim, utilizando arma de fogo                       Sim, de outra forma  
 Sim, utilizando faca                                       Não

Isso evidencia um estilo composicional voltado à quantificação e à categorização rápida de informações, com pouca margem para a complexidade da experiência da vítima. Até porque, no exemplo 1, podemos perceber que o preenchimento da resposta “Sim, de outra forma” foi assinalado, porém não há espaço para informar qual é essa outra forma.

Embora a sua aplicação envolva subjetividades complexas, como o relato de violência. O vocabulário é direto e objetivo, evitando marcas avaliativas explícitas ou recursos expressivos – o que, também, coaduna com a expectativa de precisão dos registros jurídicos e administrativos. Por exemplo, ao se tratar de episódios como estupro, o documento apresenta a seguinte pergunta:

Exemplo 2 – FNAR, 2022, Bloco I

- 4. O(A) agressor(a) já obrigou você a ter relações sexuais ou praticar atos sexuais contra a sua vontade?**  
 Sim                                       Não                                       Não sei

Nesse formato, a complexidade emocional e contextual dessas vivências é comprimida com categorias binárias nas alternativas possíveis, apagando nuances como traumas, medos, dependência emocional ou dificuldades de nomear o que foi vivido.

No entanto, na prática cotidiana da CMB-MS, observou-se que esse estilo é muitas vezes reinterpretado pelas/os profissionais que preenchem o formulário, as/os quais recorrem a anotações complementares ao longo do formulário, no intuito de registrar informações que não se enquadram nos limites do FNAR.

<sup>14</sup> Os exemplos apresentados nesta seção serão intitulados pelo ano de preenchimento do exemplar do FNAR fornecido pela SEMU, seguido do bloco do formulário ao qual a questão pertence.

Além disso, as especificações deixadas pelas/os profissionais podem ser relacionadas ao fato de que o enunciado das questões tem mais de um comando, o que leva a/o respondente a inserir informações escritas e, também, o que demonstra que as alternativas objetivas podem não ser suficientes para responder tudo o que o formulário pede. Isso pode ser visto nos exemplos abaixo:

#### Exemplo 3 – FNAR, 2022, Bloco II

Sim  Não  Não sei

13. O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra você ou tem fácil acesso a uma arma?

Sim, usou  Não  
 Sim, ameaçou usar  Não sei  
 Tem fácil acesso

14. O(A) agressor(a) já ameaçou ou agrediu seus filhos, outros familiares, amigos, colegas de

#### Exemplo 4 – FNAR, 2022, Bloco II

Sim, ameaçou usar  
 Tem fácil acesso

14. O(A) agressor(a) já ameaçou ou agrediu seus filhos, outros familiares, amigos, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais?

Sim, filhos  Sim, animais  
 Sim, outros familiares  Não  
 Sim, amigos  Não sei  
 Sim, colegas de trabalho  
 Sim, outras pessoas  
(verbalmente)

#### Exemplo 5 – FNAR, 2022, Bloco IV

**BLOCO IV - OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

24. Você considera que mora em bairro, comunidade, área rural ou local de risco de violência?

Sim *Bairro*  Não  Não sei

#### Exemplo 6 – FNAR, 2022, Bloco I

8. As agressões ou ameaças do(a) agressor(a) contra você se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses?

Sim *Frequentes*  Não  Não sei

Na CMB-MS, o preenchimento do FNAR ocorre pelo setor psicossocial, durante o atendimento inicial à mulher em situação de violência. E, embora o FNAR pareça, à primeira vista, um gênero discursivo com baixa dialogicidade, sua produção e circulação envolvem múltiplos interlocutores, ainda que muitos deles não se manifestem diretamente no enunciado.

Na perspectiva bakhtiniana, todo enunciado pressupõe um destinatário – ainda que implícito – e se organiza de acordo com a expectativa de resposta ou com o efeito que se deseja produzir no outro (Bakhtin, 2011). Nessa perspectiva, Bakhtin (2011) aponta que a atividade ou passividade do destinatário, que pode ser o que ele chama de “participante-interlocutor” (Bakhtin, 2011, p. 301), são definidas e determinadas pelo campo de atividade humana em que o gênero discursivo está inserido. Assim, mesmo um formulário estruturado com perguntas fechadas e com um vocabulário técnico deve ser compreendido como um enunciado dialógico, no qual as vozes dos sujeitos envolvidos são organizadas, hierarquizadas e, por vezes, silenciadas.

O FNAR constitui-se justamente como um gênero institucional estruturado para circular entre interlocutores específicos dentro da cadeia de proteção às mulheres em situação de violência. Assim, na CMB-MS, como já citado, ele é produzido no âmbito do atendimento psicossocial inicial, tendo como enunciantes/es imediatas/os as/os profissionais que o preenchem (assistentes sociais e psicólogas), mas o formulário é elaborado a partir da escuta da mulher denunciante, que é a fonte primária da informação – embora não seja a autora material do enunciado. A mulher, nesse contexto, participa da enunciação como um sujeito que relata, mas não como autora – que seria conforme Bakhtin (2011, p. 289), “o sujeito do discurso” ou o falante do enunciado – do discurso produzido no formulário.

Dessa forma, o FNAR materializa uma cadeia de interlocuções implícitas e explícitas. Seu endereçamento primeiro é voltado à rede de operadoras/es do sistema judiciário, delegadas/os, defensoras/es públicas/os, promotoras/es e, sobretudo, juízas/es que tomarão decisões com base nas informações registradas no formulário. Isso significa que, desde a sua origem, o FNAR é construído sob a expectativa de uma compreensão responsiva ativa (Bakhtin, 2011, p. 271) desses locutores institucionais, isto é, ao compreenderem os significados do que está no FNAR, esses locutores podem completá-lo, aplicá-lo, prepará-lo e/ou usá-lo.

Nesse sentido, os blocos temáticos e as alternativas limitadas não são neutras, são elaboradas prevendo as possíveis objeções, isso pode ser visto no Anexo III, em que a Resolução Conjunta nº 5 do FNAR explica o porquê de cada pergunta e o que se espera em

cada resposta. Isso influencia diretamente a escolha da linguagem, a padronização das respostas e a forma como a violência é enquadrada discursivamente. Vejamos alguns exemplos:

#### Exemplo 7 – FNAR, 2022, Bloco I

- 6. O(A) agressor(a) já teve algum destes comportamentos?**
- Disse algo parecido com a frase: "se não for minha, não será de mais ninguém"
  - Perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta
  - Proibiu você de visitar familiares ou amigos
  - Proibiu você de trabalhar ou estudar

A pergunta sobre os comportamentos do agressor, presente no primeiro bloco do FNAR, são apontados na literatura da Resolução Conjunta nº 5 como fortes indicadores de controle coercitivo, um importante fator de risco para a escalada da violência. Assim, há a prévia categorização que orienta a leitura da situação da vítima por meio de um enquadramento teórico-jurídico específico.

#### Exemplo 8 – FNAR, 2022, Bloco I

- 2. O(A) agressor(a) já praticou alguma(s) dessas agressões físicas contra você?**
- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Queimadura  | <input checked="" type="checkbox"/> Estrangulamento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Enforcamento                                       | <input checked="" type="checkbox"/> Soco            |
| <input type="checkbox"/> Sufocamento   | <input type="checkbox"/> Chute                      |
| <input type="checkbox"/> Afogamento  | <input checked="" type="checkbox"/> Tapa            |
| <input type="checkbox"/> Tiro  | <input type="checkbox"/> Empurrão                   |
| <input checked="" type="checkbox"/> Facada   | <input type="checkbox"/> Puxão de Cabelo            |
| <input checked="" type="checkbox"/> Paulada  |   |
| <input type="checkbox"/> Outra. Especificar: <u>violência patrimonial, xingamentos</u> |   |
| <input type="checkbox"/> Nenhuma agressão física                                       |   |

Na pergunta 2, a listagem de agressões impõe uma tipificação jurídica e objetiva da violência, com ações físicas específicas que se encaixam facilmente em laudos e boletins de ocorrência. Isso padroniza o que pode ser considerado como violência, o que desconsidera outras formas de violência. O campo “Outra. Especificar”, que a atendente da CMB-MS escreveu os termos “violência patrimonial, xingamentos”, evidencia tanto a insuficiência nas categorias pré-estabelecidas na questão quanto a tentativa de resistência da profissional diante da limitação do documento.

Nesse sentido, por não possuírem itens que legitimem, de certa forma, esses outros tipos de violência, reforça o caráter objetivo e central de medir o risco por uma lógica institucional, que prioriza violências com maior possibilidade de materialização jurídica.

Além disso, a representação que o falante faz do seu destinatário influencia na escolha do gênero, da estrutura e do estilo do enunciado. No caso do FNAR, presume-se um destinatário técnico, racional, objetivo – um/a operador/a do direito ou de políticas públicas que valoriza evidências documentais e registros sistematizados. Em outras palavras, para que exista a tipificação de um crime, a violência sofrida pela mulher deve ser enquadrada no código penal pela esfera policial e pelo Judiciário. Por isso, o gênero discursivo adota um estilo impessoal e técnico, conforme já foi mencionado. Essa representação do destinatário institucional opera como uma espécie de censura prévia, moldando o que “pode” ou não ser dito e, mais ainda, como deve ser dito.

Na prática da CMB-MS, essa expectativa em relação aos interlocutores faz com que as/os profissionais antecipem, durante o preenchimento, como o formulário será lido e interpretado pelos outros interlocutores (policiais, delegadas/os, juízas/es, defensoras/es) e, com isso, tem-se a coparticipação dessas/es atendedoras na elaboração do discurso registrado no FNAR.

Elas/es relatam, por exemplo, que ajustam ou complementam respostas com observações escritas para evitar que a complexidade da situação da mulher se perca na simplicidade das respostas limitadas. Essa ação pode revelar que, mesmo em um gênero discursivo altamente fechado, há espaço para negociações discursivas e, também, na reconfiguração da forma, pois tudo depende do campo de comunicação, bem como da valoração e intenções daquela/e que preenche o formulário.

Portanto, os interlocutores do FNAR não se limitam ao par profissional do setor psicossocial-mulher, incluem-se nessa cadeia:

- As vozes das instituições e documentos que **constituem** e **instituem** o FNAR, como o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e os documentos internacionais que foram utilizados na cadeia dialógica da formação do FNAR;
- A mulher, como **voz**, mas não autora material, pois é ela quem vivencia as situações de violência e fornece as informações que dão base ao preenchimento do formulário. No entanto, sua voz é filtrada, adaptada ou reduzida ao formato padronizado do instrumento, frequentemente restrita a respostas objetivas e/ou binárias;
- A psicóloga ou assistente social (que atua no setor psicossocial), como **autora imediata do enunciado**, já que são essas profissionais que registram os dados, fazem inferências na Parte II e mediam os sentidos entre o vivido e o prescrito;

- Os interlocutores institucionais – delegadas/os, policiais, defensoras/es, juízas/es – como **destinatários principais**, cujas ações concretas (como o pedido ou o (não) deferimento de medida protetiva) configuram a resposta esperada e antecipada;
- O próprio sistema de justiça e o Estado, **como interlocutores difusos e normativos**, que definem os marcos regulatórios, os padrões de risco e os sentidos de proteção;
- Pesquisadoras/es, grupos feministas, instâncias públicas que gerarão dados a partir do FNAR como **interlocutores distantes**, que podem utilizar o formulário como análise ou formulação de estatísticas, por exemplo.

Assim, ao se compreender que “o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado” (Bakhtin, 2011, p. 301), é possível afirmar que, no FNAR, essa construção orientada ao destinatário marca profundamente o estilo e a composição do gênero, revelando como a linguagem técnica e padronizada esconde, mas não anula, os efeitos de responsividade antecipada. O formulário, portanto, longe de ser neutro, é um enunciado que carrega valoração, moldado pelas relações de poder que organizam a cadeia institucional.

#### 4.7 O gênero discursivo FNAR a partir das esferas que o constituem

Com a finalidade de compreender de maneira mais precisa como o FNAR circula entre os diferentes setores da CMB-MS, apresenta-se a seguir o seu percurso institucional. Esse fluxograma foi elaborado a partir dos relatos das profissionais entrevistadas nesta pesquisa – assistente social, psicóloga e delegada. O objetivo deste fluxo não é apenas descrever etapas administrativas, mas também explicitar as relações institucionais que moldam a função comunicativa do FNAR dentro da rede de proteção às mulheres em situação de violência. A análise desse percurso permite identificar os sujeitos envolvidos, os pontos de articulação entre os setores e, sobretudo, os lugares de produção, circulação e leitura do formulário, compreendido aqui como gênero discursivo técnico e institucional.

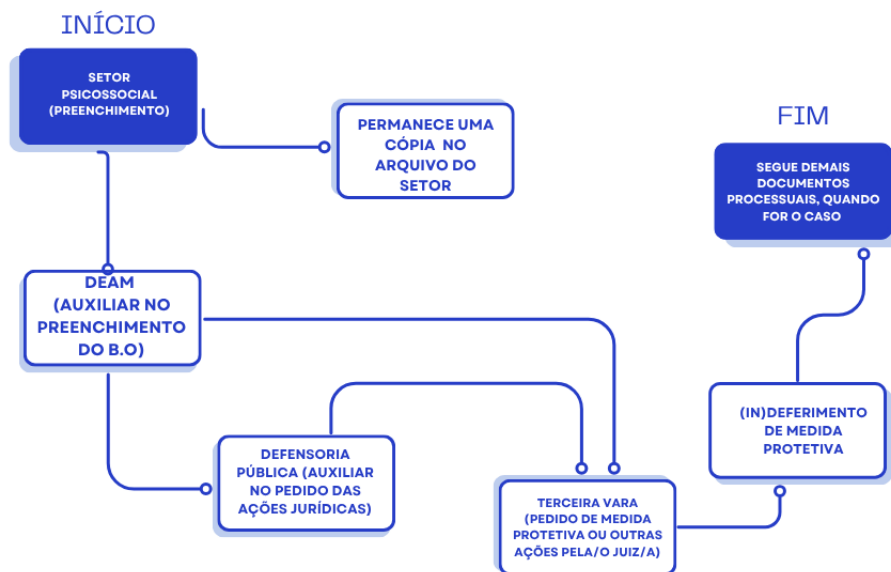


Figura 6 - Percurso do FNAR na CMB-MS

Fonte: elaboração da autora

O processo, então, inicia-se no setor psicossocial, onde o FNAR é preenchido por psicólogas ou assistentes sociais durante o atendimento à mulher. Uma cópia do formulário permanece arquivada nesse setor, isso porque, em casos de reincidência em períodos menores que três (03) meses, utiliza-se o mesmo formulário no encaminhamento dessa mulher. Adiante, o FNAR original é encaminhado à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), onde o documento deveria auxiliar no processo de oitiva e preenchimento do boletim de ocorrência. Em seguida, o FNAR é encaminhado à Defensoria Pública, juntamente com o B.O., que pode utilizá-lo como subsídio para formular o pedido de medida protetiva de urgência ou outras ações em favor da mulher. A passagem do FNAR e outros documentos pela Defensoria Pública ocorre em alguns casos, em outros a DEAM pode encaminhar diretamente à Terceira Vara.

Posteriormente, o formulário chega à Terceira Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e será analisado por juízas/es no momento da decisão do (in)deferimento de medida protetiva de urgência, por exemplo. Quando aplicável, o FNAR também pode ser reunido a outros documentos processuais, compondo um dossiê mais amplo sobre o caso em

questão. No fluxograma, o fim aparece como o final de seu fluxo dentro da CMB-MS, porém ele pode seguir outros processos em outros contextos.

Esse percurso revela que o FNAR, na teoria, deve ser um elo discursivo que circula entre as diferentes esferas institucionais, com a finalidade de articular saberes diversos – psicológico, jurídico, policial e social. Seu fluxo evidencia o caráter interinstitucional e responsivo do gênero formulário, que, embora altamente padronizado, se constitui como um ponto importante para decisões nas diferentes esferas.

Assim, ao circular por distintas instâncias, o FNAR mobiliza interlocutores distintos, que podem ler e interpretar a partir de suas próprias funções, interesses e competências técnicas. Como gênero discursivo, ele responde não apenas às necessidades de registro e sistematização da violência, mas sobretudo à finalidade de avaliar o grau de risco a que a mulher está submetida, orientando decisões jurídicas e institucionais.

No entanto, essa avaliação é atravessada pela burocracia institucional, que se expressa na forma padronizada do documento, na limitação das respostas e na própria linguagem adotada. Sua circulação, portanto, é também uma forma de produção de sentido e de poder dentro da cadeia discursiva da qual ele faz parte, pois constrói institucionalmente o que será entendido como risco, proteção e vulnerabilidade.

## CAPÍTULO 5 – O FNAR E SUA CADEIA DIALÓGICA IMEDIATA: AS VOZES DE OPERADORES DA JUSTIÇA

### 5.1 A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS como lugar de produção discursiva do FNAR

Após a trajetória das políticas públicas voltadas às mulheres, abordada no Capítulo 2 – com destaque para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVM) – a criação da CMB, em 2013, representa um marco institucional na consolidação da intersetorialidade como estratégia fundamental para o enfrentamento da violência de gênero. A proposta da CMB é orientada pela Lei Maria da Penha (LMP), especialmente em seu Art. 8º, que propõe a articulação entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e, também, a integração com organizações não governamentais. Nesse sentido, a CMB surge como um dispositivo estruturante dessa lógica integradora.

Conforme Martins e Araujo (2019, p. 54), a intersetorialidade se configura como “um conjunto de práticas que visa fazer frente a problemas complexos que, de outra forma, não obtiveram êxito”. Alinhado a esse entendimento, Gusmão (2023, p. 24) destaca que a proposta da CMB busca justamente “superar a fragmentação e a desarticulação dos serviços”. Portanto, o modelo da CMB se afirma não apenas como resposta às lacunas institucionais históricas, mas também como tentativa de reconfigurar a lógica de atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo atendimento humanizado e ágil.

A concepção da Casa da Mulher Brasileira foi inspirada na experiência de El Salvador, no Paraguai, por meio do programa *Ciudad Mujer*, implementado em 2011. Essa iniciativa congrega, em um único espaço, dezoito instituições estatais, com foco em áreas como saúde sexual e reprodutiva, enfrentamento à violência de gênero, autonomia econômica e cuidados infantis – objetivos que dialogam diretamente com os propósitos da CMB. Após visita técnica ao projeto, lideranças brasileiras, como a então ministra Eleonora Menicucci, identificaram-no como referência para a política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres<sup>15</sup>.

A primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira foi instalada em Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, com inauguração oficial em 3 de fevereiro de 2015. Sua

---

<sup>15</sup> Cf. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2013/02/13-02-em-el-salvador-ministra-eleonora-e-recebida-por-presidente-participa-de-encontro-preparatorio-da-onu-e-visita-cidade-da-mulher](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2013/02/13-02-em-el-salvador-ministra-eleonora-e-recebida-por-presidente-participa-de-encontro-preparatorio-da-onu-e-visita-cidade-da-mulher) Acesso em 17 jul. 2025

implementação decorreu do Convênio nº 117/2017, firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Prefeitura Municipal de Campo Grande. A escolha por Campo Grande foi estratégica: além de possuir uma rede pública consolidada nas áreas de saúde, segurança e assistência social, a capital apresentava os maiores índices de violência doméstica do país à época. Segundo dados do CNJ (2017), Mato Grosso do Sul liderava o ranking nacional de processos judiciais por violência doméstica, com uma taxa de 30,8 denúncias por mil mulheres, mais que o dobro da média nacional. Adicionalmente, conforme reportagem da Agência Gov<sup>16</sup>, Campo Grande também registrava o maior número de atendimentos pelo serviço Ligue 180.

Atualmente, existem dez Casas da Mulher Brasileira no país. Além de Campo Grande, outras unidades foram abertas em Fortaleza/CE, Ceilândia/DF, Curitiba/PR, São Luís/MA, Boa Vista/RR, São Paulo/SP, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA. Cada uma dessas unidades visa proporcionar um ambiente que tenha atendimento para mulheres em situação de violência, centralizando diversos serviços especializados em um único local.

Em termos de gestão, a CMB-MS funciona a partir da cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal. Os setores de recepção, acolhimento, triagem e atendimento psicossocial são geridos pelo município, por meio da Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMU). Já a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), integra a Polícia Civil, sob a gestão estadual. Também estão sob responsabilidade estadual a Terceira e Quarta Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a Promotoria Especializada e a Defensoria Pública. Serviços de apoio, como o alojamento de passagem, brinquedoteca, a central de transportes e a promoção da autonomia econômica, são de gestão municipal.

O Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL) compõe a esfera federal, embora atue com a articulação com o estado. Já a Patrulha Maria da Penha é composta por agentes da Guarda Civil Metropolitana, e opera de forma articulada com a Terceira e Quarta Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A DEAM funciona em regime de plantão 24h desde a sua inauguração na CMB-MS, incluindo finais de semana e feriados, o que representa um avanço em relação ao funcionamento anterior, restrito ao horário comercial. A 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, também chamada de 1ª Vara de Medidas Protetivas<sup>17</sup>, e foi criada com o objetivo de permitir a concessão imediata de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), conforme a

---

<sup>16</sup> Cf. <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202502/casa-da-mulher-brasileira-em-campo-grande-ms-completa-10-anos-de-atividades> Acesso em 17 jul. 2025

<sup>17</sup> Cf. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/tribunal-de-justica-do-ms-instala-1a-vara-de-medidas-protetivas-do-pais-na-segunda-feira-9-na-casa-da-mulher-brasileira> Acesso em 25 jul. 2025

avaliação de risco identificada em qualquer ponto da trajetória de atendimento da mulher dentro da CMB-MS. Com isso, juízas/es podem determinar rapidamente ações como prisão preventiva do agressor, o seu afastamento do lar, ou até a concessão da guarda unilateral dos filhos. Após essa etapa inicial, o caso segue para os trâmites subsequentes.

A Patrulha Maria da Penha, por sua vez, também atua em regime de plantão 24h e sua criação foi estabelecida pelo Decreto Municipal nº 12.563/2015, que regulamenta a Lei Municipal nº 5.305/2015. De acordo com o decreto, a Patrulha é responsável por acompanhar o cumprimento das medidas protetivas que foram expedidas pelas/os juízas/es da 1ª Vara de Medidas Protetivas, também devem oferecer resposta imediata em casos de violação da MPU, atuando como um elo entre a vítima, o sistema de justiça e a rede de proteção. Além disso, a Patrulha também pode encaminhar a mulher em situação de violência para a CMB-MS quando há flagrante de violência doméstica.

É importante destacar os números de atendimento da CMB-MS, a título de entendimento da importância da instituição. A partir do Relatório de Gestão, elaborado em 2021 por profissionais da CMB-MS, os dados sobre os atendimentos no período de 2017 e 2020 mostram 24.898 mulheres cadastradas no sistema Íris – plataforma utilizada pela CMB-MS para registrar e monitorar os atendimentos. Quando são consideradas as reincidências, o número sobe para 58.688. Esse dado é relevante ao compreender a amplitude e a demanda dos serviços oferecidos pela Casa.

Além dos serviços que compõe a CMB-MS internamente, citados anteriormente, há a possibilidade de encaminhamentos para serviços externos, como a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), responsável pela garantia do atendimento à saúde física e mental da mulher, viabilizando exames clínicos e ginecológicos, bem como laudos necessários à comprovação da violência sofrida. Também a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) pode ser acionada para atuar no suporte da autonomia e proteção social da mulher, oferecendo desde auxílio emergencial (como cestas básicas e aluguel social) até a inserção em Casas-Abrigo, por meio de equipamentos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O Centro de Atendimento à Mulher (CEAM) é um dos serviços em que ocorrem os encaminhamentos e, por sua vez, oferece atendimento especializado psicossocial e jurídico, funcionando como instância de acompanhamento contínuo, orientação sobre direitos e fortalecimento emocional.

Com isso, o Relatório de Gestão (2021) aponta que foram realizados 445.404 encaminhamentos para as instituições supramencionadas. Essa rede de serviços integrados é

importante, segundo o próprio relatório, para garantir um atendimento completo e multidisciplinar, que abrange desde o suporte psicológico e jurídico até o atendimento médico e assistencial.

Em suma, a CMB-MS representa, sem dúvida, um avanço institucional importante na política de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. Sua proposta de intersectorialidade e acolhimento em um único espaço reflete uma tentativa concreta de romper com as fragmentações de serviços e dar respostas mais ágeis e humanizadas às demandas das mulheres em situação de violência.

No entanto, apesar da robustez normativa, a instituição evidencia tensões estruturais e intersectoriais importantes. Em primeiro lugar, essa articulação entre serviços depende de articulações políticas contínuas, da vontade institucional e de investimento técnico e financeiro sustentável. Além disso, ao longo deste trabalho foram observados entraves significativos que dizem respeito à articulação entre as esferas profissionais, principalmente disputas por competência, relações de hierarquia entre os setores e ausência de capacitação adequada das/os profissionais envolvidas/os, o que pode ser visto nos trechos analisados das entrevistas das profissionais atuantes da CMB-MS.

Isso tudo pode gerar disparidades no atendimento e na responsabilização institucional, o que contraria os princípios de integralidade e equidade que fundamentam a proposta da CMB, regulamentados pelo Decreto nº 11.431/2023, conforme o Art. 3º: “O Programa será desenvolvido, principalmente por meio das seguintes ações”, incisos IV e V:

- IV integração com os serviços da rede de saúde e socioassistencial; e
- V - atendimento de órgãos públicos como:
  - a) delegacias especializadas em atendimento às mulheres;
  - b) rondas e patrulhas especializadas em atendimento às mulheres;
  - c) juizados e varas especializados de violência doméstica e familiar contra as mulheres; e
  - d) promotorias de justiça e setores das defensorias públicas especializados na defesa e na garantia de direitos das mulheres (Brasil, 2023).

Além disso, embora os dados apresentados pelo Relatório de Gestão da CMB-MS evidenciem a alta demanda e a capilaridade das ações da instituição, o número elevado de reincidências revela também os limites da política no enfrentamento das causas estruturais da violência. O volume de atendimentos reforça a importância da CMB como porta e articulação de serviços, mas também sugere a necessidade de investir em ações preventivas e educativas, que transcendem o modelo de resposta emergencial.

Também, a inserção do FNAR na rotina de atendimentos da CMB-MS traz à tona outra dimensão das tensões entre a previsão normativa e a prática institucional. Embora o formulário

tenha sido instituído para subsidiar decisões sobre as MPUs com base em critérios de risco, sua aplicação permanece, na CMB-MS, restrita a versão impressa, embora a legislação nacional, da Resolução Conjunta nº 5 de 2020, sugira a implementação de um sistema digital para o preenchimento e compartilhamento do FNAR – desde que haja condições técnicas.

Essa materialidade analógica, por mais que atenda minimamente às exigências legais, evidencia uma ruptura nos fluxos de informação entre os diferentes órgãos que compõem a CMB-MS, além de romper, também, com a informatização que estamos vivendo nesse período em todas as áreas. A ausência de um sistema informatizado compromete tanto a agilidade no encaminhamento das demandas quanto a sistematização de dados para fins de monitoramento e avaliação.

Em suma, ao compreender que existem algumas lacunas ainda no sistema da CMB, é possível entender que as políticas públicas no enfrentamento à violência de gênero estão atravessadas por limitações técnicas, operacionais e, também, relações de poder – até mesmo dentro da instituição – que precisam ser enfrentadas para garantir uma melhor atuação.

## **5.2 Vozes institucionais sobre o FNAR: o uso do formulário na prática das operadoras da CMB-MS**

O material analisado neste capítulo foram duas entrevistas com operadoras de políticas públicas do setor psicossocial que atuam na CMB-MS, *Joana*, psicóloga, trabalha na CMB-MS há 07 anos e *Matilde*, assistente social, 08 anos de instituição, e uma entrevista com a delegada *Rebeca*, parte da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada dentro da CMB-MS, a profissional trabalha há 12 anos na área da violência contra a mulher.

As seções a seguir, bem como a escolha dos excertos, estão organizadas de modo a responder, respectivamente, cada um dos objetivos traçados para esta dissertação: i) apresentar e analisar a forma que as/os operadoras de justiça e de políticas públicas avaliam o risco a que a mulher denunciante está sendo submetida; ii) definir a avaliação da aplicação do FNAR pela voz das profissionais em seu uso dentro da instituição CMB-MS; e iii) analisar como as operadoras entendem a integração do FNAR em relação às esferas profissionais da CMB-MS. Além disso, através das respostas, tem-se o objetivo de investigar como o gênero discursivo Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) se insere nas práticas institucionais da Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul (CMB-MS), considerando seus efeitos sobre

a implementação e a operacionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

Nesse sentido, a justificativa da entrevista com as integrantes do setor psicossocial da CMB-MS reside no fato de que são essas profissionais, em conjunto com a denunciante, responsáveis pelo preenchimento do FNAR. O primeiro atendimento, após o procedimento na recepção, é realizado pelas assistentes sociais e psicólogas. Dessa forma, a mulher relata o histórico de violência às operadoras de políticas públicas, que além de preencherem o formulário, elaboram também um relatório específico do setor contendo toda a narrativa da vítima.

Além disso, a motivação para a entrevista com a delegada se baseia na importância em compreender como o FNAR, ao ser recebido pela autoridade policial, impacta nas ações da DEAM. Assim, busca-se entender quais são as implicações do formulário em encaminhamentos e pedidos de medida protetiva por parte da DEAM.

### **5.2.1 “O feminicídio é uma loteria”? A construção discursiva do risco na voz das operadoras da justiça e de políticas públicas na CMB-MS**

A análise desta seção é relacionada ao modo pelo qual as integrantes entrevistadas do setor psicossocial e a delegacia constroem discursivamente a noção de risco nos atendimentos da CMB-MS.

A seguir, apresenta-se o excerto 1, trecho da entrevista com a delegada Rebeca, que a título de contextualização, a profissional explica como ela analisa o risco a que a mulher denunciante está submetida e exemplifica essa noção de risco construída a partir de alguns marcadores linguísticos, conforme será analisado:

Excerto 1

11 psicossocial há um levantamento prévio (.) esse formulário de risco então é:: pelo CNJ  
12 seria de essencial importância para a concessão da medida protetiva e pra outras ações,  
13 prisão preventiva, tornozeleira, porque ali em tese nós vamos ter todo o histórico da  
14 violência, só que:: eu costumo dizer que:: o feminicídio é uma loteria (.) muitas vezes um  
15 formulário de risco que não diz nada, ela é uma futura a vítima de feminicídio (.) e um  
16 formulário de risco extremamente violento, questões de algum tempo se encerram nem  
17 outros b\_ões a gente tem, então não:: não há um padrão, por isso que:: se deve:: tratar todas  
18 as situações >e isso sou eu dizendo< da mesma forma, porque a gente nunca sabe o que  
19 pode evoluir pra algo muito grave, então a princípio o formulário de risco nos traz os  
20 indícios de que aquela situação é mais grave, mas como eu te falar objetivamente? Não  
21 tem, então passa por uma análise subjetiva de cada delegada plantonista, que vai verificar

Trecho da entrevista de Rebeca

O uso da metáfora “feminicídio é uma loteria” (linha 14) por Rebeca deixa de lado a ideia de que o risco é algo avaliável, insere no discurso da delegada uma esfera de incerteza e de risco incontrolável, deslocando o poder decisório do FNAR para a subjetividade da autoridade policial. Isso evidencia que, mesmo com um formulário padronizado e respaldado legalmente, as decisões continuam sendo personalizadas, fragmentadas e baseadas na leitura subjetiva de cada profissional, o que parece ir na contramão do documento, que espera uma política pública de proteção articulada e padronizada.

Isso ocorre também no relato de que não há possibilidade de falar objetivamente como o risco pode ser avaliado em casos de violência contra a mulher e que cada delegada plantonista faz uma análise subjetiva (linhas 20 e 21). Rebeca parece expor, nessa parte, que o FNAR não tem uma relevância no processo de decisão na DEAM como um instrumento padronizado e sistematizado. Essa perspectiva, entretanto, contraria diretamente os pressupostos que sustentam o FNAR – um instrumento construído para padronizar a avaliação de risco e subsidiar as decisões acerca da proteção das mulheres vítimas de violência baseadas em critérios técnicos.

A delegada ao afirmar que “não há um padrão” (linha 17) faz uma afirmação categórica dentro do conceito de modalidade e, além disso, ao dizer que “um formulário de risco que não diz nada” (linha 16) pode anteceder um feminicídio, enquanto “um formulário extremamente violento” (linha 16) pode não levar a novas ocorrências, desvaloriza a capacidade preditiva do formulário.

Ainda na expressão “formulário extremamente violento” (linha 16), supramencionada, funciona aqui como uma metonímia, uma vez que não é o FNAR que é violento, mas representa

um histórico de violência intensa. O uso dessa figura de linguagem revela que, na prática de Rebeca, o FNAR é interpretado de forma subjetiva, dependendo da leitura que ela faz da narrativa e de seu contexto.

Adiante, o excerto 2, abaixo, retirado da entrevista de Joana, também é a resposta da psicóloga da pergunta sobre como é feita a avaliação do risco por ela no momento em que a mulher chega no setor psicossocial, e a profissional refere-se ao tema do medo da mulher, que está presente em várias partes, direta e indiretamente refletindo uma situação de perigo iminente. A análise da psicóloga referente à situação de risco é ilustrada como uma mulher relatando uma tentativa de feminicídio que sofreu como pode ser visto:

#### Excerto 2

64 Joana: Então:: a mulher, é, “ELE FALOU QUE VAI MATAR”, então assim tem assim já a  
65 tentativa de feminicídio né? “Ele TENTOU me matar”, então “hoje ele VEIO e correu atrás de  
66 mim com uma faca” ou então já teve casos que o homem deu um TIRO na mulher, não acertou::  
67 por um milagre, né? Então, assim, ela conseguiu fugir, conseguiu pedir ajuda, então tem esse-  
68 a gente avalia pela FALA da mulher mesmo, então, é, quando ela fala que TENTOU, que houve

Trecho da entrevista de Joana

Além disso, é possível perceber no excerto 3 que a avaliação de risco da psicóloga é realizada principalmente pela fala da própria vítima:

#### Excerto 3

56 Joana: Ah:: sim. Geralmente ela fala, né? A mulher, quando ela chega aqui, ela já fala, ela  
57 apresenta muito me::do, é::, eu já atendi mulheres que:: passaram mal aqui dentro, chegaram a  
58 desmaiar, teve uma mulher que quebrou o dente, né, de tão nervosa que ela tava, >ela ficava<  
59 mordendo assim:: a mandí::bula, né::, ficava mordendo então, assim, e, então a gente atende  
60 mulheres assim de todos os tipos, né, então, é::, ela fala normalmente “ai, ele vai me matar, eu  
61 tenho certeza que ele vai me matar!” “se eu voltar pra casa hoje ele vai me matar, ele falou que  
62 vai me matar”, então assim, tem a ameaça-

Trecho da entrevista de Joana

Joana menciona que algumas mulheres chegam a desmaiar ou apresentam reações físicas intensas, como o caso do ranger de dentes (linhas 58 e 59), e isso pode indicar um estado de pânico e ansiedade intensos, associados a situações de risco iminente. Além disso, os relatos diretos de ameaça, explicitados pela psicóloga (linha 65), demonstram o temor da vítima em

relação ao risco de feminicídio. Também, em casos em que houve tentativas anteriores de feminicídio (linha 66), percebe-se que Joana entende o histórico de violência extrema. Dessa forma, o método de Joana, conforme sua fala, é que a avaliação do risco ocorre em uma abordagem interpretativa.

Dessa forma, a percepção da profissional parece ser vista como suficiente para determinar o risco, assim como alguns critérios que podem ser vistos em sua fala, em relação ao comportamento da vítima, como os sinais corporais.

Além disso, quando Joana remete ao discurso da vítima, pode ser percebido o discurso alheio (Volóchinov, 2018), que é marcado, nessas transcrições, com as aspas duplas (“”), nas linhas 60 a 62. Nessa perspectiva, Volóchinov (2018) aponta para a incorporação do discurso alheio no discurso do falante (enunciador): “o discurso alheio é concebido pelo falante como um enunciado de *outro* sujeito, em princípio totalmente autônomo, finalizado do ponto de vista da construção e fora do contexto em questão” (Volóchinov, 2018, p. 250 grifo do autor).

No entanto, é importante destacar que essa percepção de exterioridade ao contexto é construída pelo próprio enunciador – neste caso, Joana – que (re)enquadra a fala da vítima segundo seu ponto de vista institucional e interpretativo. Assim, o que está em destaque não é a fala da vítima em si, mas sua reinscrição discursiva dentro de um novo contexto de sentido, mediado pelas práticas institucionais e posições assumidas pela psicóloga.

Em outras palavras, quando Joana utiliza o discurso da mulher denunciante, reconhecendo que esse enunciado tem sentido próprio e foi produzido em outro contexto, tem como intenção demonstrar como a mulher traz a sua própria percepção de risco. Além disso, é possível observar uma cadeia de discursos alheios em operação: Joana reenuncia a mulher, que, por sua vez, reenuncia o agressor, mobilizando os sentidos sobre a violência sofrida, os perigos envolvidos e os modos de significar o risco.

Essa reenunciação do agressor é vista no excerto 4, da entrevista de Joana, por exemplo, na passagem:

#### Excerto 4

70 fala- é, porque o cara fala que vai atear fogo na casa né, “se você me denunciar eu vou matar  
71 você e toda a sua família”, né, “eu vou fazer tal coisa com seu cachorro”, então assim- elas

Trecho da entrevista de Joana

Assim, a mulher incorpora em seu discurso o do agressor, com suas ameaças, como forma de relatar o risco vivido (linhas 70 e 71). Nesse sentido, essa estratégia pode ser

concebida como uma forma de legitimação do perigo a partir daquilo que ele fez ou falou. Assim, o discurso do agressor é trazido, também, como discurso alheio dentro da fala da vítima.

Na entrevista de Rebeca também foi possível perceber o uso da reenunciação do discurso da mulher, quando a delegada está explicando o motivo pelo qual o setor psicossocial faz o preenchimento do FNAR e o que a profissional entende sobre isso, vejamos o excerto 5:

#### Excerto 5

93 prisão e evitando uma morte, uma torçãozeira, é:: então o formulário é de extrema  
94 importância, tendo em vista esse perfil das vítimas, que constantemente >justamente por  
95 elas estarem dentro de um ciclo< elas alteram o contexto ou alteram a história ou FALA  
96 uma coisa em um lugar e não fala outra coisa em outro lugar, isso é MUITO comum na  
97 vítima de violência doméstica, e uma vez ela se sentindo à vontade (.) na verdade eu acho  
98 que deveria ser exatamente isso sabe? É:: é:: que a gente faz o inverso, não é nem que a  
99 gente faz o inverso, nós conseguimos o apoio psico pra preencher.

Trecho da entrevista de Rebeca

É possível perceber que a reenunciação não ocorre por meio de reprodução da fala da mulher, como Joana apresentou em sua entrevista, mas sim por um discurso sobre a fala da mulher. De certa forma, não parece que se ouve a vítima, mas sim Rebeca discute sobre como a denunciante fala. Isso implica em uma representação da vítima como instável, alterada, como pode ser visto em “elas alteram o contexto ou a história” (linha 95).

Dessa maneira, não há – de fato – uma validação ou uma mediação (como é o caso de Joana na reenunciação da vítima), mas justificam-se as ferramentas técnicas, como o FNAR, e o apoio do psicossocial para preencher o que a mulher supostamente não consegue dizer de forma clara.

A delegada, portanto, não conduz a reinscrição da fala da mulher no sentido de conduzir para, talvez, um deferimento de uma medida protetiva ou outra ação de combate à violência, isto é, ela não opera a partir dos elementos da fala para categorizar a agressão – conforme os tipos legais, como ameaça, lesão etc. – ao invés disso, o que parece é uma reinscrição que fragiliza o discurso da vítima, deslocando o foco do conteúdo da denúncia para a maneira como ela fala (ou deixa de falar), o que pode dificultar a formalização da queixa.

Além dessa fala de Rebeca, no excerto 6, ao apontar sobre alguns aspectos do FNAR, a delegada exemplifica o uso de arma de fogo como uma fragilidade do formulário, pois, para

ela, a denunciante não tem conhecimento o suficiente para entender o que é um fácil acesso a esse tipo de arma, vejamos:

#### Excerto 6

21 tem, então passa por uma análise subjetiva de cada delegada plantonista, que vai verificar  
22 “bom, tem arma de fogo” como é que tá lá?  
23 Gabriela: Fácil acesso a arma de fogo.  
24 Rebeca: Fácil acesso, é uma dificuldade do Formulário, por que? Porque falta  
25 conhecimento das vítimas, >não sei se já devem ter te falado isso< todas falam fácil  
26 acesso (.) Por que que isso dificulta? Porque você- a partir do momento que ela põe fácil  
27 acesso, faz a delegada (.) representar por todas as- os formulários de risco que dizem fácil  
28 acesso, e muitas vezes dificulta a operacionalização disso porque às vezes fácil acesso >é  
29 um exemplo< do:: do:: sei lá, do pai de um amigo do agressor que tem uma ar- que ela  
30 ACHA que tem uma arma de fogo (.) mas às vezes nem tem, isso não é fácil acesso, é::  
31 é:: fácil acesso é algo que se fala, é:: diretamente à posse do agressor e se ela já viu e se  
32 ele já ameaçou com a arma ou se ele já mandou uma foto com a arma de fogo, seja dele  
33 ou de alguém, então é algo subjetivo.

Trecho da entrevista de Rebeca

Ao evidenciar essa falta de conhecimento levantado pela delegada que a vítima tem em relação ao que é ou não o fácil acesso a arma de fogo, o discurso da mulher é representado como baseado em suposições, e não em evidências – que possam concretizar a denúncia de violência – o que enfraquece seu valor dado. O discurso alheio da mulher vítima de violência, no excerto 6, é filtrado por uma prática institucional (que seria a polícia) que tende a desvalorizar o enunciado original em favor de critérios técnicos, como “diretamente à posse do agressor” (linha 31) e a comprovação visual (linhas 31 e 32).

Ou seja, a fala da vítima só passa a ser considerada e validada caso se adeque a um determinado padrão de objetividade, tudo o que foge a esse modelo é marcado como frágil ou subjetivo, mesmo que possa representar uma ameaça direta.

Abaixo, é possível visualizar no excerto 7 um trecho da entrevista de Matilde. A assistente social também faz a reenunção da mulher em sua fala ao relatar como avalia o risco a que a mulher está submetida, pois a profissional incorpora ao seu discurso os relatos das

vítimas, interpretando os sentidos que a assistente social constrói a partir da fala da mulher. Veja-se em:

#### Excerto 7

109 foi ah:: só é:: violência verbal é:: um xingamento, é:: nunca houve violência física, ou se “houve  
110 violência física e xingamento, mas ele nunca me ameaçou de morte” né:: Por isso sempre que  
111 eu faço a entrevista com elas eu pergunto pra ela “você se sente risco do que? De morte? De  
112 espancamento? De violência”?

Trecho da entrevista de Matilde

Nesse sentido, esse excerto indica a incorporação do discurso da mulher dentro do discurso da assistente social com a marca de verbos dicendi – por exemplo “eu **pergunto** pra ela” (linha 111) – quanto pela reprodução literal ou parafraseada dos enunciados da vítima. Trata-se, como aponta Volóchinov (2018) e, também como foi demonstrado na fala de Joana (excertos 3 e 4), de um enunciado de outro sujeito (mulher denunciante), que é apresentado como tendo autonomia de sentido e origem distinta, embora agora seja subordinado ao novo contexto da fala da assistente social.

Além disso, ao perguntar diretamente “você se sente risco do quê?” (linha 111), Matilde reconhece a autoavaliação e a percepção da mulher como parte fundamental da análise de risco. Ou seja, a assistente social não apenas reenuncia a vítima, como também estrutura o atendimento de forma a permitir que ela própria reenuncie o agressor e as violências vividas. Dessa maneira, a linha do tempo da violência é levada em consideração, pois a profissional pergunta o que ocorreu desde o início do relacionamento até o presente momento, o que permite identificar padrões e escaladas na violência.

Também, a pergunta de Matilde (linha 110) sobre a ameaça de morte, pode ser relacionada ao estudo de Campbell *et al* (2003), retirado dos dados do questionário norte-americano *Danger Assessment* – que também foram utilizados direta e indiretamente para a formulação do FNAR –, o qual explica que mulheres cujos parceiros as ameaçaram de morte têm 15 vezes mais chances de serem mortas.

Ademais, ao fazer o questionamento sobre o risco de morte para a própria mulher (linha 111), é possível perceber, novamente, que o risco não é algo mensurado objetivamente, apesar de ter uma sistematização, inclusive com as perguntas do FNAR, ele é negociado no discurso, construído na interação.

Assim, a voz da mulher, pelo que se identifica tanto nos trechos de Joana quanto no de Matilde, é central, mas existe uma mediação profissional que determina e organiza o que será registrado (ou não) como risco real.

Nessa perspectiva, embora Rebeca aponte que há uma análise de risco sendo realizada no plantão da DEAM, não é possível perceber em sua fala a construção efetiva desse risco a partir da escuta qualificada dessa mulher.

Joana, no excerto 3, afirma avaliar o risco “Geralmente ela fala, né? (linha 56), reproduzindo expressões como “ele vai me matar” (linha 64) ou “ele tentou me matar” (linha 65) e construindo sua análise com base nas reações emocionais e físicas da vítima. Já Matilde, no excerto 7, explicita que formula perguntas diretas sobre a percepção de risco da mulher e, ainda, retoma suas respostas para compor sua avaliação. Em ambos os casos, a fala da mulher vítima é ouvida, embora seja reinscrita pela profissional, que filtra, interpreta e insere esses sentidos dentro do protocolo institucional.

Em contrapartida, a voz da mulher – na fala da delegada (excertos 5 e 6) – embora mencionada, não aparece como eixo central da análise de risco, sendo deslocada por critérios de validação institucional que priorizam uma formalidade (como o acesso fácil à arma de fogo), muitas vezes inalcançável no contexto de violências.

Além disso, a fala de Rebeca é, durante toda a entrevista, marcada por recursos de modalização e avaliação, que revelam tanto a sua posição institucional quanto seus julgamentos pessoais diante do uso do FNAR. No excerto 8, podemos ver alguns desses recursos que serão analisados:

#### Excerto 8

7 Rebeca: é:: A lei fala que o Formulário de Risco “você” deve ter levantado isso° é  
8 preferencialmente preenchido por policiais civis mais uma vez a demanda é tão grande  
9 que nós temos >ainda bem< esse auxílio do setor psicossocial que faz essa análise pra  
10 nós, também é:: é:: é:: são pessoas extremamente capacitadas pra isso, já então no setor  
11 psicossocial há um levantamento prévio (.) esse formulário de risco então é:: pelo CNJ  
12 seria de essencial importância para a concessão da medida protetiva e pra outras ações,  
13 prisão preventiva, tornozeleira, porque ali em tese nós vamos ter todo o histórico da  
14 violência, só que:: eu costumo dizer que:: o feminicídio é uma loteria (.) muitas vezes um

Trecho da entrevista de Rebeca

Expressões como: “ainda bem” (linha 9), indicam uma avaliação positiva sobre o apoio do setor psicossocial, o que, implicitamente, contraria a expectativa da normativa da Resolução Conjunta nº 5, de que o preenchimento do FNAR deve ser feito preferencialmente pelos policiais civis. Em “são pessoas extremamente capacitadas pra isso” (linha 10), é reforçada essa avaliação positiva sobre a equipe psicossocial, reconhecendo a autoridade técnica das profissionais de psicologia e assistência social, ainda que esse reconhecimento não se converta, necessariamente, em influência sobre a tomada de decisão, o que – novamente – pode ser comprovado pela metáfora “o feminicídio é uma loteria” (linha 14) da delegada.

Na expressão “em tese” (linha 13), mostra-se um modalizador epistêmico que marca um distanciamento crítico em relação à eficácia atribuída ao FNAR: ainda que tenha valor normativo “seria de essencial importância” (linha 12), há dúvidas sobre sua efetividade real.

Logo, as análises dos trechos das entrevistas desta seção evidenciam que o risco, longe de ser uma categoria objetiva e estável, é discursivamente construído a partir de múltiplas vozes, as quais são valoradas de modos diversos e sob cerceamento das diferentes esferas nas quais o FNAR é usado, com perspectivas institucionais e experiências subjetivas.

A escuta do medo, os sinais corporais, os relatos das vítimas e sua reinscrição pelas profissionais de diferentes setores demonstram que a avaliação do risco é atravessada por mediações institucionais, interpretações pessoais e, também, a hierarquia dos setores presentes na CMB-MS. Assim, a metáfora da delegada “feminicídio é uma loteria” explicita a percepção de imprevisibilidade diante da violência, ao mesmo tempo em que enfraquece o caráter técnico e padronizador do FNAR.

Em contrapartida, dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania<sup>18</sup> de 2020 demonstram que 70% das vítimas de feminicídio nunca denunciaram, ou seja, não tinham medida protetiva, o que expõe o problema das subnotificações de agressões e de violências que ocorrem antes de culminar, de fato, em feminicídio. Assim, esses dados parecem ir na contramão da metáfora “o feminicídio é uma loteria”, uma vez que a MPU pode diminuir o risco de a mulher continuar sofrendo violências ou até ser morta.

Em suma, a depender da posição institucional e do regime de verdade de cada profissional, a fala da mulher é legitimada, relativizada ou até mesmo desconsiderada, revelando que o risco não é apenas medido, mas também negociado discursivamente.

---

<sup>18</sup> Cf. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/70-das-mulheres-vitimas-de-feminicidio-nunca-denunciaram-agressoes> Acesso 23 jul. 2025

### 5.2.2 “Agora o questionário de risco tá assim de boa”: definição e avaliação do FNAR pelas operadoras de políticas públicas e de justiça da CMB-MS

A análise das impressões das profissionais que integram a CMB-MS acerca do FNAR permite compreender como essa ferramenta, concebida como um instrumento técnico e jurídico, é apropriada, (re)significada e operacionalizada no cotidiano institucional da CMB-MS.

Dessa maneira, esta seção tem o objetivo de analisar como as percepções das entrevistadas se articulam ao processo de aplicação do FNAR, destacando-se os sentidos atribuídos pelas operadoras à sua função, seus efeitos no atendimento e sua relação com as decisões jurídicas posteriores.

No excerto abaixo, é perguntado na entrevista à psicóloga Joana qual foi sua primeira impressão do FNAR quando foi apresentada e ela responde:

Excerto 10

141 Joana: Eu acho que é um formulário que ajuda bastante, né::, principalmente- tanto que (.) ele  
142 tem sido utilizado não só por nós, mas pela, principalmente pela, é:: (.) pela Defensoria  
143 Especializada e:: pela Terceira Vara também para deferir as medidas protetivas, então, o JUIZ  
144 tem acesso a esse formulário, então dependendo do que- do nosso parecer, né, ele vai avaliar  
145 ou não se CABE a medida protetiva. Então assim, é uma ferramenta que está sendo, né-  
146 ANTIGAMENTE era usada só por nós, só que agora tá sendo, utilizado tanto pela Terceira Vara  
147 quanto pela Defensoria.

Trecho da entrevista de Joana

Joana caracteriza o FNAR no excerto 10 como: “eu acho que é um formulário que ajuda bastante” (linha 141), com uma modalidade avaliativa positiva, que legitima o FNAR como uma ferramenta de mediação entre os setores e, além disso, com participação nas decisões judiciais, como é visto em sua fala: “então dependendo do que - do **nosso** parecer, né, ele vai avaliar ou não se CABE a medida protetiva” (linhas 144 e 145, grifo meu).

Ainda, a entonação elevada na palavra ‘cabe’ funciona aqui como um marcador de ênfase, no campo da modalização epistêmica e deôntica de Fairclough (2001), ou seja, verbos modalizadores que funcionam como avaliação do grau de certeza ou de permissão, e parece

marcar uma fronteira entre o que é permitido ou legítimo, segundo a leitura da psicóloga. Ainda, essa entonação opera como um recurso de ênfase enunciativa, marcando o comprometimento da profissional com o dever atribuído à instituição.

Neste mesmo trecho, quando Joana usa a expressão “nosso parecer” (linhas 144), na primeira pessoa do plural, com função de coletivização do setor psicossocial, dessa forma, é possível perceber que a psicóloga aponta que a construção que as profissionais que preenchem FNAR, juntamente com a narrativa da vítima, parecem ser importantes no processo de (in)deferimento de medida protetiva na avaliação do Judiciário.

Por sua vez, Matilde, no excerto 11, expressa um percurso de apropriação mais ambivalente a partir da mesma pergunta sobre sua primeira impressão do formulário. Vejamos:

#### Excerto 11

149 Matilde: Acredito que sim, acho que foi em 2019, no início teve perguntas assim que:: uma  
150 pergunta vai respondendo a outra, muita coisa né, no início a gente falava “mas pra que essas  
151 perguntas abertas, essas coisas?” tem pergunta que nem é necessária, mas aí agora eu fico muito  
152 no questionário né? Mas às vezes quando tem muita mulher, cada uma pega uma porque não  
153 tem como ficar uma assistente social e uma psicóloga, é:: atendendo assim

Trecho da entrevista de Matilde

Ao lembrar sua primeira experiência com o FNAR, em suas antigas versões, afirma: “muita coisa né, no início a gente falava ‘mas pra que essas perguntas abertas, essas coisas?’” (linhas 150 e 151), frase que revela uma modalidade com grau de dúvida e um julgamento inicial negativo em relação ao formulário.

Essa fala explicita uma tensão entre o FNAR e o saber prático acumulado das profissionais do psicossocial, que já utilizavam outras técnicas anteriores à institucionalização do formulário – como a confecção do relatório do setor, que é feito até hoje, mesmo depois do uso obrigatório do FNAR.

Ainda, no excerto 12, Matilde continua a falar sobre as impressões do formulário e parece demonstrar que hoje o uso do FNAR é normal e tranquilo no setor:

#### Excerto 12

161 Matilde: Mas assim, agora o questionário de risco tá assim de boa assim porque teve umas  
162 alterações e:: tão boas assim, o questionário de risco eu já sei de cor assim ((risos)) eu nem fico  
163 mais olhando as perguntas

No entanto, ao afirmar que “agora o questionário tá assim de boa” (linha 161) e “já sei de cor” (162), Matilde demonstra uma forma de naturalização e rotinização do FNAR, que passa a ser integrante da prática institucional – ainda que isso implique, possivelmente, em certa automatização no processo da escuta.

Já a delegada, Rebeca, no excerto 13, também a partir da pergunta sobre as impressões da profissional sobre o formulário, problematiza a resistência dos policiais ao FNAR, que enxergam o formulário como uma tarefa adicional, não incorporada à lógica do boletim de ocorrência. Podemos ver em:

#### Excerto 13

59 outros agressores, então eu vejo assim, que é um instrumento de extrema importância,  
60 que deve cada vez mais é:: ser é trabalhado junto, principalmente a- aos policiais pra  
61 demonstrar é:: exatamente é:: a relevância dele na:: na solução de >problemas maiores<  
62 não tão- não tão somente do:: do crime em especial.

Trecho da entrevista de Rebeca

A fala da delegada, entretanto, busca revalorizar o instrumento, especialmente por seu potencial de registrar todo o histórico da violência e não apenas a situação pontual que é descrita no momento da denúncia.

O uso de expressões como “então eu vejo assim, que é um instrumento de extrema importância” (linha 59) e que “deve cada vez mais é:: ser é trabalhado junto, principalmente a- aos policiais pra demonstrar é:: exatamente é:: a relevância dele na:: na solução de >problemas maiores< não tão- não tão somente do:: do crime em especial.” (linhas 60-62) indica uma modalidade que aponta para a necessidade de mudança de atitude institucional na esfera policial. Em resumo, a rotinização do FNAR, que é vista, principalmente na fala de Matilde no excerto 12, contrasta com o estranhamento do formulário na DEAM, embora Rebeca diga reconhecer a importância do FNAR. Nesse sentido, nota-se uma diferença na percepção sobre o FNAR nas esferas policial e psicossocial.

Também é notória a mobilização das vozes sociais no discurso de Rebeca, isso porque há o deslocamento da profissional da prática policial, com a crítica à falta de conhecimento ou de valorização dos próprios policiais em relação ao FNAR, porém não há como esse

deslocamento ser total, uma vez que Rebeca tem a vivência nessa esfera, assim, seu discurso acaba fazendo parte desse contexto. Conforme pode ser visto no excerto 14:

#### Excerto 14

42 Rebeca: Então a:: os policiais possuem certa resistência (.) a essa documentação, tá aí a  
43 necessidade de:: de pessoas que tenham perfil pra trabalhar aqui e que saibam da  
44 importância dessa- desse trabalho conjugado com outros setores e da importância de  
45 documentos como o formulário de risco, porque em qualquer outra delegacia nós temos  
46 o B.O tão somente que o investigador é incitado a registrar, aqui não, aqui são vários  
47 documentos, se não for a Delegacia que mais atende, isso de certo, tem a maior demanda,  
48 mas que onde o investigador trabalha mais, por que que eu tô dizendo isso? Porque  
49 quando então vem um formulário de risco que ele precisa, não é nem ele que faz, que ele  
50 precisa é:: analisar, ler com cuidado e ao menos passar pra a delegada, a gente tem uma  
51 dificuldade porque acha mais uma função que tem que fazer, ele não consegue muitas  
52 vezes SABER a importância daquilo e às vezes não- desvaloriza prejudicando todo o  
53 trabalho, então, inicialmente foi o olhar (.) dos policiais, mas quanto a mim e depois a  
54 gente ter passado por capacitações, reuniões, percebemos- isso vai do amadurecimento  
55 do profissional né? A importância de um documento desse, porque muitas vezes é:: ela  
56 relata tão somente a situação pontual, isolada, de violência, mas é:: não fala de todo um  
57 histórico que é o que formulário ele proporciona né? Perguntas que tentam de alguma

Trecho da entrevista de Rebeca

A delegada contrapõe o olhar burocrático e policial ao olhar mais sensível e interdisciplinar, quando reconhece o FNAR como uma ferramenta essencial. Essa oposição deixa clara a construção de um cenário de conflito de vozes institucionais dentro da CMB-MS. O que vai em contradição com a proposta de construção das Casas da Mulher Brasileira em todo país, pois deveriam buscar resolver esse conflito para evitar, também, as violências institucionais.

Esse reconhecimento do FNAR como um instrumento importante no processo da denúncia da violência doméstica também se revela quando a delegada diz sobre a importância do histórico da violência que o formulário proporciona (linhas 55 a 57 – excerto 14). Assim, o FNAR propõe ouvir as vozes que poderiam ser silenciadas em registros mais tradicionais, como é o caso do B.O. O FNAR, nesse sentido, pode ser analisado como um gênero discursivo que rompe o silenciamento discursivo, ao possibilitar um histórico de violências, ainda que muito restrito pelas questões fechadas, que nem sempre são tipificadas penalmente. Além disso, o

formulário também parece expor as tensões das esferas que constituem a CMB-MS, tensionando para que a DEAM e o psicossocial se comuniquem para que haja o combate efetivo da violência contra a mulher.

O excerto 14, do ponto de vista discursivo, na construção de uma imagem (*ethos*) (Fairclough, 2001) da profissional aberta ao diálogo, há a crítica da própria instituição e o comprometimento com a proteção da vítima. Essa construção do *ethos* pode ser compreendida como estratégica, pois busca legitimar seu posicionamento diante das resistências internas que ela mesma levantou. Assim, Rebeca se posiciona como alguém sensível à interdisciplinaridade, à atuação em rede, ao trabalho conjunto com o psicossocial – valores caros ao paradigma da proteção integral à mulher, ainda que tal integralidade pareça algo a ser ainda alcançado.

Em suma, a análise dos trechos nesta seção revela que o FNAR, embora instituído como um instrumento padronizado e obrigatório, não parece operar de maneira homogênea dentro da CMB-MS. Ele é, de certa forma, apropriado pelas/os profissionais que integram a instituição, ressignificado a partir das práticas e saberes de cada setor.

As operadoras integrantes do psicossocial – Joana e Matilde – apontam para sua utilidade na tomada de decisão e proteção da vítima, apesar de algumas vezes denunciarem a falta de conhecimento sobre qual seria o uso do formulário nas instâncias diferentes a psicossocial, como apontam os excertos abaixo:

#### Excerto 15

- 176 Gabriela: é:: você acha que consegue me descrever alguma situação em que o FNAR foi  
177 relevante pra tomada de decisões e encaminhamentos?  
178 Joana: (10) eu não consigo descrever porque a gente só faz o acolhimento, a gente não tem  
179 acesso ao:: processo, entende?

Trecho da entrevista de Joana

A pausa de 10 segundos que Joana faz ao ser questionada sobre o que é feito a partir do encaminhamento do FNAR a outras instâncias, parece ser um marcador significativo de hesitação ou até mesmo um desalinhamento, o que sugere um efeito de apagamento da função do psicossocial, no geral, na tomada de decisões em relação ao atendimento prestado. Esse excerto será novamente retomado e analisado na próxima seção para compreender a articulação intersetorial da CMB-MS.

#### Excerto 16

- 172 Gabriela: A delegacia usa o FNAR quando vai fazer o B.O?  
173 Matilde: Eu acredito que sim, a gente nunca ficou, a gente entrega a vítima e já volta né pro  
174 atendimento, é aquela coisa:: aquela correria, a gente nunca fica- nunca percebeu assim- sabe?

Trecho da entrevista de Matilde

Matilde, no excerto 16, usa a palavra ‘acredito’, um modalizador de incerteza, que parece partir do mesmo raciocínio de Joana no excerto 15, pois também não tem conhecimento sobre o que acontece a partir do FNAR depois que elas ‘entregam’ a vítima para a DEAM.

Quando questionada sobre a capacitação que é prevista pelo CNJ para todos os setores que atuam na CMB e utilizam o FNAR, a delegada admite que a DEAM precisa de treinamento para lidar com o formulário, vejamos no excerto 17:

Excerto 17

- 69 Precisamos, porque muitas vezes é algo que aparece porque surgiu pela CNJ, surgiu pela  
70 lei e apenas depositado ali como mais uma ferramenta pra ser preenchida, sem trazer um-  
71 raciocínio mais amplo a dar importância daquilo.

Trecho da entrevista de Rebeca

Assim, a falta de conhecimento e de capacitações que demonstrem a todos os setores sobre o motivo pelo qual o FNAR deve ser utilizado e como ele é, de fato, base para outros tipos de ações, escancara a desvalorização do documento, principalmente pelas/os profissionais que integram a DEAM.

A delegada parece compreender essa falha institucional que parece ter relação com a relação entre setores da CMB-MS, o que será analisado de forma mais profunda na próxima seção.

### **5.2.3 Atendimento “drive thru”?: limites da integração intersetorial na CMB-MS**

A integração dos serviços na CMB-MS se revela como um dos principais pilares do funcionamento da rede de enfrentamento à violência de gênero nas normativas. Sendo assim, através das entrevistas realizadas foi possível perceber um pouco de como se integram os setores que estão presentes na CMB-MS e, também, como é feito o encaminhamento do FNAR pelo setor psicossocial para a DEAM. Nesse sentido, é importante salientar o quanto a rede

deve trabalhar de forma articulada para que exista, de forma efetiva, o combate à violência doméstica por parte da instituição.

O trecho transcrito da entrevista com a delegada, no excerto 18, evidencia, de forma contundente, as tensões envolvidas na integração dos serviços prestados pela CMB-MS. Ao relatar equívocos recorrentes na compreensão dos papéis institucionais, Rebeca denuncia a sobreposição de demandas à DEAM e a responsabilização indevida desse setor por funções que pertencem a outros órgãos da rede, como o Poder Judiciário ou a polícia científica. Vejamos o trecho:

#### Excerto 18

46 o B.O tão somente que o investigador é incitado a registrar, aqui não, aqui são vários  
47 documentos, se não for a Delegacia que mais atende, isso de certo, tem a maior demanda,  
48 mas que onde o investigador trabalha mais, por que que eu tô dizendo isso? Porque  
49 quando então vem um formulário de risco que ele precisa, não é nem ele que faz, que ele  
50 precisa é:: analisar, ler com cuidado e ao menos passar pra a delegada, a gente tem uma  
51 dificuldade porque acha mais uma função que tem que fazer, ele não consegue muitas  
52 vezes SABER a importância daquilo e às vezes não- desvaloriza prejudicando todo o  
53 trabalho, então, inicialmente foi o olhar (.) dos policiais, mas quanto a mim e depois a

Trecho da entrevista de Rebeca

Essa percepção da delegada revela o quanto a integração entre os serviços – embora estruturada – ainda enfrenta desafios relacionados à desinformação, isso pode ser visto através da ênfase no verbo “saber” na linha 52, em que Rebeca salienta que o policial não entende a importância do FNAR no fluxo do processo.

A desinformação é vista nos dois setores investigados, pois questionadas sobre capacitação as três entrevistadas concordam em dizer que não foi suficiente para a compreensão do FNAR, conforme pode ser visto nos excertos abaixo:

#### Excerto 19

63 Gabriela: Entendi, e:: então a senhora falou que foi feita a capacitação já, então vocês  
64 tiveram, vocês passaram aqui na Delegacia por capacitação do formulário?  
65 Rebeca: Nossa:: olha:: faz um tempo grande, não posso te afirmar que foi em toda a  
66 Delegacia, porque nós temos a dificuldade, nós temos mais de 55 policiais em regime de  
67 plantão, eu preciso trabalhar com eles aqui, fica difícil pra mim tá convocando o pessoal

Excerto 20

- 231 Gabriela: Não? Vocês têm algum treinamento ou capacitação voltados ao preenchimento do  
232 FNAR?  
233 Joana: Não.  
234 Gabriela: Não? Quando foi entregue:: vocês é-  
235 Joana: Eu acho que teve uma reunião só pra fazer o alinhamento, assim, a gente teve que  
236 ANOTAR as dúvidas e trazer pra psicóloga da Casa, a ((nome retirado)), ela é da SEMU, e aí  
237 ela fez esse alinhamento com a equipe, né::, acho que foi uma vez só, foi uma conversa informal.

Trecho da entrevista de Joana

Excerto 21

- 203 Gabriela: Vocês tiveram capacitação para preencher o formulário?  
204 Matilde: Ah:: eu não me lembro  
205 ((entrou outra assistente social na sala nesse momento que respondeu que não havia nenhuma  
206 capacitação, mas sim uma conversa informal com a psicóloga que representa a SEMU sobre  
207 algumas particularidades))  
208 Matilde: Pra nós não chegou ainda nem a recomendação que passou de 6 pra 3 meses o período  
209 pra preencher de novo o formulário, mas a gente sabe que foi decidido pelo colegiado, as coisas  
210 mudam bastante

Trecho da entrevista de Matilde

No excerto 21, da entrevistada Matilde, é possível perceber uma lacuna comunicacional entre os setores institucionais, sobretudo no que diz respeito às diretrizes do FNAR. A profissional do setor psicossocial menciona que ‘a gente sabe que foi decidido pelo colegiado’ (linha 209), ao se referir a mudança de prazo para a reaplicação do formulário – que passou seis para três meses em casos de retorno da vítima. Essa formulação revela que a equipe do psicossocial não parece ter recebido oficialmente essa determinação, tomando conhecimento apenas de maneira informal, ou seja, por troca de rumores ou trocas interpessoais. Tal ausência de comunicação formal indica fragilidade na institucionalização dos fluxos e protocolos, comprometendo tanto a segurança quanto a previsibilidade do atendimento.

No excerto 22, tem a parte final da entrevista com a delegada em que foi perguntado se a profissional gostaria de compartilhar algo a mais sobre o uso do FNAR ou algo realizado a pesquisa. Assim, Rebeca informou que estava relutante em conceder essa entrevista, mas que

entendeu a importância de deixar público o fluxo de trabalho feito pelos setores da CMB-MS, pois há muita cobrança à DEAM sobre os casos de violência doméstica e familiar.

Além disso, Rebeca ressalta nesse excerto que, apesar da centralização dos atendimentos da CMB-MS, os procedimentos seguem lógicas diferentes conforme a competência legal de cada instância, o que exige uma articulação precisa, mas também uma comunicação clara e contínua com o público externo. Assim, no trecho abaixo, a entrevistada exemplificou a falta de comunicação com a população com um caso recente de feminicídio, conforme podemos ver:

#### Excerto 22

163 nós estamos passando atualmente por uma dificuldade em razão desse último caso de nós  
164 sermos uma super potência de instituição que faz tudo, pra eles então a gente pede medida,

Trecho da entrevista de Rebeca

No excerto acima, a delegada está se referindo ao feminicídio da jornalista Vanessa Ricarte, que gerou comoção e repercussão nacional, ocorrido em 12 de fevereiro de 2025. O caso teve uma grande revolta popular, que apontou a delegacia, principalmente, como culpada pelo assassinato em pauta, pelo fato de a jornalista ter ido mais de uma vez à CMB-MS denunciar o ex-companheiro e, no excerto 23 abaixo, Rebeca demonstra que há o desconhecimento sobre como ocorre o fluxo no atendimento e nas decisões na CMB-MS, o que gerou muitas críticas à DEAM. A entrevistada utiliza, nesse sentido, vários modalizadores que indicam negação de responsabilização da DEAM, como os excertos abaixo:

#### Excerto 23

164 sermos uma super potência de instituição que faz tudo, pra eles então a gente pede medida,  
165 ok, a gente pede medida, concede:de, quem concede é o judiciário não somos nós, quem  
166 intima, “ah porque não intimou, a culpa é da po” não, não somos nós que intimamos, é  
167 uma rede, é o judiciário, “ah o IMOL falhou, é a po” NÃO, não somos o IMOL, IMOL  
168 é a polícia científica, fica ali no fundo não tem nada a ver com a Delegacia, então é

Trecho da entrevista de Rebeca

Dessa forma, as negativas enfáticas: ‘quem concede é o judiciário **não** somos nós’ (linha 165, grifo meu), ‘**não, não** somos nós que intimamos’ (linha 166, grifo meu) ‘**NÃO, não** somos o IMOL’ (linha 167, grifo meu), operam como estratégias discursivas de marcação de fronteiras institucionais e de rejeição de atribuições indevidas. Tais enunciados reforçam uma atitude

claramente defensiva, construída na tentativa de reposicionar o papel da DEAM diante das acusações ou expectativas externas. Ao repetir algumas vezes ‘não somos nós’ (linhas 165, 166 e 167), Rebeca não apenas desresponsabiliza a Delegacia pelas etapas mencionadas (concessão de medida protetiva, intimação, perícia do IMOL), mas também evidencia uma disputa por narrativas e sentidos em torno das funções de cada órgão envolvido na rede de atendimento.

Nesse movimento, o discurso atua para corrigir interpretações equivocadas e parece denunciar uma sobrecarga simbólica que é, para a delegada, atribuída à DEAM – percebida como uma ‘super potência’ (linha 164) que deveria resolver todas as etapas do processo. Essa construção discursiva parece sinalizar a fragmentação institucional e o apagamento das responsabilidades compartilhadas, revelando as tensões entre os diferentes atores do sistema.

No trecho abaixo (excerto 24), Rebeca reenuncia as denunciantes ao expor as expectativas delas sobre o atendimento da CMB-MS, pois anterior a isso, ela fala sobre a ignorância da população sobre o que acontece dentro da instituição. Vejamos:

#### Excerto 24

179 Rebeca: “EU QUERO um atendimento integral, especializado (.) mas eu quero ((estala  
180 os dedos)) drive thru aqui, quero passar, pegar, sair” não:: quando a gente paga um médico  
181 particular a gente quer no mínimo tempo gasto né-

Trecho da entrevista de Rebeca

A metáfora utilizada na linha 180, “drive thru” – que vem da expressão oriunda do inglês e designa um serviço rápido em que o cliente permanece dentro do carro e recebe atendimento imediato – é utilizada por Rebeca para ilustrar a expectativa equivocada das vítimas em relação ao atendimento prestado pela CMB-MS.

Ao recorrer a essa metáfora, a delegada critica a demanda por um serviço que seja instantâneo, simplificado e superficial – no qual a vítima passa, pega e sai (parafraçando a expressão de Rebeca na linha 180) rapidamente, sem o tempo necessário para acolhimento, escuta qualificada e processamento da situação, de forma individualizada. Este uso metafórico funciona como um recurso expressivo que evidencia o choque entre a urgência emocional das mulheres que buscam ajuda e a complexidade da integração dos serviços e procedimentos institucionais, que exigem tempo, cuidado e profundidade no atendimento.

Com isso, há uma espécie de denúncia ao desafio da própria lógica da integração intersetorial: a ideia de que o atendimento deve ser ágil e resolutivo, o que ignora que o enfrentamento à violência de gênero demanda mais tempo e cuidado.

A crítica do “drive thru” aparece também com a comparação que Rebeca faz a quando a população utiliza um serviço pago, como um médico, nas linhas 180 e 181: “quando a gente paga um médico particular a gente quer no mínimo tempo gasto né-”, em contradição em quando o serviço é público, como o caso do atendimento na CMB-MS. Isso parece reforçar a ideia de que o melhor atendimento seria pago e levaria mais tempo.

Ainda sobre a metáfora, a entrevistada traz em seu discurso a rapidez desejada pelas vítimas na resolução do problema da violência em contraposição ao vínculo que essas terão que assumir com o sistema para que essa solução aconteça. Nesse sentido, leva-se a crer que a mulher não busca esse vínculo em relação à violência em que vivem. Por outro lado, o vínculo com o sistema é necessário, assim a solução pode contraditoriamente se constituir em outra forma de violência: a institucional. Veja-se em:

#### Excerto 25

173 pouco, porque a gente percebe ainda a ignorância não só pela maior parte da população,  
174 mas por conta das próprias vítimas, que não sabe que tem um setor psicossocial, que esse  
175 setor vai demorar, o setor vai demorar.

Trecho da entrevista de Rebeca

Assim, no excerto 25, Rebeca profere um discurso que parece responsabilizar a mulher pela solução do problema, isso pode ser visto na frase nas linhas 173 e 174: “ignorância não só pela maior parte da população, mas por conta das próprias vítimas”, o uso da conjunção ‘mas’ reflete que a delegada está atribuindo a falta de conhecimento às vítimas denunciantes, o que responsabiliza as próprias mulheres pela ausência da efetiva proteção. Isso porque se estabelece que o sistema só pode protegê-la mediante sua adesão ativa, contínua e bem orientada.

Nessa perspectiva, é como inverter a lógica da proteção, ao invés do sistema se adaptar às urgências e as fragilidades da vítima, é ela quem precisa se moldar às exigências institucionais para ser, de fato, protegida.

No excerto 26, com um trecho da entrevista com Joana, a psicóloga aponta para o fluxo do FNAR, ligando-o à integração dos serviços prestados na CMB-MS, ao ser questionada sobre como o formulário é encaminhado entre os setores:

#### Excerto 26

198 Gabriela: Como que você avalia a integração do FNAR com os outros sistemas e procedimentos  
199 dentro dos setores da Casa? No processo assim- de encaminhamento? Você acha que isso ajuda  
200 no deferimento ou não de uma medida protetiva, por exemplo?  
201 Joana: Sim, eu acho que tem a integração como falei que vai seguindo o fluxo dessa mulher.  
202 E aí quando o juiz quer algo- um parecer mais detalhado, ele manda um ofício para nós  
203 pedindo o relatório, pedindo o relatório de atendimento dessa vítima.

Trecho da entrevista de Joana

Na linha 201 do excerto acima, o modalizador ‘acho’ utilizado por Joana pode indicar uma ausência de comprometimento com a verdade do dito, isto é, uma falta de certeza plena sobre o que está afirmando. Além disso, na mesma linha, quando a psicóloga diz que o FNAR segue o fluxo, parece designar o encadeamento burocrático-operacional da CMB-MS – mostrado na seção 4.7 desta dissertação.

Entretanto, ao utilizar a expressão ‘vai seguindo o fluxo’ (linha 201), também pode indicar a naturalização e a automatização do procedimento, pois Joana coloca o FNAR como o sujeito da oração, apesar de não ser o agente ativo, uma vez que o formulário não vai sozinho para os setores. Ainda, o uso do gerúndio em ‘seguindo’ pode indicar a diluição da responsabilidade institucional ao sugerir uma ação em curso sem agente explicitado, o que parece reforçar a ideia de que o sistema ou o FNAR funcionam por si só. Esse apagamento dos sujeitos que de fato operam o sistema contribui para o esvaziamento da responsabilização institucional, como um distanciamento do enunciador e, ao mesmo tempo, reforça uma lógica de impessoalidade.

Ainda no excerto 26, na linha 203, Joana informa que quando o juiz precisa de algo mais detalhado, ele recorre ao relatório do setor psicossocial, o que pressupõe, de forma implícita, que o FNAR por si só pode não ser suficiente em termos de profundidade informativa. Isso pode ter relação com a estrutura do gênero formulário, uma vez que as perguntas são fechadas e existem campos objetivos, enquanto o relatório de atendimento do psicossocial é um gênero menos fechado, mais descritivo e interpretativo, que permite a narração da vítima sobre a violência sofrida de forma mais profunda.

Além disso, a/o juiz/a tem acesso a outros documentos para apoiar a sua decisão perante a casos de violência, como o B.O, documentos médicos (quando é o caso), laudos (quando é o caso), decisões anteriores (em casos de reincidência).

Com isso, Joana, no excerto 27, aponta que o relatório é pedido em casos de dúvida pelo juiz, como pode ser visto em:

Excerto 27

- 207 Gabriela: É:: é comum ele pedir esse relatório de atendimento?  
208 Joana: NÃO, em alguns casos só.  
209 Gabriela: São poucos?  
210 Joana: São poucos os casos, só quando ele tem alguma dúvida.

Trecho da entrevista de Joana

Por outro lado, o excerto acima parece contradizer a lógica anterior, isso porque a subjetividade do relatório de atendimento do psicossocial é solicitado em alguns casos só (linha 208). Assim, pressupõe-se que o FNAR é utilizado na maioria dos casos, sem o auxílio do relatório.

A pressuposição vem por esta pesquisa não ter entrevistado membras/os do setor Judiciário da CMB-MS e, usando outras passagens do setor psicossocial, como o excerto 28 (abaixo) não há um conhecimento factual de como o FNAR é utilizado depois que sai do psicossocial, como ações de políticas públicas, (in)deferimento de MPUs, entre outras. Veja-se:

Excerto 28

- 176 Gabriela: é::, você acha que consegue me descrever alguma situação em que o FNAR foi  
177 relevante pra tomada de decisões e encaminhamentos?  
178 Joana: (10) eu não consigo descrever porque a gente só faz o acolhimento, a gente não tem  
179 acesso ao:: processo, entende?

Trecho da entrevista de Joana

Na linha 178, a psicóloga revela que não há como ela descrever o processo, pois só faz parte do acolhimento, assim, ela demarca com precisão o lugar institucional da equipe psicossocial ‘a gente **só** faz o acolhimento’ (linha 178, grifo meu), o uso do advérbio ‘só’ cumpre a função discursiva de delimitar com precisão o papel institucional da equipe psicossocial, ao mesmo tempo que sugere uma marcação de exclusão tácita de outras responsabilidades atribuídas indevidamente ao setor. Assim, o ‘só’ carrega um valor argumentativo relevante ao posicionar o sujeito dentro de uma cadeia institucional fragmentada, local em que o acesso ao restante do processo escapa do seu campo de atuação.

Desse modo, o advérbio parece reforçar uma hierarquização implícita entre os setores, uma vez que expõe a percepção de descontinuidade e desarticulação da rede de atendimento.

Além disso, a conjunção causal ‘porque’ (linha 178) utilizada estabelece uma justificativa clara: Joana não pode descrever o impacto do FNAR nas decisões judiciais porque não acompanha o processo após o encaminhamento. Isso evidencia limites materiais e epistemológicos da atuação do setor dentro da rede.

Ainda no excerto 28, a estrutura da fala de Joana, ainda, revela uma dicotomia entre os setores: ‘a gente’ (linha 179) (psicossocial) – responsável pelo acolhimento, pela escuta, pela elaboração inicial do FNAR – e ‘processo’ (linha 179) (Judiciário) – instância que delibera, decide, mas sem retroalimentar os setores anteriores.

Em outras palavras, os aspectos apontados acima reforçam que, embora se fale sobre fluxo ou rede integrada, na prática, os setores parecem funcionar como ilhas institucionais, isto é, sem mecanismos de comunicação circular. A integração dos serviços se resume ao encaminhamento do papel (FNAR) e da mulher, sem que haja retorno ou diálogo entre os atores. Isso parece uma integração meramente burocrática, mas não comunicativa, colaborativa, interativa de fato. Além disso, esse distanciamento de Joana também se relaciona à chamada modalidade enunciativa foucaultiana, que Fairclough (2001) menciona, isto é, um tipo de atividade discursiva em que é associada sua própria posição de sujeito.

Em suma, o fato de Joana dizer no excerto 28 que não tem acesso ao processo reforça que não há momentos de articulação efetiva entre os setores, como reuniões intersetoriais, devolutivas, formações conjuntas ou espaços de escuta e troca institucional. Assim, o FNAR parece não gerar resposta ou retroalimentação. O que se pode entender é que existe uma cadeia de repasse de documentos, sem uma efetiva cooperação, sem intersubjetividade ou articulação entre os saberes institucionais.

Por esse motivo, ainda, a estrutura que o fluxograma da seção 4.7 apresenta é verticalizada, ou seja, não parecem existir pontes reais de troca entre os setores “iniciais” de atendimento (acolhimento – psicossocial) e os setores de “cúpula” (processo e decisões – judiciário e policial). Isso parece desmontar a ideia de rede como espaço de cooperação horizontal e reafirma uma lógica hierárquica e fragmentada.

Matilde também evidencia em sua entrevista sobre a verticalização do percurso do FNAR, como pode ser visto no excerto 29:

Excerto 29

- 172 Gabriela: A delegacia usa o FNAR quando vai fazer o B.O?  
173 Matilde: Eu acredito que sim, a gente nunca ficou, a gente entrega a vítima e já volta né pro  
174 atendimento, é aquela coisa:: aquela correria, a gente nunca fica- nunca percebeu assim- sabe?

Trecho da entrevista de Matilde

No início desse excerto, Matilde afirma que ‘acredita’ que a DEAM utilize o FNAR para preencher o B.O, o uso do verbo modalizador ‘acredito’ (linha 173) marca um distanciamento epistêmico da assistente social, ela não tem certeza sobre o que acontece com o FNAR após a sua ‘entrega’. Isso implica, também, o problema da falta de comunicação entre os setores da CMB-MS.

No fim desse excerto, a assistente social utiliza o pronome demonstrativo ‘aquela’ (linhas 174). Os demonstrativos atuam nessa fala como anáforas exofóricas, ou seja, não retomam algo textual, mas sim um conhecimento partilhado do mundo – no caso, uma imagem social do que seria o cotidiano de um setor de atendimento à violência. Assim, eles funcionam como marcadores discursivos de saturação e normalização da precariedade. A escolha lexical pode indicar uma banalização da gravidade da situação, o que pode ser interpretado como ou um gesto de proteção emocional por parte de Matilde ou uma estratégia discursiva para naturalizar o processo institucional (como se isso fosse inevitável).

Além disso, há também a repetição do advérbio “nunca” (linhas 173 e 174 – nunca ficou; nunca fica; nunca percebeu) – o que remete à ênfase ao não conhecimento de fato do processo após o preenchimento do FNAR.

Ainda, Matilde, no excerto abaixo de número 30, ao ser questionada sobre o fluxo do FNAR dentro da CMB-MS, revela uma lógica operacionalizada e automatizada do processo. O que a assistente social chama de ‘fluxo’ é descrito como uma forma sequencial, como um encaminhamento logístico: o FNAR e a vítima caminham juntos, são ‘entregues’ e depois o setor psicossocial retorna ao seu posto. Podemos ver em:

#### Excerto 30

- 169 Matilde: O fluxo é esse, ele sai daqui o questionário de risco junto com a vítima e aí entrega na  
170 DEAM, tudo protocolado tudo bonitinho e aí eles mandam pro cartório e aí o juiz vai analisar  
171 através do questionário de risco

Trecho da entrevista de Matilde

Com essa fala de Matilde, é possível perceber uma redução na complexidade da avaliação de risco a uma ação mecânica, como uma linha de produção, em que o papel (FNAR) e a vítima são repassados de setor em setor, sem mediações, retornos ou articulações intersetoriais, ou seja, uma cadeia unilateral de repasse de informação, como já foi analisado no excerto 28 da entrevista de Joana.

Dessa forma, a vítima e o FNAR são coobjetos do processo, a gramática da frase apaga a distinção entre o ser humano e o documento. A estrutura ‘junto com’ (linha 169 – excerto 30) cria uma equivalência funcional, ambos são ‘entregues’ à delegacia.

Isso reforça uma leitura que pode ser entendida como reificação da vítima, não tratada aqui como um sujeito de direitos e decisões. Muito diferente do momento do acolhimento, em que essa mulher é ouvida e sua fala reenunciada e validada para a mensuração de risco, em que as profissionais parecem compreender e agir a partir da compreensão da importância de seu papel no preenchimento do FNAR. Quando se passa a outro setor, esse tom muda para algo cada vez mais impessoal e reificado.

Ainda, o verbo ‘entregar’ (linha 169 – excerto 30), em estrutura ativa e transitiva direta, coloca a equipe do psicossocial como sujeito-agente e a vítima como objeto-paciente. Isso sugere que a denunciante é tratada como um item de procedimento, passível de ser transportada, entregue e repassada. Não há agência atribuída à vítima, ela é passiva no processo, apenas circula, como o FNAR, onde o fluxo a leva. Assim, a própria linguagem evidencia a desumanização implícita nos procedimentos institucionalizados.

Ao passo que o setor psicossocial parece não entender como se dão os encaminhamentos do FNAR e de outras ações dentro da CMB-MS, a delegada parece saber tudo sobre o psicossocial e, além disso, ela avalia e não tem nenhum receio em dizer o que sabe e como sabe. No excerto 31, Rebeca comenta sobre a diminuição do período do preenchimento de um novo formulário em caso de reincidência:

Excerto 31

87 Rebeca: Então isso tem que se diminuído, diminuiu pra 3 meses, então é:: de extrema  
88 importância ele porque ele traz- como eu falo é comum da vítima mudar o discurso dela,  
89 (.) então às vezes ela fica muito à vontade em falar no setor psicossocial e chega aqui, ela  
90 não diz (.) então o formulário sendo encaminhado, já dá para perceber “Olha, isso aqui  
91 que a senhora falou lá, não falou aqui”, isso:: dá uma maior proteção para ela, porque um  
92 dá um outro olhar, seja para o investigador ou pela delegada, que pode estar pedindo uma  
93 prisão e evitando uma morte, uma torçãozeira, é:: então o formulário é de extrema  
94 importância, tendo em vista esse perfil das vítimas, que constantemente >justamente por  
95 elas estarem dentro de um ciclo< elas alteram o contexto ou alteram a história ou FALA  
96 uma coisa em um lugar e não fala outra coisa em outro lugar, isso é MUITO comum na  
97 vítima de violência doméstica, e uma vez ela se sentindo à vontade (.) na verdade eu acho  
98 que deveria ser exatamente isso sabe? É:: é:: que a gente faz o inverso, não é nem que a  
99 gente faz o inverso, nós conseguimos o apoio psico pra preencher.

Trecho da entrevista de Rebeca

Assim, nesse excerto, ao reconhecer que a vítima fica mais à vontade no setor psicossocial do que na DEAM (linha 89), Rebeca rompe com o discurso tradicional da autoridade policial que, muitas vezes, espera linearidade, coerência e constância nos relatos das vítimas de violência, o que desconsideraria os efeitos que a violência contra a mulher causa.

Nesse sentido, este excerto expõe um processo que pode ser de resignificação da prática institucional, a partir de uma escuta mais sensível às condições de produção do discurso da vítima. Dessa forma, ao invés de invalidar a divergência entre os relatos da vítima em cada setor como um possível indício de falsidade (linhas 90-91), a delegada legitima a oscilação narrativa como um reflexo do ambiente em que o discurso é produzido. Isso implica o reconhecimento de que o sujeito não fala a partir de um lugar neutro ou universal, mas que sua enunciação é atravessada por relações de poder, medo, acolhimento ou julgamento.

Ao entender que a mulher pode se comportar e enunciar de maneiras diferentes a depender do contexto inserido, podemos compreender que Rebeca percebe que o discurso da vítima não é estável ou puramente intencional, mas é constituído por uma rede de vozes que dialogam entre si e com espaços institucionais que a permite falar ou silenciamentos que passam a inibir. Como aponta Bakhtin (2011), todo dizer é uma resposta a algo, é sempre orientado para um outro – e, nesse caso, esse “outro” é o agente institucional que escuta, interroga, (in)valida o relato da vítima.

Sob esse viés, a delegada ao afirmar que o discurso psicossocial permite à mulher uma fala mais ampla, mais íntima, reconhece o papel do ambiente que essa vítima produz seu enunciado e sua configuração nesse cenário.

Isso aproxima sua fala de uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, o saber policial se articula com os saberes do campo da psicologia e do serviço social, valorizando o trabalho em conjunto como uma condição para uma escuta eficaz e protetiva. Embora pareça que isso não se efetive na prática cotidiana dos outros policiais que integram a DEAM, como é visto nesse excerto.

Além disso, essa fala de Rebeca pode ser entendida como um discurso contestatório (Thompson, 1995), que rompe (mesmo que parcialmente) com a ordem de discurso dominante no campo policial, que tradicionalmente valoriza a objetividade, a evidência material, a efetiva tipificação dos crimes.

Em contrapartida, o auxílio que a delegada afirma que o psicossocial presta à DEAM parece tensionar um poder de um setor sobre o outro, evidenciando uma hierarquização funcional que, na prática pode implicar a transferência de responsabilidades. Ao afirmar que é o psicossocial quem realiza a escuta sensível: “então às vezes ela fica muito à vontade em falar no setor psicossocial e chega aqui, ela não diz” (linhas 89 e 90 – excerto 31), Rebeca não apenas reconhece uma competência técnica desse setor, mas também parece isentar a DEAM da necessidade de desenvolver tal abordagem no atendimento às mulheres.

Esse deslocamento funcional pode reforçar a falta de integralidade nas ações intersetoriais, uma vez que, ao compreender que o acolhimento empático já está assegurado por outro setor, a delegacia – caracterizada no próprio discurso da delegada por um perfil delimitado por não valorizar a escuta da narrativa da vítima em sua totalidade – não se vê impelida a dialogar com a lógica do cuidado que estrutura o setor psicossocial. Assim, institucionaliza-se uma separação de linguagens e práticas que podem comprometer o caráter interdisciplinar e integral requerido pelas normativas acerca da CMB.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da proposta de Fairclough (2001), segundo a qual os sujeitos institucionais estão inseridos em redes discursivas que naturalizam certos modos de agir e de dizer, através de gêneros discursivos. Tais práticas não apenas reproduzem configurações institucionais preexistentes, mas também tendem a estabilizar os papéis sociais, como se fossem fixos e inquestionáveis. No entanto, como destaca o autor:

uma sociedade – ou uma instituição particular ou domínio dentro dela – tem uma configuração particular de gêneros em relações particulares uns com os outros,

constituindo um sistema. E, é claro, a configuração e o sistema estão abertos à mudança (Fairclough, 2001, p. 162).

Dessa forma, embora o discurso de Rebeca reforce um modelo rígido de atuação segmentada, ele também revela tensões que podem ser mobilizadas como pontos de inflexão para repensar os arranjos institucionais entre os setores.

Assim, a própria tensão expressa por Rebeca ao falar da necessidade de considerar o FNAR como uma ferramenta que faz parte do procedimento da DEAM pode ser lida como um tensionamento discursivo que evidencia a tentativa de diferenciar essa delegacia das demais, conforme é visto no trecho de sua entrevista:

#### Excerto 32

42 Rebeca: Então a:: os policiais possuem certa resistência (.) a essa documentação, tá aí a  
43 necessidade de:: de pessoas que tenham perfil pra trabalhar aqui e que saibam da  
44 importância dessa- desse trabalho conjugado com outros setores e da importância de  
45 documentos como o formulário de risco, porque em qualquer outra delegacia nós temos  
46 o B.O tão somente que o investigador é incitado a registrar, aqui não, aqui são vários  
47 documentos, se não for a Delegacia que mais atende, isso de certo, tem a maior demanda,  
48 mas que onde o investigador trabalha mais, por que que eu tô dizendo isso? Porque  
49 quando então vem um formulário de risco que ele precisa, não é nem ele que faz, que ele  
50 precisa é:: analisar, ler com cuidado e ao menos passar pra a delegada, a gente tem uma  
51 dificuldade porque acha mais uma função que tem que fazer, ele não consegue muitas  
52 vezes SABER a importância daquilo e às vezes não- desvaloriza prejudicando todo o  
53 trabalho, então, inicialmente foi o olhar (.) dos policiais, mas quanto a mim e depois a  
54 gente ter passado por capacitações, reuniões, percebemos- isso vai do amadurecimento  
55 do profissional né? A importância de um documento desse, porque muitas vezes é:: ela

Trecho da entrevista de Rebeca

Esse tensionamento fica evidente quando a delegada afirma que, diferentemente de outras delegacias onde o boletim de ocorrência é ‘tão somente’ (linha 46 – excerto 32) registrado, na CMB-MS ‘são vários documentos’ (linhas 46 e 47), apontando uma maior complexidade e responsabilidade institucional no tratamento de casos de violência contra a mulher.

Ao destacar, ainda, a importância de um ‘trabalho conjugado’ (linha 44) e a necessidade de profissionais com um perfil adequado para lidar com essa documentação, a entrevistada constrói discursivamente uma imagem de singularidade e especialização da DEAM – ao mesmo

tempo em que expõe as resistências internas à implementação de práticas mais sensíveis e documentadas.

Esse processo de diferenciação também funciona como uma forma de reconhecimento da sobrecarga da DEAM e da necessidade de amadurecimento institucional, como ela mesma aponta em ‘foi o olhar (.) dos policiais, mas quanto a mim e depois a gente ter passado por capacitações, reuniões, percebemos- isso vai do amadurecimento do profissional né?’ (linhas 53 a 55). Tal enunciado sugere que a adesão do FNAR e a valorização de seu uso foram construídas ao longo do tempo, por meio de formação e da experiência, o que retrata que os sentidos atribuídos ao formulário não são estáveis, mas sim negociados e disputados discursivamente entre os sujeitos institucionais.

O FNAR, nesse sentido, é um gênero que opera tanto como instrumento de formalização quanto como espaço de disputa de sentidos, que tensiona os limites entre o “procedimento policial” e o “acolhimento sensível”. Portanto, a fala de Rebeca revela uma prática em transição, marcada por contradições e pela tentativa de ressignificar a função da DEAM dentro de uma lógica mais integrada de atendimento, embora ainda atravessada por resistências e fronteiras institucionais.

A partir do excerto 32, nota-se uma avaliação direta sobre a formação policial na fala de Rebeca, marcada por práticas repressivas, em contraste com as exigências do atendimento na CMB. Essa percepção introduz a discussão sobre o perfil dos profissionais integrantes da esfera profissional da polícia no geral e, sobretudo, a crítica da delegada sobre isso no excerto abaixo:

#### Excerto 33

111 Rebeca: Exato, é, ela não trabalha ela não é formada pra acolher, infelizmente, ela é  
112 formada pra rapápá e pé na porta e prender e ser austero, mas aqui tem que ser diferente,  
113 e a gente acaba-

Trecho da entrevista de Rebeca

Esse trecho carrega um alto grau de reflexividade crítica e revela um tensionamento interno nas práticas institucionais da segurança pública. A delegada se coloca, simultaneamente, como parte do sistema policial e como crítica dele, explicitando uma cisão entre o modelo tradicional de formação profissional – punitiva, performática e masculinizada – e as exigências da delegacia que deve proteger a vítima de violência doméstica e ter um atendimento mais humanizado.

A imagem construída do “rapápápá, pé na porta, prender e ser austero” (linha 112 – excerto 33) parece não ser apenas uma crítica retórica, mas uma representação simbólica da hegemonia de uma ordem do discurso autoritária, que historicamente constitui a prática policial no Brasil. Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 162) propõe que “uma sociedade – ou uma instituição particular ou domínio dentro dela – tem uma configuração particular de gêneros em relações particulares uns com os outros, constituindo um sistema”, isto é, as instituições são organizadas por sistemas discursivos relativamente estáveis, compostos por gêneros que se relacionam e se sustentam mutuamente.

No caso da DEAM, essa configuração específica de gêneros – como boletim de ocorrência, o interrogatório, o auto de prisão – está inserida em uma lógica de um discurso policial que privilegia a rapidez da ação, o controle da situação e a repressão como resposta institucional. Esses gêneros, que não são neutros, carregam valores, formas de tratamento da linguagem e expectativas sobre os sujeitos envolvidos, tanto quem atende quanto quem é atendido.

Assim, a imagem do ‘rapápápá, pé na porta, prender e ser austero’ (linha 112 – excerto 33) não é apenas um estereótipo policial, mas expressa uma forma específica de organização discursiva hegemônica, construída historicamente e reiterada cotidianamente, que estrutura a maneira como a violência é abordada e tratada por certas instâncias do sistema de justiça.

Tal representação, longe de se restringir a um caso isolado, é reforçada na fala de Rebeca (excerto 34), ao afirmar que a dificuldade de encontrar policiais realmente capacitados e acolhedores é generalizada, e que a ausência de uma cultura de formação dentro das corporações policiais não é um problema apenas da DEAM aqui de Campo Grande/MS, mas sim uma realidade que atravessa toda a polícia brasileira:

#### Excerto 34

105 Rebeca: Exato, até nós não termos policiais <capacitados>, acolhedores de fato é:: a gente  
106 vai sofrer, a gente sofreria se fossem eles tão somente que fizessem o formulário né? (.)  
107 Porque nós temos a dificuldade cultural de treinamen:to dentro da polícia, isso não é um  
108 ((faz sinal de aspas com a mão)) privilégio >que não é privilégio nenhum< nosso, é de  
109 toda a polícia do Brasil.

Trecho da entrevista de Rebeca

Assim, no excerto 34, Rebeca amplia sua crítica para o nível estrutural e nacional, rompendo com a tendência de responsabilização individual ou local pelos fracassos

institucionais. A fala assume uma dimensão metadiscursiva – ou seja, fala sobre a própria prática do dizer e do agir policial – e propõe uma nova forma de pensar o papel da polícia, especialmente no contexto da CMB-MS, que exige um olhar mais cuidadoso, interseccional e comprometido com os direitos humanos.

Em síntese, é possível compreender, através da análise desta seção, que embora CMB-MS represente um avanço institucional no que tange o enfrentamento da violência doméstica, sua proposta de atuação integrada ainda enfrenta entraves importantes. Tais desafios manifestam-se tanto nos modos de funcionamento fragmentados entre as diferentes esferas profissionais da CMB-MS quanto na ausência de uma comunicação efetivamente circular e devolutiva, o que dificulta a consolidação de uma rede verdadeiramente dialógica e colaborativa.

Ainda, a metáfora ‘drive thru’, mobilizada criticamente no excerto 24 pela delegada, revela a tensão entre a busca por celeridade nos atendimentos e a imprescindível necessidade por cuidado, escuta qualificada e articulação entre os setores. Esse tensionamento é sintomático de uma lógica que prioriza fluxos rápidos em detrimento da complexidade que a escuta e o acolhimento demandam. Além, também, de inverter a lógica de proteção do sistema-vítima, colocando a expectativa da vítima em ser atendida de forma rápida e não mater, de certa forma, um vínculo com a instituição, como um entrave também na garantia de combate à violência doméstica e familiar.

Em suma, a fala das profissionais entrevistadas indicam que o FNAR e seu percurso institucional tendem a operar como instrumentos lineares e burocráticos, mais afinados com uma racionalidade procedimental do que com os princípios de interdisciplinaridade e horizontalidade que fundamentam a noção de rede.

Dessa forma, o que se observa é uma integração mais formal do que substancial, um arranjo institucional que, apesar de articulado de forma normativa, ainda se distancia das práticas interdisciplinares e cooperativas que constituem a CMB como ideais de funcionamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo analisar o uso do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) no contexto da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS, considerando seu papel enquanto gênero discursivo situado na intersetorialidade entre as

práticas institucionais, normativas jurídicas e experiências vividas por mulheres em situação de violência. A partir da análise do FNAR, bem como dos trechos das entrevistas de Joana, Matilde e Rebeca, entendemos que o risco é avaliado, negociado e operacionalizado no interior do discurso das/os profissionais que participam da construção da narrativa da mulher denunciante.

Assim, os resultados apontam que, embora o FNAR represente um marco normativo e simbólico na tentativa de sistematizar a noção do risco, sua efetivação na prática ainda é marcada por lacunas e tensões. A análise de sua cadeia dialógica ampla revelou a presença de vozes de documentos internacionais e de instrumentos estrangeiros que, apesar de apresentar uma tentativa positiva de incorporação das práticas internacionais também escancara a problemática de não analisar as especificidades locais, reproduzindo e legitimando somente modelos estrangeiros.

Ainda, na cadeia dialógica imediata, foi possível perceber a forma analógica de aplicação do FNAR, sendo ainda feito de maneira impressa e o papel é quem tramita no interior da CMB-MS entre os setores, junto com a mulher denunciante. Dessa forma, a ausência da tecnologia em prol da agilidade da instituição mostra a limitação entre a formulação das políticas públicas na legislação e sua execução cotidiana.

Além disso, a fala das profissionais do setor psicossocial e da DEAM evidenciaram que o FNAR pode ser concebido como um instrumento de apoio, mas não um norteador das medidas e decisões. A voz da mulher é considerada essencial, o que foi possível inferir pelos trechos das entrevistas analisados, porém sua narrativa está sempre sujeita a mecanismos de validação institucional.

Ademais, as reenunciações das mulheres denunciantes são feitas de maneiras distintas pelas profissionais entrevistadas e isso ocorre pela esfera profissional que estão inseridas. Joana e Matilde, que são profissionais integrantes do psicossocial, setor de acolhimento, escuta qualificada e humanizada, que possivelmente tiveram trajetórias profissionais que tiveram esses pilares como princípios, reenunciam de forma a compreender e sistematizar o risco que a mulher está submetida com a finalidade de ajudá-la a tipificar o risco pela DEAM e pelas outras instâncias, para assim conseguir MPU ou até outra medida de ação contra a violência. Entretanto, Rebeca, por fazer parte da esfera policial, lugar que a delegada deixa claro que é majoritariamente masculino e que a estrutura hegemônica parece sobressair, reenuncia a mulher de forma a relativizar, em algumas falas, a sua própria narrativa de violência.

Em síntese, o FNAR é uma ferramenta que sistematicamente permeia o ambiente da CMB-MS. Assim, o formulário configura-se como um gênero discursivo que é moldado por

vozes e interesses, ora reforçando a lógica tecnocrática de gestão de risco, ora se abrindo à escuta sensível e situada das mulheres. Sua eficácia, contudo, depende da superação das barreiras estruturais, como a falta de informatização, a ausência de capacitações efetivas em todos os setores, a relação de hierarquia entre as instituições, para que não se transforme apenas em um procedimento burocrático, mas sim em um instrumento efetivo de combate à violência contra a mulher.

A integração entre os setores que compõem a Casa da Mulher Brasileira, de Campo Grande/MS, mostra-se ainda insuficiente, uma vez que é marcada por uma lógica verticalizada, em que prevalece a sobreposição de determinadas esferas institucionais sobre outras, dificultando a construção de práticas verdadeiramente colaborativas. Essa estrutura hierárquica, em vez de potencializar a proteção das mulheres em situação de violência, acaba limitando os efeitos esperados, pois não há uma articulação horizontal capaz de garantir respostas rápidas e efetivas.

Nesse cenário, o FNAR desponta como uma ferramenta central de enfrentamento à violência de gênero, mas sua plena eficácia depende de ser moldado e aprimorado para se tornar, de fato, um instrumento operativo, que dialogue com as especificidades locais e integre as diferentes vozes institucionais sem reproduzir assimetrias de poder. Portanto, repensar a forma de integração e o uso estratégico do FNAR é essencial para que ele cumpra seu papel de maneira mais efetiva e transforme-se em um recurso capaz de fortalecer o enfrentamento à violência contra a mulher.

Em futuras pesquisas, este trabalho pode contribuir para o campo dos Estudos Críticos sobre o discurso institucional e as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero ao demonstrar como instrumentos normativos, como o FNAR, são atravessados por práticas discursivas que (re)produzem sentidos, valores e tensões no cotidiano institucional. Ainda, ao dar visibilidade às vozes das profissionais da CMB-MS, esta pesquisa também se propõe como um espaço de escuta e reconhecimento do saber situado dessas agentes públicas, cujas práticas sustentam, muitas vezes, os princípios do acolhimento e da proteção.

No entanto, reconhecemos que esta investigação apresenta suas limitações, sobretudo no que se refere ao número reduzido de entrevistadas e a ausência da perspectiva de magistradas/os, o que restringe a compreensão mais ampla dos efeitos do FNAR nas decisões judiciais. Tais aspectos apontam para a necessidade de novos estudos que ampliem o escopo analítico e incorporem outras vozes e dimensões institucionais.

Assim, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), esta etapa final cumpre o exercício de autorreflexão do fazer científico, uma vez que reconhece tanto os alcances quanto os limites desta investigação, sem perder de vista seu compromisso ético-político com a transformação das práticas sociais analisadas.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BARROS, D. L.P. Dialogismo, polifonia e enunciação In: BARROS, D. L. e FIORIN, J. L. (orgs.) **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 2003. (p. 1-9)
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**, São Paulo: Parábola, 2013.
- BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. In: CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; STUTZ, Luana dos Santos (orgs.). **Gêneros discursivos no ensino: reflexões e práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 15-30.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 6. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BONINI, A. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for Brazilian public universities. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 3, set./dez. 2010.
- BONINI, A. Mídia, suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Formulário de Avaliação de Risco FRIDA**: um instrumento para o enfrentamento da violência contra a mulher. Brasília: CNMP, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 936/GM de 19 de maio de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 maio 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0936\\_19\\_05\\_2004.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0936_19_05_2004.html) Acesso em 08 out. 2023
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.406/GM de 05 de novembro de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 de novembro de 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406\\_05\\_11\\_2004\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004_rep.html) Acesso em 08 out. 2023

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 08 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 47, p. 1, 9 mar. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11431.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11431.htm). Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 5.390, de 8 de março de 2005. Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 mar. 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5390.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5390.htm) Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres). Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf) Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM**. Brasília: SPM, 2008. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/pdfs/ii-plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/pdfs/ii-plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres). Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: SPM-PR, 2013. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/pdfs/iii-plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/pdfs/iii-plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres). Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASÍLIA. **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundação Ford, 2006. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 20 agosto 2024.

CAMPO GRANDE-MS. Decreto nº 12.563, de 12 de junho de 2015. Regulamenta a Lei Municipal nº 5.305, de 15 de abril de 2015, que institui a Casa da Mulher Brasileira no Município de Campo Grande-MS. **Diário Oficial do Município de Campo Grande**, Campo Grande, MS, n. 4.265, p. 3, 15 jun. 2015. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CHOULIARAKI, L., FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity, Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e posfácio. Brasília: EditoraUnB, 2001.

\_\_\_\_\_, **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FERRETTI, V. A. S. Dialogismos na rede de práticas sociais: o caso da sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher. In: SILUS, A.; CHAVES, A. S.; PINTO, M. L. (Orgs.). **Diálogos sobre Discurso: arte(s), mídias e práticas sociais**.v. 1, p. 231-260. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FIGUEIREDO, D. C. BONINI, A. Recontextualização e sedimentação do discurso e da prática social: como a mídia constrói uma representação negativa para o professor e para a escola pública. **D.E.L.T.A.**, v. 33, n. 3, p. 759-786, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/SCWt9bs9v7xdBbh8nKX6gZD/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 15 jun. 2025

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FIORIN, J. L. Modalização: da língua ao discurso. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4204>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19: boletim 3**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2021**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em: 15 jul. 2025

GUSMÃO, C. N. **A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS como espaço de acolhimento e proteção às vítimas de violência doméstica**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

KRISTEVA, J. Le mot, le dialogue et le roman. **Cahiers de l'Association internationale des études françaises**, n. 19, p. 307–324, 1967.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. (Org.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MACHADO, L. Z. Violência baseada no gênero e a lei maria da penha. In: BARBOSA, T. K. F. G. **A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos**. Brasília: AMAGIS, 2016.

MARTINS, A. P. A.; ARAÚJO, R. M. Política intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: análise da implementação da Casa da Mulher Brasileira. **Revista NAU Social**, v. 10, n. 19, p. 51-63, nov. 2019 a abr. 2020.

MASON, J. **Qualitative Researching**, Londres: SAGE Publications Ltd, 1998.

MOTTA-ROTH, D. Análise Crítica de Gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa da linguagem, **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 1995. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_pequim.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_pequim.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resposta à violência baseada em gênero no Cone Sul: avanços, desafios e experiências regionais**, 2011. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics\\_crime/Publicacoes/Respostas\\_Violencia\\_Genero\\_Cone\\_Sul\\_Port.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_crime/Publicacoes/Respostas_Violencia_Genero_Cone_Sul_Port.pdf) Acesso em 08 out. 2023.

**PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República. Brasília, 2011.

PEREIRA, L. As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres Kaiowá da reserva de Amambai, MS: aproximações e impasses. 2020. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Antropologia)** – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- STERNBACH, N. NAVARRO-ARANGUREN, M. CHUCHRY, P. ALVAREZ, S. E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos feministas**, n. 2, 1994. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/> Acesso em 28 abr. 2024
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- UN WOMEN. **COVID-19 and ending violence against women and girls**. Nova York: UN Women Headquarters, 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/issue-brief-covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem** (Círculo de Bakhtin). São Paulo: Editora 34, 2018.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ASSISTENTE SOCIAL QUE ATUA OU ATUOU NA CMB-MS

#### **Bloco I – Experiência e trajetória profissional**

1. A(o) senhor(a) poderia compartilhar um pouco sobre sua trajetória profissional e a experiência com casos de violência contra a mulher na Casa da Mulher Brasileira?
2. Há quanto tempo atua como assistente social na CMB-MS?
3. Como descreveria sua atuação dentro da Casa da Mulher Brasileira?

#### **Bloco II – Processo de avaliação e registro de ocorrências**

4. Como é o processo de avaliação inicial de risco durante os atendimentos de casos de violência doméstica?
5. Quais são as principais ferramentas ou métodos utilizados para registrar as denúncias e avaliar os casos que chegam à CMB-MS?
6. Existe algum protocolo específico que segue para identificar os casos mais urgentes ou graves?

#### **Bloco III – Sobre o FNAR**

7. A(o) senhor(a) já ouviu falar sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR)? Caso sim, qual foi sua primeira impressão ao ser apresentada(o) a ele?
8. O FNAR é utilizado em algum momento no processo de registro de ocorrências na CMB-MS? Se sim, como ele é inserido no fluxo de trabalho?
9. Poderia descrever uma situação em que o FNAR foi relevante para a tomada de decisões e encaminhamentos?

#### **Bloco IV – Avaliação do FNAR e sua integração ao sistema assistencial**

10. Em sua experiência, como o FNAR tem contribuído para o trabalho na CMB-MS, especialmente no que tange à proteção das vítimas?
11. Como avalia a integração do FNAR com outros sistemas e procedimentos dentro dos diversos setores da CMB-MS e no processo de encaminhamento da assistência social?
12. Na sua opinião, quais desafios são enfrentados na implementação ou no uso do FNAR na CMB-MS?

13. Acha que o FNAR poderia ser melhorado? Se sim, de que maneira acredita que isso impactaria o processo de registro e proteção das vítimas?
14. Existe algum tipo de capacitação ou treinamento voltado para o uso do FNAR dentro da CMB-MS?

**Bloco V – Considerações finais**

15. Há mais algum aspecto relacionado ao FNAR ou ao processo de registro e avaliação de risco na CMB-MS que gostaria de compartilhar?
16. Alguma sugestão sobre como aprimorar o uso do FNAR no contexto assistencial e de atendimento às vítimas de violência?

**APÊNDICE B**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA DELEGADA DA**  
**DEAM DA CMB/MS**

**Bloco I – Experiência e trajetória profissional**

1. A senhora poderia compartilhar um pouco sobre sua trajetória profissional e a experiência com casos de violência contra a mulher na DEAM e na Casa da Mulher Brasileira?
2. Há quanto tempo atua como delegada na DEAM?
3. Como descreveria sua atuação dentro da Casa da Mulher Brasileira?

**Bloco II – Processo de avaliação e registro de ocorrências**

4. Como é o processo de avaliação inicial de risco durante o registro de um boletim de ocorrência em casos de violência doméstica?
5. Quais são as principais ferramentas ou métodos utilizados para registrar as denúncias e avaliar os casos que chegam à delegacia?
6. Existe algum protocolo específico que segue para identificar os casos mais urgentes ou graves?

**Bloco III – Sobre o FNAR**

7. A senhora já ouviu falar sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR)? Caso sim, qual foi sua primeira impressão ao ser apresentada a ele?
8. O FNAR é utilizado em algum momento no processo de registro de ocorrências na DEAM? Se sim, como ele é inserido no fluxo de trabalho?
9. Poderia descrever uma situação em que o FNAR foi relevante para a tomada de decisões na delegacia?

**Bloco IV – Avaliação do FNAR e sua integração ao sistema policial**

10. Em sua experiência, como o FNAR tem contribuído para o trabalho na DEAM, especialmente no que tange à proteção das vítimas?
11. Como avalia a integração do FNAR com outros sistemas e procedimentos dentro da delegacia e no processo de encaminhamento de medidas protetivas?

12. Na sua opinião, quais desafios são enfrentados na implementação ou no uso do FNAR na delegacia?
13. Acha que o FNAR poderia ser melhorado? Se sim, de que maneira acredita que isso impactaria o processo de registro e proteção das vítimas?
14. Existe algum tipo de capacitação ou treinamento voltado para o uso do FNAR dentro da DEAM?

**Bloco V – Considerações finais**

15. Há mais algum aspecto relacionado ao FNAR ou ao processo de registro e avaliação de risco na DEAM que gostaria de compartilhar?
16. Alguma sugestão sobre como aprimorar o uso do FNAR no contexto policial e de atendimento às vítimas de violência?

## APÊNDICE C

### **REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Senhor (a) para participar da Pesquisa **A construção discursiva do risco e a proteção legal às mulheres: uma análise crítica do gênero** **Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR)** voluntariamente, sob a responsabilidade do pesquisador **Gabriela Piovesan Leitão Tibola**, a qual pretende **analisar o gênero discursivo Formulário Nacional de Avaliação de Risco e suas relações dialógicas na Casa da Mulher Brasileira, de Campo Grande/MS.**

Sua participação é voluntária e se dará por meio de **entrevista semiestruturada conforme roteiro previamente apresentado, com gravação em áudio armazenado em um sistema de armazenamento em nuvem com padrão de segurança compatível com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, os dados serão acessíveis apenas para a pesquisadora e a orientadora, serão armazenados durante o período de 5 (cinco) anos a contar pela data de realização da entrevista, sendo posteriormente destruídos. Se o (a) Sr (a) aceitar participar, contribuirá para **compreender como o documento Formulário de Avaliação de Risco (FNAR) impacta nas decisões de ações de políticas públicas.**

Para participar da pesquisa, o (a) senhor (a): **responderá uma entrevista semiestruturada com roteiro previamente apresentado, caso não se sinta confortável com alguma pergunta tem total liberdade para não respondê-la, ou em qualquer situação que quiser que entrevista se encerre, isso será feito.**

Os riscos envolvidos na pesquisa são: **possível constrangimento, dano emocional, medo de não saber responder ou ser identificado.** Esses riscos serão **minimizados a partir das seguintes medidas: O(a) sr(a) poderá encerrar a entrevista em qualquer momento, caso não queira ou não saiba responder alguma questão tem total liberdade para se isentar dessa, para garantir o seu anonimato, para garantir o anonimato serão utilizados pseudônimos e expressões generalistas que impeçam a sua identificação por meio das informações gravadas. O(a) Sr(a) não terá nenhum benefício direto, no entanto, poderá haver contribuição no que se refere a melhorias nas práticas profissionais e de políticas públicas no combate da violência contra a mulher, bem como o desenvolvimento das pesquisas na área de Estudos Críticos e Tecnologias Sociais.**

Se depois de consentir sua participação na pesquisa o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será mantida em sigilo. Todos os dados obtidos serão usados especificamente para esta pesquisa e os mesmos, são de caráter confidencial. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

O/a Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pela pesquisadora responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine em todas as folhas e ao final deste documento, que está em duas vias e também será assinado por mim, pesquisador, em todas as folhas.

Uma das vias é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, **Gabriela Piovesan Leitão Tibola** nos telefones: **67 99309-2559**, Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética Com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul CESH/UEMS pelo Fone: (67) 3902-2699 ou no endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12, em Dourados – MS, Bloco A, piso superior – Sala 11 - Horário de atendimento: 8:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado e aceito participar da pesquisa **A construção discursiva do risco e a proteção legal às mulheres: uma análise crítica do gênero Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR)**, sendo que a pesquisadora **Gabriela Piovesan Leitão Tibola** explicou como será toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

O Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, é um órgão colegiado que busca defender os direitos e o bem-estar dos participantes de pesquisa. Atuando desde janeiro de 2016

o CESH/UEMS está vinculado ao sistema CEP/CONEP e analisa principalmente protocolos de pesquisa do Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Pesquisador**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Participante**

**Nome completo do pesquisador: Gabriela Piovesan Leitão Tibola**

**Telefone para contato: 67 99309-2559      E-mail: gabrielapiovesan90@gmail.com**

**Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou [cesh@uems.br](mailto:cesh@uems.br).**

## APÊNDICE D

### TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PSICÓLOGA JOANA

- 1 Gabriela: .Vou iniciar a gravação para que seja feita a transcrição de nossa entrevista, o seu  
2 nome será protegido e vai aparecer um nome fictício. Você autoriza a gravação?
- 3 Joana: SIM. Ok.
- 4 Gabriela: Qual sua função aqui na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande?
- 5 Joana: Sou psicóloga.
- 6 Gabriela: Faz quanto tempo você tá trabalhando aqui (.) na Casa?
- 7 Joana: Já tem:: 7 anos já.
- 8 Gabriela: Legal-. E você conseguiria compartilhar um pouco, assim, comigo sobre a sua  
9 trajetória profissional e a sua experiência em relação à violência contra a mulher aqui dentro da  
10 Casa?
- 11 Joana: <uhum> Então, é:: quando eu entrei aqui na Casa da Mulher, é::, o fluxo de atendimento  
12 era bem menor, bem mais tranquilo, sabe? (.) E com o passar dos anos, é::, eu percebi que  
13 aumentou bastante, né? Então assim, é, no íni- inicialmente a gente atendia, é::, 5, 6 por plantão-  
14 Gabriela: Uhum.
- 15 Joana: Hoje nós estamos atendendo uma média de 15 a 25 (.) mulheres por plantão. Entã::o  
16 assim cresceu exponencialmente, então, então a gente percebe que (.) as mulheres estão  
17 buscando mais ajuda, né? Eu acho que o papel da educação, da mídia, a questão da informação,  
18 né? As mulheres estão mais informadas, porque elas estão procurando ajuda.
- 19 Gabriela: Então você acha que é mais pelo fato de TER as informações do que pelo fato de ter  
20 aumentado a violência, ou você acha que-
- 21 Joana: Eu acredito que a violência é:: sempre existiu, né? Ela, aqui, pelo menos em Campo  
22 Grande, o índice sempre foi alto (.) mas, é, eu acho que as mulheres estão mais informadas,  
23 estão buscando ajuda.
- 24 Gabriela: Entendi. (.) é:: e como você descreveria a sua atuação dentro da Casa? que que você  
25 entende assim, é:: qual é o seu papel dentro da Casa?
- 26 Joana: Bom::, como psicóloga, a gente faz o acolhimento, a triagem, a gente orienta a vítima  
27 com relação, é::, aos tipos de violência, porque a maioria das vítimas elas, é::, só chegam aqui  
28 quando existe uma violência FÍSICA, então a gente sempre mostra que existem outros tipos de  
29 violência e que não são menos importantes do que a violência física, né, por exemplo, a  
30 violência psicológica, que a lon::go prazo >ela acaba alterando a química do cérebro, então ela

31 causa danos irreversíveis para essa mulher<, então se ela é exposta a todo tipo de humilhação,  
32 ridicularização, menosprezo dentro do relacionamento, isso afeta muito a autoestima dela, né,  
33 e:: então assim, é:: a gente recebe mulheres nesse, assim, com esse perfil, é::, mulheres que  
34 chegam aqui machuca::das, né? Tanto fisicamente quanto psicologicamente, né? Com o  
35 emocional abalado, é::, e aqui a gente tem um perfil também, de mulheres que chegam aqui  
36 porque a violência acabou de acontecer, então muitas vezes essa mulher ainda tá em choque,  
37 ela ainda não:: consegue compreender o que tá acontecendo.

38 Gabriela: não digeri.

39 Joana: é, ela não digeriu ainda né? Então, às vezes, ela tá embriagada, às vezes ela tá::, assim,  
40 muito machucada, >não consegue falar<, é::, e aí a gente (.), é::, orienta sempre que primeiro  
41 passe pelo atendimento na UPA e depois venha pra cá, a gente não atende mulheres que estão  
42 sangrando, tão reclamando de DOR né? Por quê? Pode acontecer alguma coisa aqui, então a  
43 gente sempre, é, já tem assim um protocolo sobre isso né? Os policiais, eles PRECISAM levar  
44 a mulher pra UPA primeiro, pra poder trazê-la aqui pra passar pelo atendimento. >A prioridade  
45 é a saúde dessa mulher<.

46 Gabriela: A UPA é aqui perto né?

47 Joana: É, tem a UPA ( ) que fica aqui pertinho. Então a prioridade é a vi::da dessa mulher né?  
48 Não adianta trazer ela pra cá e ela chegar aqui sem vida ((risos)) ou ela acabar morrendo aqui  
49 dentro.

50 Gabriela: É, realmente, não dá mesmo. E como é o processo de avaliação inicial de risco? Em  
51 relação ao risco que essa mulher corre durante os atendimentos nos casos de violência  
52 doméstica?

53 Joana: Como assim? A avaliação de risco?

54 Gabriela: Como que você avalia, assim::, é:: quando ela entra, como você vai avaliar, qual é o  
55 risco que ela corre? Um risco baixo, alto, médio?

56 Joana: Ah::, sim. Geralmente ela fala, né? A mulher, quando ela chega aqui, ela já fala, ela  
57 apresenta muito me::do, é::, eu já atendi mulheres que:: passaram mal aqui dentro, chegaram a  
58 desmaiar, teve uma mulher que quebrou o dente, né, de tão nervosa que ela tava, >ela ficava<  
59 mordendo assim:: a mandí::bula, né::, ficava mordendo então, assim, e, então a gente atende  
60 mulheres assim de todos os tipos, né, então, é::, ela fala normalmente “ai, ele vai me matar, eu  
61 tenho certeza que ele vai me matar!” “se eu voltar pra casa hoje ele vai me matar, ele falou que  
62 vai me matar”, então assim, tem a ameaça-

63 Gabriela: Uhum.

64 Joana: Então:: a mulher, é, “ELE FALOU QUE VAI MATAR”, então assim tem assim já a  
65 tentativa de feminicídio né? “Ele TENTOU me matar”, então “hoje ele VEIO e correu atrás de  
66 mim com uma faca” ou então já teve casos que o homem deu um TIRO na mulher, não acertou::  
67 por um milagre, né? Então, assim, ela conseguiu fugir, conseguiu pedir ajuda, então tem esse-  
68 a gente avalia pela FALA da mulher mesmo, então, é, quando ela fala que TENTOU, que houve  
69 tentativa de feminicídio, quando ela fala que houve AMEAÇA de morte, né::? E:: quando ela  
70 fala- é, porque o cara fala que vai atear fogo na casa né, “se você me denunciar eu vou matar  
71 você e toda a sua famí::lia”, né, “eu vou fazer tal coisa com seu cachorro”, então assim- elas  
72 trazem para nós, né? E aí, pela fala dela >a gente identifica< o nível de:: de risco que ela tá  
73 correndo.

74 Gabriela: E quais você identificaria ali, que são os principais métodos ou ferramentas que vocês  
75 utilizam para registrar essas denúncias e avaliar os casos que chegam aqui?

76 Joana: Principal método?

77 Gabriela: Isso.

78 Joana: (.) bom, é::, por exemplo, agora tem muitas mulheres que tão vindo pela primeira vez,  
79 (.) então a gente já faz a separação né::? Então tem mulher- tem uma classe de mulheres que  
80 vem pela primeira vez denunciar, que assim, que a violência tá acontecendo recentemente, né?  
81 Então aí na primeira- ou na segunda já vem e já denuncia, que são as mulheres mais jovens,  
82 normalmente, né? É:: e ai por exemplo, homens que não aceitam o término do relacionamento,  
83 não aceitam o término do namoro, que vai matar ela, esse é um grupo de mulheres, tá? Então  
84 são mulheres que você vê que são informadas que no primeiro gesto, né, na primeira briga ou  
85 discussão já pedem medida protetiva né. Então ai tem o grupo de mulheres que há ANOS vem  
86 sofrendo a violência, que são mulheres que há 10, 15, 20, TRINTA anos sofreu violência  
87 doméstica e só AGO::RA conseguiu denunciar porque, é, os filhos cresceram e saíram de casa,  
88 >e ai essa mulher precisa tomar uma atitude< porque se ela ficar ali, é::, não tem mais ninguém,  
89 se ela ficar ali, ela vai acabar sendo morta, né, então essas mulheres também agora estão vindo  
90 denunciar, (.) é::, e aí a gente tá atendendo- é, inicialmente a gente atendia muita briga (.) de  
91 marido e mulher, inicialmente era só isso, acho que foram uns quatro anos, era só violência  
92 contra a mulher, violência de marido e mulher, né, violência doméstica, e ago::ra a gente de uns  
93 três anos pra cá, a gente tá atendendo de to::do o tipo então, é neto contra vó, é filhos contra  
94 pai, mãe, é irmãos por causa de herança né, então a gente tá atendendo assim, é agora tá tendo  
95 muita violência familiar::, no seio familiar, cunhado, é, sobrinha, é neta e tia, tio e genro é nora.  
96 Sabe que antes não era ((risos)), era só contra a mulher e agora tá vindo de tudo pra cá.

97 Gabriela: será que é porque é:: antes tinha esse julgamento que aqui só atendia briga de marido  
98 e mulher e agora deu uma ampliada no fato de entender o que é a Casa?

99 Joana: Sim::, eu acho que sim. Né? Não, eu percebo que as pessoas estão, as mulheres estão  
100 mais informadas, elas estão mais informadas.

101 Gabriela: Às vezes isso pode ter aumentado também por causa disso né?

102 Joana: É

103 Gabriela: E existe algum protocolo especí::fico pra que vocês identifiquem os casos mais  
104 urgentes ou mais graves? Aqui na Casa existe algo assim? Uma sistematização?

105 Joana: Então, normalmente, >quando a mulher chega, ela já fala<, a gente já pergunta, porque  
106 como a gente faz a triagem, a gente tem que ter um:: olhar muito apurado, a gente tem que, é::,  
107 vamos dizer assim, resolver a vida dessa mulher ali ((risos)), em questão de MEIA hora, a gente  
108 tem que resolver toda a vida dela, então, a gente tem que- a gente pergunta se tem rede de apoio,  
109 se ela tem pra onde ir, se ela:: tem família aqui em Campo Grande, porque muitas não têm  
110 família, vieram de fora, a família não mora aqui, não tem rede de apoio, então a gente oferece  
111 o alojamento de passagem, né?, o alojamento de passagem é:: pra essas mulheres que solicitam  
112 a medida protetiva, que estão em situação de risco e que não tenha família aqui, que não tem  
113 pra ONDE ir, não tem rede de apoio em Campo Grande, então é pra esses casos específicos né,  
114 então a gente já observa isso, se a mulher tem emprego, se ela está empregada, se ela deseja,  
115 é::, fazer um cadastro na FUNSAT, se ela tá machucada, se tem lesão:: corporal, aí já tem que  
116 levar ela pro IMOL pra fazer o corpo de delito, se houve um estupro, aí tem que levar pra UPA  
117 pra tomar o coquetel, os remédios né, é::, que mais? Se ela- porque tem muitas vezes que já  
118 atendemos casos que a mulher chega assim, com a roupa toda rasgada, suja, sem chinelo,  
119 DESCALÇA né, então, as crianças, a gente vê “a criança já comeu, já jantou, precisa de um  
120 leite, precisa de uma fral::da?”, então tem que ter essa preocupação também, né::, a gente tem  
121 a brinquedoteca também, né?, as crianças ficam aqui enquanto a mãe faz a denún::cia, lá na  
122 delegacia, e tudo isso a gente observa, né, se ela precisa, por exemplo, pedir a guarda dessa  
123 criança, desses filhos, aí a gente já faz um encaminhamento também para a Defensoria  
124 especializada pra pedir a GUARDA, pensão alimentícia, divórcio, partilha de bens, tudo isso  
125 se resolve na Defensoria, se tem busca de pertences, aí é agendado lá na delegacia pra fazer a  
126 busca de pertences, pra ela retirar as coisas da casa porque ela vai com a guarda municipal, né,  
127 escoltada pela guarda, pra tirar coisas da casa, por causa do perigo, então tudo isso a gente tem  
128 que observar, tudo isso é no atendimento, na hora que ela chega pra nós a gente tem que fazer  
129 todas essas perguntas, esses questionamentos, especialmente-

130 Gabriela: Então o protocolo é se é grave, depende do caso pra que vocês consigam, é::, que  
131 vocês vão colocar ali, é:: pra onde vocês irão direcionar essa mulher?

132 Joana: Isso, isso.

133 Gabriela: é (.) Vocês aqui no psicossocial fazem o preenchimento do FNAR, né, do Formulário  
134 Nacional de Avaliação de Risco?

135 Joana: O Formulário de Risco.

136 Gabriela: Isso, assim- porque assim, né, pelo que eu pesquisei, ele foi, em 2019, ele começou a  
137 ser instituído mesmo, né, que começou a ser obrigatório o preenchimento dele, isso né?

138 Joana: Isso.

139 Gabriela: Então, é, qual foi sua primeira impressão (.) quando você foi apresentada ao  
140 Formulário?

141 Joana: Eu acho que é um formulário que ajuda bastante, né::, principalmente- tanto que (.) ele  
142 tem sido utilizado não só por nós, mas pela, principalmente pela, é::, (.) pela Defensoria  
143 Especializada e:: pela Terceira Vara também para deferir as medidas protetivas, então, o JUIZ  
144 tem acesso a esse formulário, então dependendo do que- do nosso parecer, né, ele vai avaliar  
145 ou não se CABE a medida protetiva. Então assim, é uma ferramenta que está sendo, né-  
146 ANTIGAMENTE era usada só por nós, só que agora tá sendo, utilizado tanto pela Terceira Vara  
147 quanto pela Defensoria.

148 Gabriela: Faz tempo que eles começaram a utilizar essa ferramenta?

149 Joana: Já, já tem um tempinho, tem alguns anos.

150 Gabriela: Antes era somente vocês quando recebiam a:: mulher que dai faziam o::  
151 preenchimento desse questionário?

152 Joana: Isso, sim.

153 Gabriela: E é isso que eu queria perguntar, minha próxima pergunta, sobre o regis::tro de  
154 ocorrências, né::, ele é utilizado também na delegacia ou somente na Defensoria? Porque vocês  
155 fazem o preenchimento né, o psicossocial que vai fazer né?

156 Joana: Isso, que vai preencher o:: Formulário

157 Gabriela: E aí vocês-

158 Joana: Aí a gente leva pra delegacia, ele vai pra delegacia, a gente escaneia, a gente preenche  
159 com a mulher, porque tem uma parte, é:: (.), pra marcar xis e outra parte que a gente que  
160 preenche né:: com o nosso parecer, e aí a gente escaneia e leva e entrega lá né, na delegacia, na  
161 DEAM.

162 Gabriela: e vai o original pra lá?

163 Joana: Isso, vai o ORIGINAL, a gente escaneia e fica com a gente aqui, no setor.  
164 Gabriela: E esse escaneado é utilizado:: em caso de:: de reincidência?  
165 Joana: Isso, em caso de reincidência e a cada TRÊS meses, teve uma reunião que a:: que o  
166 colegiado da Casa fez e foi estipulado que há cada três meses tem que fazer- tem que preencher  
167 novamente esse formulário.  
168 Gabriela: Então se essa mulher vem, depois de três meses é feito um novo formulário?  
169 Joana: vai ser feito outro formulário, [com as informações novas]  
170 Gabriela: [Caso ela venha dentro dos três] meses o que vocês fazem?  
171 Joana: Só tira cópia. (.) Tira cópia e manda pra delegacia.  
172 Gabriela: Mas se for uma agressão diferente ou alguma coisa assim que aconte-  
173 Joana: a gente adiciona atrás  
174 Gabriela: Utiliza o mesmo só colocando então essas novas informações?  
175 Joana: isso, coloca as informações adicionais.  
176 Gabriela: é::, você acha que consegue me descrever alguma situação em que o FNAR foi  
177 relevante pra tomada de decisões e encaminhamentos?  
178 Joana: (10) eu não consigo descrever porque a gente só faz o acolhimento, a gente não tem  
179 acesso ao:: processo, entende?  
180 Gabriela: mas quando você faz o preenchimento tem as questões abertas ali, eu acho que é a  
181 última que ele pergunta pra onde você vai encaminhar essa:: essa mulher, né?  
182 Joana: Aham.  
183 Gabriela: Quando você finaliza, você acha que tudo que ela respondeu ali dentro do formulário,  
184 é::, te:: te leva a entender pra onde você vai encaminhar?  
185 Joana: Hum:: SIM, sim::, porque normalmente a gente f- é:: encaminha ou pra defensoria, ou  
186 pra FUNSAT, ou pro alojamento de passagem ou pra-  
187 Gabriela: Pra DEAM é sempre encaminhado? Ela sempre vai pra DEAM?  
188 Joana: Sim, ela sempre vai pra DEAM, porque ela vai para registrar o Boletim de Ocorrência  
189 Gabriela: tá, então sempre vai. E:: na sua experiência, o formulário tem contribuído para o  
190 trabalho especialmente de proteção às vítimas?  
191 Joana: Bastante, uma prova disso é que a- que tanto a Defensoria quanto a Terceira Vara estão  
192 utilizando esse formulário  
193 Gabriela: O fluxo é então, vocês fazem o preenchimento, daí vai pra delegacia:: e depois:: vai  
194 pra Defensoria? Isso?  
195 Joana: Isso, eles escanei::am, mandam pra Defensoria e >vai pra Terceira Vara.<

196 Gabriela: Então vai- ele segue o fluxo do encaminhamento dessa mulher?

197 Joana: Isso, ele vai seguindo o fluxo.

198 Gabriela: Como que você avalia a integração do FNAR com os outros sistemas e procedimentos  
199 den::tro dos setores da Casa? No processo assim- de encaminhamento? Você acha que isso ajuda  
200 no deferimento ou não de uma medida protetiva, por exemplo?

201 Joana: Sim::, eu acho que tem a integração como falei que vai seguindo o fluxo dessa mulher.  
202 E aí quando o juiz quer algo- um parecer mais detalhado, ele manda um ofi::cio para nós  
203 pedindo o relatório, pedindo o relatório de atendimento dessa vítima.

204 Gabriela: Então vocês fazem tanto o preenchimento desse formulário quanto um relatório de  
205 atendimento?

206 Joana: Isso, a gente faz o relatório de atendimento e a gente preenche no sistema Í::ris.

207 Gabriela: É:: é comum ele pedir esse relatório de atendimento?

208 Joana: NÃO, em alguns casos só.

209 Gabriela: São poucos?

210 Joana: São poucos os casos, só quando ele tem alguma dúvida.

211 Gabriela: Você acha que- na sua opinião, né, quais desafios você acha que são enfrentados na  
212 implementação e no uso do FNAR?

213 Joana: Quais desafios? (8) Por exemplo, quando chega mulheres embriagadas (.) ou em situação  
214 de ru::a ou em situação, é, de:: é:: de transtorno mental, porque a gente atende bastante mulheres  
215 aqui, que fazem acompanhamento em CAPES, né::, tomam remédios controla::dos, enfim, que  
216 tem transtorno mental, então, a gente tem muita dificuldade de preencher quando essa mulher  
217 tem transtorno mental, quando ela tá embriagada, e qual o outro que falei?

218 Gabriela: é::, em situação de rua.

219 Joana: ISSO, em situação de ru::a, porque essa mulher muitas vezes- aí na hora de ir pra DEAM  
220 ela vai embora.

221 Gabriela: ela não fica?

222 Joana: Não, >ela vai embora< entendeu?

223 Gabriela: Mas você acha que é pelo questionário?

224 Joana: Não, ou daqui a pouco tá com o cara, ou espera ele lá na- lá no estacionamento, aí 7  
225 horas da manhã eles são liberados, né? E aí vai embora jun::to, desis::te, e aí volta::, se  
226 arrepen::de.

227 Gabriela: Nossa.

228 Joana: é.

229 Gabriela: é:: Você acha que o FNAR poderia ser melhorado ou ele cumpre o papel?

230 Joana: Olha, eu acho que ele tá bem completo, assim eu não- não acrescentaria nada não.

231 Gabriela: Não? Vocês têm algum treinamento ou capacitação voltados ao preenchimento do

232 FNAR?

233 Joana: Não.

234 Gabriela: Não? Quando foi entregue:: vocês é-

235 Joana: Eu acho que teve uma reunião só pra fazer o alinhamento, assim, a gente teve que

236 ANOTAR as dúvidas e trazer pra psicóloga da Casa, a ((nome retirado)), ela é da SEMU, e aí

237 ela fez esse alinhamento com a equipe, né::, acho que foi uma vez só, foi uma conversa informal.

238 Gabriela: Hum::, entendi. E tem algum outro aspecto relacionado ao FNAR que você gostaria

239 de compartilhar::, além do que a gente já conversou::? Você acha, pelo que me disse, que o

240 formulário tem todas as informações que são necessárias para avaliar o risco e encaminhamento

241 da mulher vítima de violência e também lá na frente pra o deferimento ou não de ações que o

242 juiz vai fazer lá na frente, né::?

243 Joana: Isso, eu só acho assim que tem algumas colegas:: que elas não escrevem de uma forma::,

244 é:: como eu posso dizer assim? (.) Completa, elas escrevem de uma forma muito resumida e

245 acho que elas poderiam dar mais detalhes assim, entendeu? Já que é uma ferramenta, que é

246 muito utilizada e que é muito útil dentro da Casa, né::, por vários setores, então eu acredito que

247 elas PODERIAM, assim, ser mais especí::ficas, é:: ser mais assim- colocar uma resposta mais

248 completa, porque às vezes coloca assim “NÃO” “SIM”, aí fica difícil.

249 Gabriela: Fica difícil depois, lá na frente né?

250 Joana: Isso, eu acho que se temos uma ferramenta que vai ajudar::, que vai contribuir::, então a

251 gente tem que-

252 Gabriela: Mas você acha que isso é por conta de tempo de atendimento, ou::-

253 Joana: Acho que- acredito que sim, porque às vezes tá tão corri::do que a gente, né, acaba

254 respondendo de forma automática, né.

255 Gabriela: Você acha que facilita que o formulário seja a maior parte de múltipla escolha?

256 Joana: (.) Facilita, bastante, porque quando tem muito atendimento, quando tá bombando aqui,

257 aí facilita né, >porque você só vai marcando xizinho, não precisa escrever né, vai mais rápido

258 o atendimento<, mas-

259 Gabriela: Mas você acha que daí falta um pouco que seja feita a resposta de maneira mais

260 completa?

261 Joana: não::, eu acho que facilita, mas- com certeza assim, facilita o atendimento bastante, mas  
262 eu acho que a parte SUBJETIVA é muito importante, é fundamental, é:: até pro juiz entender o  
263 que de fato aconteceu com essa vítima, qual a GRAVIDADE da situação.

264 Gabriela: Além da:: das colegas colocarem respostas mais completas na parte subjetiva, você  
265 teria alguma sugestão para aprimorar o formulário?

266 Joana: Não, acho que não.

267 Gabriela: É isso, muito obrigada pela participação, é bem importante é:: suas respostas,  
268 obrigada mesmo.

269 Joana: Por nada ((risos))

## APÊNDICE E

### TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL MATILDE

- 1 Gabriela: Posso começar a gravação, Matilde? Lembrando que seu nome será protegido nessa  
2 entrevista, vou usar um nome fictício, tá?
- 3 Matilde: Tranquilo, tranquilo.
- 4 Gabriela: Você é psicóloga aqui?
- 5 Matilde: Assistente social.
- 6 Gabriela: Quanto tempo faz que você trabalha aqui na Casa da Mulher?
- 7 Matilde: Eu entrei aqui em 2017, vai fazer é:: 8 anos
- 8 Gabriela: Bastante tempo né? Você poderia me descrever como foi:: sua trajetória profissional  
9 aqui na Casa?
- 10 Matilde: Olha, eu entrei aqui de dia né? Aí logo já passei pro noturno. Nossa ((suspiro)) é um  
11 desafio BEM grande, assim a minha trajetória foi difícil, eu venho do presídio, então pra mim  
12 foi bem tranquilo ((risos))
- 13 Gabriela: é:: se for pra comparar né?
- 14 Matilde: No presídio federal né? Então assim foi bem tranquilo é:: aprendi muito, a gente teve  
15 capacitação, fiz uma pós-graduação em violência doméstica é:: na área né? É:: assim- (.) a gente  
16 nunca pode se dizer que aquela noite aquela escala, aquela noite vai ser tranquila
- 17 Gabriela: Nunca se sabe?
- 18 Matilde: nunca se sabe, então aqui a gente vê de tudo, tem hora que a gente tá aqui e de repente  
19 lá na recepção entra uma mulher (.) choran::do machuca::da, a gente tem que chamar o  
20 bombeiro, então assim cada- cada vez é uma experiência mais que a gente tem. Nunca vou  
21 poder te falar assim é:: eu ainda- eu já sei tudo, eu ainda- eu nunca- é sempre assim um  
22 aprendizado a cada noite que eu venho trabalhar >é um aprendizado, é uma coisa nova, é uma  
23 coisa diferente< é um feminicíd::io né, que geralmente a gente tá aqui e se depara né com uma  
24 mulher morta né, então assim- eu já- a gente tem todas essas experiências né, quem vem à noite-  
25 mulher que procura vir a noite é porque à noite o atendimento é mais tenso (.) a situação é mais  
26 tensa, é:: à noite do que durante o dia
- 27 Gabriela: É:: até porque você já trabalhou durante o dia né? Então você acha que à noite tem  
28 essa diferença?
- 29 Matilde: É, durante o dia não via muito assim mulheres alcoolizadas, geralmente mais à noite,  
30 não tem esse negócio de falar assim “ah sábado e domingo” durante a SEMANA, segunda-feira

31 madrugada pode esperar que a maioria é- já vem muito alcoolizada, tava em festa, tava em  
32 conveniência quando tem essas agressões, ou em casa então é-  
33 Gabriela: Você acha que o álcool tem relação com a violência?  
34 Matilde: Ah, o álcool?  
35 Gabriela: É.  
36 Matilde: é, não é- o álcool não e a droga se é assim- se falar- igual muitas vítimas “ah::, se ele  
37 não bebesse” o álcool não é o culpado, ele potencializa quem é o agressor porque tem muitos-  
38 igual eu falo pra muitas vítimas, tem muitas pessoas que não fazem o uso do álcool né e tem  
39 outros que fazem até da droga e num- permanece dos mesmos comportamentos e as atitudes é  
40 bem mais tranquila às vezes né como a gente vê, e quando já tem- e quando é agressor mesmo  
41 a bebida ela potencializa, aí no calor daquele momento, eles tão em algum lugar:: e aí às vezes  
42 o homem além de usar álcool, que a gente pega muito aqui, aí usa álcool e usa drogas e:: esse  
43 uso excessivo- e aí  
44 Gabriela: Isso potencializa tudo.  
45 Matilde: são coisas que é:: a gravidade é maior né?  
46 Gabriela: Matilde, e como você descreveria sua atuação aqui dentro da Casa?  
47 Matilde: (.)  
48 Gabriela: Qual você acha que é seu papel aqui?  
49 Matilde: Olha:: (5) como desde o início até esse momento agora assim é de fazer do- fazer o  
50 meu MELHOR pra essas mulheres né? É:: de crescer mais de aprender mais de procurar:: é::  
51 desenvolver mais nessa área que que foi o local que eu escolhi pro meu concurso, então a minha  
52 atuação tanto aqui quanto lá fora é:: quando eu vejo uma mulher em situação de violência  
53 doméstica é de orientar, de:: de:: que é o que a gente faz muito aqui né, por mais que a mulher  
54 não queira fazer a denúncia ou a medida protetiva é de:: orientar muito essa mulher como já  
55 aconteceu da mulher não querer medida protetiva e pelas NOSSAS orientações das NOSSAS  
56 experiências a gente orienta, a gente não é obrigado- a gente não obriga a vítima a fazer a  
57 DENÚNCIA mas a atuação nossa aqui a gente realmente é:: aliviar aquela dor, que a mulher  
58 chega fragilizada né:: e tanto a assistente social como psicóloga é pra isso né:: ela chega aqui  
59 que é o primeiro lugar que ela chega com muito- frágil né? Choran::do, é:: e ai quando ela aqui  
60 do setor ela sai bem mais leve né:: pra poder chegar na delegacia e fazer a denúncia então- e  
61 EM RELAÇÃO a nossa atuação e o que nos preocupa muito é o número de mulheres que vem  
62 (.) apesar das orientações de tudo que a gente orientou de tudo que, no caso eu como assistente  
63 social eu fiz na minha atuação aqui de:: de tentar fazer a mulher entender encaminhar pra

64 atendimento psicológico tudo garantir a medida protetiva, que é um número grande que  
65 acontece a gente atende aqui muito- todos os dias mulheres que chegam- vem numa semana e  
66 na outra já tirou medida protetiva, vem em 2019 tirou, voltou, aconteceu, então isso é o que::  
67 é::- nos deixa:: é:: tristes né? porque a nossa atuação aqui ela é muito assim, é:: é:: a gente se  
68 preocupa muito em relação a isso da mulher vim, FAZER e a hora que a dor passar ela vem e  
69 tira a medida protetiva e volta com o agressor, isso é o que deixa a gente assim bem::-

70 Gabriela: Volta pro ciclo de violência

71 Matilde: volta pro ciclo de violência:: é o que mais nos deixa assim:: mais preocupada né mas  
72 a nossa atuação aqui a gente faz o que a gente pode né de:: de:: aconse- de orientar a mulher  
73 de:: de acolher, orientar, mostrar pra ela os serviços da Casa, fora da Casa, do direito que ela  
74 tem, ela tá ali naquele ciclo de violência e que essa dependência financeira ela pode né- ela  
75 pode sair que é o principal a dependência financeira e depois a emocional que a gente  
76 encaminha pra CEAM e os filhos também e:: a nossa atuação é em cima de tudo isso porque às  
77 vezes nos deixa triste por passar TUDO isso, e nada, e por conta dessas mulhe- das mulheres  
78 que chegam na madrugada::da alcoolizadas que passam por isso e aquilo acho que depois elas  
79 esquecem

80 Gabriela: Passa né?

81 Matilde: Passa:: passa o álcool passa a dor né passa tu::do e elas vem tira, e aí volta tudo e aí o  
82 que a gente- o que que eu falo nos meus atendimentos? Que você fala “da sua atuação”, nos  
83 meus atendimentos eu falo “olha, você veio da outra vez você revogou né” “Você veio aqui  
84 porque você veio de livre e espontânea vontade e você voltou, você tá aqui de novo, você acha  
85 que vale a pena isso?” (.) TEM CASOS assim que eu já falei “você é uma forte candidata a  
86 feminicídio” pra ver se:: se elas acordam

87 Gabriela: É pra ver se acorda

88 Matilde: Porque tem umas que fala que medida protetiva não presta que a justiça não presta  
89 essa Casa da Mulher não presta é:: que:: é:: se elas fica com a medida que aí que elas vão morrer  
90 e a gente tem que sabe? Por mais que a gente- “por que que eu tô ouvindo isso?” você tem que  
91 voltar:: você tem que explicar:: tudo de novo “olha porque isso, porque aquilo” “você veio no  
92 passado, a gente orientou, você voltou, você viu que não adianta mais” “as crianças vendo, os  
93 filhos, você acha que vale a pena isso?”

94 Gabriela: Nossa

95 Matilde: É. ((inaudível))

96 Gabriela: E, Matilde, como que é o processo é:: da sua avaliação inicial de risco? Né? Então  
97 por exemplo assim qual é o risco que aquela mulher corre? É um risco baixo, é um risco maior?  
98 Como você faz o processo de avaliação do risco de violência doméstica?

99 Matilde: Depende de cada atendimento né? De cada caso tem mulheres que assim é:: foi  
100 ameaçada é:: não sei se o que eu vou responder é a pergunta, mas tem muito caso que a avaliação  
101 que a gente faz:: tem mulher é:: que ela realmente ela tem até que mudar de:: de casa, de local  
102 porque o risco é grande

103 Gabriela: Uhum. Mas pra que você consiga avaliar isso né? Como que você faz pra entender  
104 “olha realmente essa mulher o risco que ela corre é grande?” Como você faz essa avaliação?

105 Matilde: A partir do momento que ela tá relatando o que tá acontecendo, o que aconteceu no  
106 passado né? Que elas fazem assim:: é:: um:: desde o início né:: faz no nosso atendimento ali  
107 que dura uma hora, uma hora e meia é:: do que ela já vem relatando tudo o que aconteceu desde  
108 o início e a partir desse momento o que aconteceu de cada caso é um caso, se for um caso que  
109 foi ah:: só é:: violência verbal é:: um xingamento, é:: nunca houve violência física, ou se “houve  
110 violência física e xingamento, mas ele nunca me ameaçou de morte” né:: Por isso sempre que  
111 eu faço a entrevista com elas eu pergunto pra ela “você se sente risco do que? De morte? De  
112 espancamento? De violência?”

113 Gabriela: Ah, você faz essa pergunta?

114 Matilde: Sim, eu faço essa pergunta pra fazer a NOSSA parte, porque tem lá no final o  
115 questionário de risco que tem as perguntas pra gente- que a gente-

116 Gabriela: que é aberto?

117 Matilde: que a gente avalia, que é aberto, aí eu faço essa pergunta pra ela né:: em relação ao  
118 risco que ela tá sentindo diante de TODAS essas agressões que ela vem, que ela sofreu, que ela  
119 sofria, que ela sofreu recentemente e o que trouxe ela aqui, que risco ELA acha que ela corre,  
120 correu, não só assim a gente faz na visão do que ela falou, do que aconteceu com ela mas que  
121 ela fala, “há risco de morte?” e a maioria é risco de morte e espancamento.

122 Gabriela: Elas já colocam isso na entrevista e no questionário né

123 Matilde: É.

124 Gabriela: E sobre as ferramentas que vocês usam pra registrar as denúncias, quais são essas  
125 ferramentas no acolhimento?

126 Matilde: é:: no caso seria o questionário de risco né? Que são as perguntas e tem o nosso sistema  
127 Íris pra registrar tudo no sistema e são os encaminhamentos, que são vários encaminhamentos  
128 tanto externos quanto internos

129 Gabriela: Que vocês vão fazer dependendo do que- do caso né  
130 Matilde: Dependendo do caso, os encaminhamentos e tem também o encaminhamento quando  
131 a mulher não tem ninguém aqui, ela não tem rede de apoio na cidade, a gente não- a gente até  
132 pode encaminhar ela pra esperar a medida protetiva no nosso alojamento e se ela quiser a gente  
133 pode mandar ela pra Casa Abrigo, ou se ela tem família fora ela fica esperando no alojamento  
134 de passagem, mas é uma outra oportunidade que elas têm aqui caso elas não tenham parente  
135 aqui né, umas que ficam pernoitando aqui também.  
136 Gabriela: Então seria esse protocolo né? Do que acontece, dependendo do que acontece, vocês  
137 avaliam o risco né?  
138 Matilde: Isso, e à noite nós temos a pernoite pra mulher quando fica muito tarde e ela não tem  
139 como voltar, a gente pede pra ela aguardar, esperar, às vezes ele quebrou o celular, aí é a DEAM-  
140 a delegacia que encaminha né, tanto pra alojamento como pra passar a noite, mas dependendo  
141 se não tiver como, a gente aloja aqui mesmo. Geralmente isso acontece à noite. E o IMOL  
142 também né, o IMOL nós temos aqui e a gente sai e de repente o IMOL e depois ((transcrição  
143 duvidosa))  
144 Gabriela: Entendi. E você falou do questionário né? Do formulário:: e qual é a sua primeira  
145 impressão quando você foi apresentada a ele?  
146 Matilde: Do questionário?  
147 Gabriela: É, do questionário, porque tinham outros né? Tinha um que antes era só de vocês aí  
148 depois teve a resolução, ele começou em 2019 né?  
149 Matilde: Acredito que sim, acho que foi em 2019, no início teve perguntas assim que:: uma  
150 pergunta vai respondendo a outra, muita coisa né, no início a gente falava “mas pra que essas  
151 perguntas abertas, essas coisas?” tem pergunta que nem é necessária, mas aí agora eu fico muito  
152 no questionário né? Mas às vezes quando tem muita mulher, cada uma pega uma porque não  
153 tem como ficar uma assistente social e uma psicóloga, é:: atendendo assim  
154 Gabriela: Ah, geralmente vocês fazem em dupla esse atendimento?  
155 Matilde: é, em dupla, uma assistente social e uma psicóloga, o certo é esse, mas como a gente  
156 tá só em três e:: tem muita demanda, tem muita mulher aí cada uma pega uma, senão não dá,  
157 ainda mais quando é flagrante né, eles já pegam a mulher- porque quando é flagrante eles já  
158 atendem a mulher primeiro (.) por preferência atende primeiro porque é com o policial por causa  
159 que é espontâneo, aí passa na frente.  
160 Gabriela: Aí às vezes tá só uma ali, tem que atender né

161 Matilde: Mas assim, agora o questionário de risco tá assim de boa assim porque teve umas  
162 alterações e:: tão boas assim, o questionário de risco eu já sei de cor assim ((risos)) eu nem fico  
163 mais olhando as perguntas

164 Gabriela: E esse questionário ele é utilizado em algum momento no processo de registro de  
165 ocorrência lá na delegacia?

166 Matilde: Ele vai pra lá, a gente escaneia, fica no nosso sistema pra quando, caso vim e informar  
167 quebra de medida a gente tem aqui e aí ele vai pra DEAM

168 Gabriela: Então o fluxo é esse?

169 Matilde: O fluxo é esse, ele sai daqui o questionário de risco junto com a vítima e aí entrega na  
170 DEAM, tudo protocolado tudo bonitinho e aí eles mandam pro cartório e aí o juiz vai analisar  
171 através do questionário de risco

172 Gabriela: A delegacia usa o FNAR quando vai fazer o B.O?

173 Matilde: Eu acredito que sim, a gente nunca ficou, a gente entrega a vítima e já volta né pro  
174 atendimento, é aquela coisa:: aquela correria, a gente nunca fica- nunca percebeu assim- sabe?

175 Gabriela: Você consegue me descrever alguma situação em que o formulário foi relevante pra  
176 uma tomada de decisão sua?

177 Matilde: pra algumas mulheres o questionário de risco (.) não foi assim relevante, não foi  
178 importante, aquela coisa toda não, mas muitas- mas tem muitas mulheres que a gente faz o  
179 questionário de risco vai pedir medida protetiva, que a gente faz o questionário de risco na  
180 mulher- geralmente na NOSSA ESCALA a gente preenche de qualquer jeito, por que? Porque  
181 essa mulher ela diz “coitado dele, ele não quis fazer isso” e a gente vai ver que ela VAI voltar,  
182 então pra deixar um registro ali, antes ele valia pra gente 6 meses, agora ele vale só 3 meses. Aí  
183 tem que preencher outro, então de todo o jeito a gente preenche com ela, mas tem- mas ele é  
184 muito importante principalmente pro juiz, pra ele se basear no questionário de risco, mas pra  
185 nós tem- o questionário de risco, principalmente nas questões abertas que eu vou colocando  
186 tudo né, que o agressor não aceita o fim do relacionamento, que tem ameaça né que ele tem  
187 acesso fácil à residência dela

188 Gabriela: Também pergunta sobre arma de fogo, né?

189 Matilde: É, arma de fogo, fácil acesso tal e aquela coisa toda e:: em relação aos filhos, bastante  
190 coisa o questionário é bastante útil

191 Gabriela: Então ele te ajuda nesse encaminhamento?

192 Matilde: É, quando vai pro IMOL, por exemplo, a gente já sabe, porque se é flagrante já vai,  
193 mas quem vai decidir é a delegada que vai encaminhar

194 Gabriela: Entendi. Você acha então que o questionário tem contribuído pro seu trabalho aqui na  
195 Casa, especialmente na proteção à vítima?

196 Matilde: É, eles são informações bem- porque aqui a gente faz o que? A gente alimenta o sistema  
197 Íris, faz o nosso relatório que fica aqui né:: aí só quando o juiz ou a Defensoria pede o relatório  
198 nosso, senão ele fica aqui, teve uma época que a delegacia pedia o relatório, mas agora,  
199 atualmente, fica com a gente.

200 Gabriela: A delegacia não pede mais ou parou?

201 Matilde: Parou eles não pedem mais o relatório fica com a gente, somente sai daqui quando a  
202 Defensoria ou o Juiz pede através de ofício o relatório.

203 Gabriela: Vocês tiveram capacitação para preencher o formulário?

204 Matilde: Ah:: eu não me lembro  
205 ((entrou outra assistente social na sala nesse momento que respondeu que não havia nenhuma  
206 capacitação, mas sim uma conversa informal com a psicóloga que representa a SEMU sobre  
207 algumas particularidades))

208 Matilde: Pra nós não chegou ainda nem a recomendação que passou de 6 pra 3 meses o período  
209 pra preencher de novo o formulário, mas a gente sabe que foi decidido pelo colegiado, as coisas  
210 mudam bastante

211 Gabriela: Isso foi nacional ou foi só aqui mesmo? Porque da última vez que eu vim aqui eram  
212 6 meses o prazo.

213 ((a outra assistente social responde)): Não, foi só aqui, a gente ficou sabendo pelos policiais  
214 que era pra ser feito dessa forma, porque a violência pode não ser mais a mesma. Sabendo que  
215 agora a medida protetiva também não tem mais prazo, porque antes era só um ano.

216 Matilde: Ah é? Isso eu não sabia, tem muitas coisas que não passa pra gente.

217 Gabriela: Tem algum outro aspecto do FNAR que você gostaria de compartilhar, além da falta  
218 de informação que você acabou de relatar?

219 Matilde: Dessa última parte que a gente falou que antes dava pra gente tirar cópia quando era  
220 antes de 6 meses, 3 meses agora, no caso, ficou por isso mesmo, sabe-se que isso foi  
221 determinado, o que a gente tá fazendo é fazer outro né? Mas ainda dava, porque quebra de  
222 medida de 6 meses ainda dava pra::-

223 Gabriela: Você acha que essa nova regulamentação de 6 pra 3 meses é boa ou ruim na prática?

224 Matilde: (5) nem boa, nem ruim, você fala do questionário né? porque a gente tirava cópia e  
225 muitas vezes a mulher nunca mais tinha visto o agressor e aí aconteceu aquele fato isolado “ah,

226 ele voltou, ele entrou na casa e tal tal” a gente poderia escrever ali no questionário e enviar e  
227 pronto.

228 Gabriela: mas agora só vai o novo formulário? O antigo fica-

229 Matilde: Passou de três meses a gente tem que fazer outro. O outro fica pra trás, não vale mais,  
230 só vai ficar no nosso sistema. Eu acho assim, eu acho que 6 meses era um tempo bom, até teve  
231 delegada que falou em um outro encontro que a gente teve, que um ano era só a gente escrever  
232 e depois 6 meses e agora 3 meses, mas só que ninguém mandou nada pra gente aqui qual foi a  
233 determinação do colegiado então a gente ta fazendo em três meses mesmo.

## APÊNDICE F

### TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A DELEGADA REBECA

1 Gabriela: Tá, eu vou começar e fazer rapidinho a minha, como a senhora já respondeu umas  
2 coisas, na entrevista da:: da Wiviane. A minha pesquisa é sobre o Formulário Nacional de  
3 Avaliação de Risco, então eu queria primeiro entender doutora como é a avaliação inicial do  
4 risco, como que aqui na Delegacia é feita essa é:: compreensão de qual é o risco né? Se é baixo,  
5 se é o médio, se é alto que essa mulher ela tá correndo naquele momento.

6 Rebeca: é:: A lei fala que o Formulário de Risco °você deve ter levantado isso° é  
7 preferencialmente preenchido por policiais civis mais uma vez a demanda é tão grande que nós  
8 temos >ainda bem< esse auxílio do setor psicossocial que faz essa análise pra nós, também é::  
9 é:: são pessoas extremamente capacitadas pra isso, já então no setor psicossocial há um  
10 levantamento prévio (.) esse formulário de risco então é:: pelo CNJ seria de essencial  
11 importância para a concessão da medida protetiva e pra outras ações, prisão preventiva,  
12 tornozeleira, porque ali em tese nós vamos ter todo o histórico da violência, só que:: eu costumo  
13 dizer que:: o feminicídio é uma loteria (.) muitas vezes um formulário de risco que não diz nada,  
14 ela é uma futura a vítima de feminicídio (.) e um formulário de risco extremamente violento,  
15 questões de algum tempo se encerram nem outros b.os a gente tem, então não:: não há um  
16 padrão, por isso que:: se deve:: tratar todas as situações >e isso sou eu dizendo< da mesma  
17 forma, porque a gente nunca sabe o que pode evoluir pra algo muito grave, então a princípio o  
18 formulário de risco nos traz os indícios de que aquela situação é mais grave, mas como eu te  
19 falar objetivamente? Não tem, então passa por uma análise subjetiva de cada delegada  
20 plantonista, que vai verificar “bom, tem arma de fogo” como é que tá lá?

21 Gabriela: Fácil acesso a arma de fogo.

22 Rebeca: Fácil acesso, é uma dificuldade do Formulário, por que? Porque falta conhecimento  
23 das vítimas, >não sei se já devem ter te falado isso< todas falam fácil acesso (.) Por que que  
24 isso dificulta? Porque você- a partir do momento que ela põe fácil acesso, faz a delegada (.)  
25 representar por todas as- os formulários de risco que dizem fácil acesso, e muitas vezes dificulta  
26 a operacionalização disso porque às vezes fácil acesso >é um exemplo< do:: do:: sei lá, do pai  
27 de um amigo do agressor que tem uma ar- que ela ACHA que tem uma arma de fogo (.) mas às  
28 vezes nem tem, isso não é fácil acesso, é:: é:: fácil acesso é algo que se fala, é:: diretamente  
29 posse do agressor e se ela já viu e se ele já ameaçou com a arma ou se ele já mandou uma foto  
30 com a arma de fogo, seja dele ou de alguém, então é algo subjetivo.

31 Gabriela: Entendi, é:: ele foi:: Na verdade o Formulário se tornou lei né:: O uso do formulário  
32 em 2021 né? Quando a senhora viu esse formulário, quando começou realmente é:: porque aqui  
33 já faz tempo que é feito né, antes era um formulário que era daqui da Casa mesmo, e agora que  
34 tem o formulário que é do CNJ, é:: mas desse do CNJ o último, qual que foi a sua primeira  
35 impressão dele? Quando você pegou e começou a:: a trabalhar com ele efetivamente?

36 Rebeca: É:: o formulário de risco ele é algo que vai além da:: parte policial

37 Gabriela: Uhum

38 Rebeca: Então a:: os policiais possuem certa resistência (.) a essa documentação, tá aí a  
39 necessidade de:: de pessoas que tenham perfil pra trabalhar aqui e que saibam da importância  
40 dessa- desse trabalho conjugado com outros setores e da importância de documentos como o  
41 formulário de risco, porque em qualquer outra delegacia nós temos o B.O tão somente que o  
42 investigador é incitado a registrar, aqui não, aqui são vários documentos, se não for a Delegacia  
43 que mais atende, isso de certo, tem a maior demanda, mas que onde o investigador trabalha  
44 mais, por que que eu tô dizendo isso? Porque quando então vem um formulário de risco que ele  
45 precisa, não é nem ele que faz, que ele precisa é:: analisar, ler com cuidado e ao menos passar  
46 pra a delegada, a gente tem uma dificuldade porque acha mais uma função que tem que fazer,  
47 ele não consegue muitas vezes SABER a importância daquilo e às vezes não- desvaloriza  
48 prejudicando todo o trabalho, então, inicialmente foi o olhar (.) dos policiais, mas quanto a mim  
49 e depois a gente ter passado por capacitações, reuniões, percebemos- isso vai do  
50 amadurecimento do profissional né? A importância de um documento desse, porque muitas  
51 vezes é:: ela relata tão somente a situação pontual, isolada, de violência, mas é:: não fala de  
52 todo um histórico que é o que formulário ele proporciona né? Perguntas que tentam de alguma  
53 forma trazer um panorama geral da vida daquela mulher com aquele agressor ou com outros  
54 agressores, então eu vejo assim, que é um instrumento de extrema importância, que deve cada  
55 vez mais é:: ser é trabalhado junto, principalmente a- aos policiais pra demonstrar é::  
56 exatamente é:: a relevância dele na:: na solução de >problemas maiores< não tão- não tão  
57 somente do:: do crime em especial.

58 Gabriela: Entendi, e:: então a senhora falou que foi feita a capacitação já, então vocês tiveram,  
59 vocês passaram aqui na Delegacia por capacitação do formulário?

60 Rebeca: Nossa:: olha:: faz um tempo grande, não posso te afirmar que foi em toda a Delegacia,  
61 porque nós temos a dificuldade, nós temos mais de 55 policiais em regime de plantão, eu preciso  
62 trabalhar com eles aqui, fica difícil pra mim tá convocando o pessoal fora do- na folga né, (.)  
63 então é importante capacitação? É. Precisamos ter mais? Precisamos, porque muitas vezes é

64 algo que aparece porque surgiu pela CNJ, surgiu pela lei e apenas depositado ali como mais  
65 uma ferramenta pra ser preenchida, sem trazer um- raciocínio mais amplo a dar importância  
66 daquilo.

67 Gabriela: Talvez por isso a falta de valorização.

68 Rebeca: SIM, sim, com certeza.

69 Gabriela: Entendi. É:: e outra coisa, a senhora consegue lembrar de alguma situação, que o  
70 formulário foi relevante para tomar alguma decisão?

71 Rebeca: MUITOS, a maioria, é:: tinha uma juíza aqui, doutora ( ) que era muito adepta ao  
72 formulário e pegava no pé pra que ele fosse preenchido e preenchido sempre é:: porque as  
73 vítimas comparecem muitas vezes aqui, então às vezes coloca um tempo para preenchimento,  
74 isso não é o correto, toda vez que ela comparecer que deve ser feito um formulário diferente.

75 Gabriela: Elas me disseram lá no psicossocial que antes eram 6 meses né? Então e agora parece  
76 que diminuiu não foi?

77 Delegada: Então, um absurdo, por conta de uma reunião que nós tivemos aqui na:: na Casa que  
78 em 6 meses muita coisa acontece ((risos)) se bobear ela troca de parceiro umas 3, 4 vezes em 6  
79 meses.

80 Gabriela: Uhum.

81 Rebeca: Então isso tem que se diminuído, diminuiu pra 3 meses, então é:: de extrema  
82 importância ele porque ele traz- como eu falo é comum da vítima mudar o discurso dela, (.)  
83 então às vezes ela fica muito à vontade em falar no setor psicossocial e chega aqui, ela não diz  
84 (.) então o formulário sendo encaminhado, já dá para perceber “Olha, isso aqui que a senhora  
85 falou lá, não falou aqui”, isso:: dá uma maior proteção para ela, porque um dá um outro olhar,  
86 seja para o investigador ou pela delegada, que pode estar pedindo uma prisão e evitando uma  
87 morte, uma torçãozeira, é:: então o formulário é de extrema importância, tendo em vista esse  
88 perfil das vítimas, que constantemente >justamente por elas estarem dentro de um ciclo< elas  
89 alteram o contexto ou alteram a história ou FALA uma coisa em um lugar e não fala outra coisa  
90 em outro lugar, isso é MUITO comum na vítima de violência doméstica, e uma vez ela se  
91 sentindo à vontade (.) na verdade eu acho que deveria ser exatamente isso sabe? É:: é:: que a  
92 gente faz o inverso, não é nem que a gente faz o inverso, nós conseguimos o apoio psico pra  
93 preencher.

94 Gabriela: Uhum

95 Rebeca: Eu acho que a lei deveria PREVER que fosse preenchida justamente pelo-  
96 preferencialmente pelo psico, porque é quem mais tem tato para isso e elas se sentem mais à  
97 vontade pra falar

98 Gabriela: E é o acolhimento né?

99 Rebeca: Exato, até nós não termos policiais <capacitados>, acolhedores de fato é:: a gente vai  
100 sofrer, a gente sofreria se fossem eles tão somente que fizessem o formulário né? (.) Porque nós  
101 temos a dificuldade cultural de treinamen::to dentro da polícia, isso não é um ((faz sinal de  
102 aspas com a mão)) privilégio >que não é privilégio nenhum< nosso, é de toda a polícia do  
103 Brasil.

104 Gabriela: É a esfera né? Que a gente fala, a esfera profissional ela tem esse discurso

105 Rebeca: Exato, é, ela não trabalha ela não é formada pra acolher, °infelizmente°, ela é formada  
106 pra rapápá e pé na porta e prender e ser austero, mas aqui tem que ser diferen::te, e a gente  
107 acaba-

108 Gabriela: É outro tipo de crime aqui.

109 Rebeca: Com certeza. E:: e:: temos essa dificuldade, então que bom ((risos)) que o formulário  
110 é preenchido pelo psico.

111 Gabriela: E:: a senhora acha que essa integração então, é:: entre os procedimentos e os sistemas,  
112 como que a senhora avalia essa integração?

113 Rebeca: Tem que MELHORAR, porque tem um sistema interno que muitos não fazem uso  
114 dificultando-

115 Gabriela: É o Íris?

116 Rebeca: Isso, mas agora vai mudar, é agora é pra um sistema maior, é:: um siste::ma do  
117 Ministério das Mulheres.

118 Gabriela: E o formulário vai estar dentro desse sistema?

119 Rebeca: Exato.

120 Gabriela: Por que antes o formulário era papel né?

121 Rebeca: É, ainda é né.

122 Gabriela: Ainda é? Ainda tá com o papel?

123 Rebeca: É, mas a ideia é ser todo informatizado (.) e todos com acesso todos, é:: então é:: é  
124 necessário, imprescindível essa integração, comunhão das informações desde quando a mulher  
125 pisa aqui na frente.

126 Gabriela: Entendi, e:: a senhora acha que essa integração também, ela deveria ser melhor pela  
127 sua avaliação em relação a esse processo de encaminhamento até para as medidas protetivas?

128 Delegada: (.) Aí eu acho que o encaminhamento por parte de delegacia é feito sempre, sempre.  
129 Gabriela: Uhum.  
130 Rebeca: E quando já está na Posse do judiciário, ele já tem:: acesso a tudo, tem mais acesso  
131 inclusive atualmente do que a delegada tem por exemplo (.) por exemplo tem um relatório  
132 psicossocial que foi discutido na Reunião a importância de ser tramitado  
133 Gabriela: É na verdade ele só é repassado, as meninas do psicossocial disseram, só quando o  
134 juiz faz é o pedido né?  
135 Rebeca: Então é isso que eu te falo, o juiz tem muito mais informações que nós não temos (.)  
136 nesse caso o último caso aí, tinha situações no relatório, mas não tinha no B.O, no formulário,  
137 então a importância, mesmo histórico contado em um setor ser transmitido para os demais, pra  
138 evitar essa divergência de informação da própria vítima.  
139 Gabriela: É:: a senhora já me falou que um dos desafios é essa- é:: talvez essa falta de  
140 conhecimento da valorização dos policiais aqui em relação à implementação do formulário. A  
141 senhora acha que tem um outro desafio além desse?  
142 Rebeca: Essa:: melhoria realmente da parte tecnológica né? Interna, informatização é  
143 exatamente disso, de todos terem acesso às informações e de qualidade de todas as informações  
144 pra melhor decisão.  
145 Gabriela: É isso. Tem alguma coisa que a senhora queira compartilhar?  
146 Rebeca: é, quando eu conversei com a orientadora de vocês eu até me esqueci, eu até coloquei  
147 alguns entraves, não sei se ela passou pra vocês, porque minha memória é muito ruim ((risos)),  
148 mas depois eu falei bora, e fomos alinhando pra dar certo essas informações, e o tempo foi  
149 passando e eu acho que de fato é importante e que a parte acadêmica sempre pode contribuir  
150 até pra difundir o trabalho real que acontece, porque a gente vê depois que acontece uma crise,  
151 a ignorância é:: da população em relação à rede, então vem cobrança e apontamento de dedo  
152 em situação que ou são IRREAIS ou são é:: impossíveis de ser implementadas ou às vezes pela  
153 própria ignorância né? Então saber o fluxo, qual é o fluxo? saber até onde o judiciário age, até  
154 onde a delegacia age, porque nós estamos passando atualmente por uma dificuldade em razão  
155 desse último caso de nós sermos uma super potência de instituição que faz tudo, pra eles então  
156 a gente pede medida, ok, a gente pede medida, conce::de, quem concede é o judiciário não  
157 somos nós, quem intima, “ah porque não intimou, a culpa é da po-” não, não somos nós que  
158 intimamos, é uma rede, é o judiciário, “ah o IMOL falhou, é a po-” NÃO, não somos o IMOL,  
159 IMOL é a polícia científica, fica ali no fundo não tem nada haver com a Delegacia, então é  
160 IMPRESSIONANTE que por mais que seja um tema tão falado, tão batido, as pessoas ainda se

161 julgam no direito de falar absurdos sem ter conhecimento (.) de como a rede funciona e  
162 DEVERIA ter conhecimento de como a rede funciona, então às vezes a gente fica divulgando  
163 por aí 8 mil B.Os por ano, parece muito mas não é nada, isso é muito pouco, porque a gente  
164 percebe ainda a ignorância não só pela maior parte da população, mas por conta das próprias  
165 vítimas, que não sabe que tem um setor psicossocial, que esse setor vai demorar, o setor vai  
166 demorar.

167 Wiviane: E tem o papel da própria Casa né? Em agregar [todas  
168 Rebeca: [Exato.]  
169 Wiviane: essas esferas né?]

170 Rebeca: “EU QUERO um atendimento integral, especializado (.) mas eu quero ((estala os  
171 dedos)) drive thru aqui, quero passar, pegar, sair” não:: quando a gente paga um médico  
172 particular a gente quer no mínimo tempo gasto né-

173 Gabriela: Qualidade né

174 Rebeca: É, aí ele ficou meia hora comigo, aí você dá valor ao dinheiro que você gastou, aqui  
175 não, quer tudo muito rápido e se não for rápido já é uma crítica contra tempo, no setor  
176 psicossocial precisa de calma, precisa entender a sua situação e vai uma hora pra mais, e aí ela  
177 pode ir pra Defensoria, ela pode ir pra FUNSAT, procurar emprego, pedir alguma informação  
178 no Ministério Público. Então tem desconhecimento do que é a Delegacia, a Delegacia em si ela-  
179 ((A Delegada teve que atender uma ligação e a gravação teve que ser encerrada))



## ANEXO I

Quadro de perguntas do documento “Enfrentando a violência contra a mulher: orientações e práticas para profissionais e voluntários(as)”

PERGUNTA	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO	RISCO EXTREMO
1. O agressor tem faca ou arma? Ele já usou contra você ou contra outros?	- Não	- Ele tem uma velha arma, mas nunca me ameaçou com ela.	- Ele me ameaçou com uma arma. - Ele foi preso, uma vez, por atacar alguém.
2. O agressor já foi preso? Ele tem medo da polícia ou da justiça?	- Nunca foi preso. Tem medo de ser preso.	- A polícia já veio aqui uma vez, mas não fez nada.	- Ele já foi preso outras vezes por agressão. A polícia o deixa mais agressivo. - Uma vez ele me atacou na frente do juiz.
3. O agressor tentou controlar sua vida de outras formas como, por exemplo, isolando você de sua família ou de seus amigos?	- Não. Nós temos, cada um, nossa própria vida	- Ele sempre nota se eu chego mais tarde e é muito ciumento. - Ele não gosta que meus amigos venham aqui.	- Desde que nos mudamos para longe da minha família ele se tornou meu “carcereiro”. - Ele fica doente de ciúme e imagina coisas absurdas. - Ele fica anotando a quilometragem do meu carro.

PERGUNTA	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO	RISCO EXTREMO
4. O agressor machucou seus filhos? (isso só indica risco para as crianças, não para as mulheres. Alguns agressores são violentos com a mulher, sem jamais tocar nas crianças)	- Ele nunca levantou a mão para as crianças.	- Ele nunca chegou até esse ponto, mas eu percebo que está chegando lá.- Ele começou a ameaçar e machucou seriamente o cachorro, uma vez. - Estou começando a ficar preocupada pelas crianças.	- Ele força minha filha a deixar que ele toque nela. - Ele ameaça machucar as crianças se eu tentar abandoná-lo. - Ele bate em todos nós.
5. Ele ameaçou você, caso tentasse deixá-lo?	- Ele nunca fez ameaças. Na verdade, ele uma vez me trancou do lado de fora e me disse para deixá-lo.	- Ele disse que ficaria transtornado se eu algum dia o deixasse. Eu não entendi bem o que ele quis dizer.	- Ele disse que eu nunca conseguiria me esconder dele, porque ele me rastreadaria onde eu fosse. Eu realmente acredito que ele faça isso.
6. Você já tentou deixá-lo? O que aconteceu?	- Ele parece não ligar. Acho que, na verdade, ele ficaria contente.	- Eu fui para a casa da minha mãe. Ele ficou ligando e implorando por mais uma chance. - Ele veio ao meu apartamento e rasgou algumas das minhas roupas	- Ele veio atrás de mim e me bateu como nunca. - Ele agrediu a pessoa na casa de quem eu estava. Não sei como ele me achou.
7. O agressor tem algum recurso especial que o ajude a encontrar você, se o abandonar?	- Não que eu saiba. Eu não acho que ele iria me importunar	- Ele tem um amigo que é policial. Eu não sei se ele já falou sobre mim. - Nossa cidade é pequena. Todo mundo sabe da nossa vida.	- Ele é policial, ocupa altas funções e tem ligações no governo. - Ele é meu cafetão e ligado ao crime organizado.

PERGUNTA	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO	RISCO EXTREMO
8. O agressor conhece sua rotina?	- Eu só tive um encontro com ele. Ele não sabe onde trabalho nem onde fica a escola dos meus filhos.	- Ele sabe onde trabalho, mas eu pedi uma transferência.	- Nós vivemos juntos por 15 anos. Ele sabe tudo que precisa saber sobre mim. Eu sou cega e ele conhece todos os locais que os cegos freqüentam.
9. O agressor pediu para praticar atos sexuais de que você não gosta?	- Ele insiste para transar e pode ter um "piti" se eu digo não, mas nunca me forçou.	- Ele se transforma quando está transando. Ele se torna super agressivo e violento.	- Ele está sempre procurando filmes e revistas pornográficas. - Ele fica muito violento quando transa. Quase me estupra. Ele me faz transar em frente de outras pessoas.
10. O agressor bebe ou usa drogas?	- Ele não bebe muito.	- Ele costuma beber, como uma desculpa para me bater. Ele diz que não sabia o que estava fazendo.	- Ele é viciado em cocaína e está ficando paranóico com isso. Ele faz qualquer coisa para ficar "legal". Ele vende tudo o que tiver.
11. O agressor parece suicida? (muitos suicidas não são violentos, mas agressores suicidas algumas vezes matam outros membros da família antes de se matarem).	- Ele nunca mencionou isso.	- Ele disse que não pode viver sem mim e que ele se mata, se eu for embora.	- Ele fala sobre suicidar-se com todos os detalhes, mas diz que não vai sozinho. Uma vez ele fez roleta russa e me forçou a fazer também.
12. O agressor parece maluco, algumas vezes? (pessoas doentes não têm mais probabilidade do que as ditas normais de serem violentas. Entretanto, pessoas violentas que perdem seu senso de consequência podem se tornar muito perigosas)	- Ele é normal, se é que se pode chamar alguém que bate na família de normal.	- Ele realmente está mudando. Está ficando mais calado, faltando ao trabalho e ficando obcecado em me controlar.	- Ele está completamente pirado. Ele mesmo diz que precisa ser contido.

**Fonte: Brasília, 2019**

## ANEXO II

Nome da usuária: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Perguntas	Sim	Não	Não sabe	Não se aplica
A violência vem aumentando de gravidade e/ou de frequência no último mês?				
A senhora/você está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses?				
A senhora/você tem filhos(as) com o(a) agressor(a)? (Caso não tenham filhos em comum, o registro não se aplica) Em caso afirmativo, estão vivendo algum conflito com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão pelo agressor?				
O(A) agressor(a) persegue a senhora/você, demonstra ciúme excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz (aonde você vai, com quem conversa, o tipo de roupa que usa, etc.)?				
A senhora/você se separou recentemente do(a) agressor(a), tentou ou tem intenção de se separar? Especifique: Separou <input type="checkbox"/> Tentou <input type="checkbox"/> Manifestou intenção <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) também é violento com outras pessoas (familiares, amigos, colegas etc.)? Especifique: Crianças <input type="checkbox"/> Outros familiares <input type="checkbox"/> Outras pessoas <input type="checkbox"/>				
A senhora/você possui algum animal doméstico? (Caso não tenha animal doméstico, o registro não se aplica.) Em caso afirmativo, o(a) agressor(a) maltrata ou agride o animal?				
O(A) agressor(a) já a agrediu fisicamente outras vezes?				
Alguma vez o(a) agressor(a) tentou estrangular, sufocar ou afogar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já fez ameaças de morte ou tentou matar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra a senhora/você ou tem fácil acesso a uma arma? Especifique: Usou <input type="checkbox"/> Ameaçou usar <input type="checkbox"/> Tem fácil acesso <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) já a ameaçou ou feriu com outro tipo de arma ou instrumento?				
A senhora/você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas agressões? Especifique: Atendimento médico <input type="checkbox"/> Internação <input type="checkbox"/>				

O(A) agressor(a) é usuário de drogas e/ou bebidas alcoólicas?				
O(A) agressor(a) faz uso de medicação controlada para alguma doença mental/psiquiátrica?				
A senhora/você já teve ou tem medida protetiva de urgência? (Caso não tenha tido medidas protetivas de urgência antes, o registro não se aplica.) O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva de afastamento ou proibição de contato?				
O(A) agressor(a) já ameaçou ou tentou se matar alguma vez?				
O(A) agressor(a) já obrigou a senhora/você a ter relações sexuais contra a sua vontade?				
O(A) agressor(a) está com dificuldades financeiras, está desempregado ou tem dificuldade de se manter no emprego?				
Total				

		Nº de itens assinalados com "não sabe" ou "não se aplica"											
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11-19
Nº de itens assinalados com "sim"	0-2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	M
	3	B	B	B	B	B	B	B	B	M	M	M	M
	4	B	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	M
	5	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	E	M
	6	M	M	M	M	M	M	M	M	E	E	E	M
	7	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	E	M
	8	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	E	M
	9	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	E	M
	10-19	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

Legenda: B = Risco baixo; M = Risco médio; E = Risco elevado.

Escala de gravidade de risco Baixo ( ) Médio ( ) Elevado ( )

Formulário de Avaliação de risco FRIDA – CNMP (2019)

## **Avaliação estruturada realizada pela(o) profissional**

Nesta parte do formulário a profissional responsável pelo atendimento deverá registrar informações consideradas relevantes para a compreensão global da situação. O documento de avaliação estruturada consiste em um conjunto de perguntas que serão respondidas de forma descritiva e sucinta pelo(a) profissional. O registro se fará com base em informações que já foram prestadas pela vítima acrescentadas aquelas sobre suas condições físicas, emocionais e psicológicas. Ao fim, um campo aberto permite o registro de informações adicionais e que sejam consideradas relevantes para entendimento da gravidade da situação e medidas que adicionalmente deverão ser consideradas para a proteção da mulher.

Durante o atendimento, a mulher demonstra percepção de risco sobre sua situação? A percepção é de existência ou inexistência do risco? (Por exemplo, ela diz que o agressor pode matá-la, ou ela justifica o comportamento do agressor ou naturaliza o comportamento violento?) Anote a percepção e explique.

---

---

---

Existem outras informações relevantes com relação ao contexto ou situação da vítima e que possam indicar risco de novas agressões? (Por exemplo, a mulher tem novo(a) companheiro(a) ou tomou decisões que anunciam um rompimento definitivo com o agressor – ou pretende mudar de casa, bairro, cidade.) Anote e explique.

---

---

---

Como a mulher se apresenta física e emocionalmente? (Tem sinais de esgotamento emocional, está tomando medicação controlada, necessita de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?) Descreva.

---

---

---

Existe o risco de a mulher tentar suicídio ou há informações de que tenha tentado se matar?

---

---

---

A mulher ainda reside com o(a) agressor(a) ou ele(a) tem acesso fácil à sua residência? Explique a situação.

---

---

---

Descreva outras circunstâncias que, na sua opinião, poderão representar risco de novas agressões e deverão ser observadas no fluxo de atendimento e ensejar a reavaliação de risco por outros profissionais. Descreva de forma sucinta a situação ou aspecto que chamou sua atenção.

---

---

---

---

Tendo em conta a informação recolhida e a sua experiência profissional, que nível de risco atribui a este caso? (Baixo; Médio; Elevado). Justifique.

---

---

---

Quais os encaminhamentos sugeridos para a mulher?

---

---

---

---

A usuária concordou com os encaminhamentos? Sim ( ) Não ( ) Por quê?

---

---

---

A usuária demonstra interesse em aderir aos encaminhamentos? Sim ( ) Não ( ) Por quê?

---

---

---

### ANEXO III

Resolução nº 284, de 05 de junho de 2019

#### FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Identificação das Partes Delegacia de  
Polícia: \_\_\_\_\_  
Nome da vítima: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Nome do(a) agressor(a): \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Vínculo entre a vítima e o(a) agressor(a): \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Bloco I - Sobre o histórico de violência**

1. O(A) agressor(a) já ameaçou você ou algum familiar com a finalidade de atingi-la?  
 Sim, utilizando arma de fogo  
 Sim, utilizando faca  
 Sim, de outra forma  
 Não
2. O(A) agressor(a) já praticou alguma(s) destas agressões físicas contra você?  
 Queimadura  
 Enforcamento  
 Sufocamento  
 Tiro  
 Afogamento  
 Facada  
 Paulada  
 Nenhuma das agressões acima
3. O(A) agressor(a) já praticou alguma(s) destas outras agressões físicas contra você?  
 Socos

- Chutes
  - Tapas
  - Empurrões
  - Puxões de Cabelo
  - Nenhuma das agressões acima
4. O(A) agressor(a) já obrigou você a fazer sexo ou a praticar atos sexuais contra sua vontade?
- Sim
  - Não
5. O(A) agressor(a) já teve algum destes comportamentos?
- disse algo parecido com a frase: “se não for minha, não será de mais ninguém”
  - perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais em que frequenta
  - proibiu você de visitar familiares ou amigos
  - proibiu você de trabalhar ou estudar
  - fez telefonemas, enviou mensagens pelo celular ou e-mails de forma insistente
  - impediu você de ter acesso a dinheiro, conta bancária ou outros bens (como documentos pessoais, carro)
  - teve outros comportamentos de ciúme excessivo e de controle sobre você
  - nenhum dos comportamentos acima listados
6. Você já registrou ocorrência policial ou formulou pedido de medida protetiva de urgência envolvendo essa mesma pessoa?
- Sim
  - Não
7. As ameaças ou agressões físicas do(a) agressor(a) contra você se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses?
- Sim
  - Não

#### **Bloco II - Sobre o(a) agressor(a)**

8. O(A) agressor(a) faz uso abusivo de álcool ou de drogas?
- Sim, de álcool
  - Sim, de drogas
  - Não
  - Não sei
9. O(A) agressor(a) tem alguma doença mental comprovada por avaliação médica?

Sim e faz uso de medicação

Sim e não faz uso de medicação

Não

Não sei

10. O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva anteriormente?

Sim

Não

11. O(A) agressor(a) já tentou suicídio ou falou em suicidar-se?

Sim

Não

12. O(A) agressor(a) está desempregado ou tem dificuldades financeiras?

Sim

Não

Não sei

13. O(A) agressor(a) tem acesso a armas de fogo?

Sim

Não

Não sei

14. O(A) agressor(a) já ameaçou ou agrediu seus filhos, outros familiares, amigos, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais de estimação?

Sim.

Especifique:  filhos  outros familiares  outras pessoas  animais

Não

Não sei

Bloco III - Sobre você

15. Você se separou recentemente do(a) agressor(a) ou tentou se separar?

Sim

Não

16. Você tem filhos?

Sim, com o agressor. Quantos? \_\_\_\_\_

Sim, de outro relacionamento. Quantos? \_\_\_\_\_

Não

16.1. Se sim, assinale a faixa etária de seus filhos. Se tiver mais de um filho, pode assinalar mais de uma opção:

0 a 11 anos

12 a 17 anos

A partir de 18 anos

16.2. Algum de seus filhos é pessoa portadora de deficiência?

Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

Não

17. Você está vivendo algum conflito com o(a) agressor(a) em relação à guarda do(s) filho(s), visitas ou pagamento de pensão?

Sim

Não

Não tenho filhos com o(a) agressor(a)

18. Seu(s) filho(s) já presenciaram ato(s) de violência do(a) agressor(a) contra você?

Sim

Não

19. Você sofreu algum tipo de violência durante a gravidez ou nos três meses posteriores ao parto?

Sim

Não

20. Se você está em um novo relacionamento, percebeu que as ameaças ou as agressões físicas aumentaram em razão disso?

Sim

Não

21. Você possui alguma deficiência ou é portadora de doenças degenerativas que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental?

Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_

Não

22. Com qual cor/raça você se identifica:

branca  preta  parda  amarela/oriental  indígena

#### **Bloco IV - Outras Informações Importantes**

23. Você considera que mora em bairro, comunidade, área rural ou local de risco de violência?

Sim

Não

Não sei

24. Você se considera dependente financeiramente do(a) agressor(a)?

Sim

Não

25. Você quer e aceita abrigo temporário?

Sim

Não

Declaro, para os fins de direito, que as informações supra são verídicas e foram prestadas por mim, \_\_\_\_\_ Assinatura da Vítima/terceiro comunicante: \_\_\_\_\_

**PARA PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL:**

Vítima respondeu a este formulário sem ajuda profissional

Vítima respondeu a este formulário com auxílio profissional

Vítima não teve condições de responder a este formulário

Vítima recusou-se a preencher o formulário

Terceiro comunicante respondeu a este formulário

## ANEXO IV

Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020

### PARTE I

#### ➤ BLOCO I - SOBRE O HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA

Questões	Comentário
<p><b>1. O(A) agressor(a) já ameaçou você ou algum familiar com a finalidade de atingi-la?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Sim, utilizando arma de fogo</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, utilizando faca</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, de outra forma</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O uso de armas nos episódios de violência é apontado pela literatura como um fator de risco importante. (Medeiros, 2015)</li> <li>• Estudos indicam que mulheres ameaçadas ou agredidas com arma têm 20 vezes mais probabilidades de serem vítimas de feminicídio. (AMCV et al., 2013)</li> </ul>
<p><b>2 . O(A) agressor(a) já praticou alguma(s) dessas agressões físicas contra você?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Queimadura</p> <p><input type="checkbox"/> Enforcamento</p> <p><input type="checkbox"/> Sufocamento</p> <p><input type="checkbox"/> Estrangulamento</p> <p><input type="checkbox"/> Tiro</p> <p><input type="checkbox"/> Afogamento</p> <p><input type="checkbox"/> Facada</p> <p><input type="checkbox"/> Paulada</p> <p><input type="checkbox"/> Soco</p> <p><input type="checkbox"/> Chute</p> <p><input type="checkbox"/> Tapa</p> <p><input type="checkbox"/> Empurrão</p> <p><input type="checkbox"/> Puxão de Cabelo</p> <p>( ) <b>Outra.</b></p> <p>Especificar _____</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma agressão física</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A literatura destaca a natureza e a severidade da agressão como fatores importantes na avaliação da probabilidade de reincidência da violência (Ávila &amp; Pessoa, 2018)</li> <li>• Agressões físicas graves constituem um dos principais fatores de risco associados ao feminicídio (Campbell et al., 2003)</li> <li>• A literatura ressalta que o padrão de comportamento violento para resolver conflitos interpessoais é um indicador de risco de feminicídio. (Walker, 1999 in Medeiros, 2015; Campbell, 2005 in Ávila e Pessoa, 2018)</li> <li>• Pesquisa realizada por Campbell et al.(2003) revelou que em 70 % dos casos de feminicídios analisados as vítimas haviam sofrido violências físicas anteriores.</li> </ul>
<p><b>3. Você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas agressões?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Sim, atendimento médico</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, internação</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situações em que as mulheres e crianças estão em risco de sofrerem formas severas de violência, tais como femicídio ou tentativa de femicídio...ou objetos perigosos, com a necessidade de tratamento médico representam risco severo (AMCV, 2013).</li> </ul>

<p>4. O(A) agressor(a) já obrigou você a ter relações sexuais ou praticar atos sexuais contra a sua vontade?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A literatura considera a violência sexual um fator de risco tanto de reincidência, quanto de feminicídio. (Medeiros, 2015)</li> <li>• Estudos apontam que a probabilidade de ocorrência de feminicídio é 7,5 maior quando existe histórico de violência sexual (Campbell et al. 2003 e Koziol-McLain et al., 2006 in AMCV, 2013)</li> </ul>
<p>5 O(A) agressor(a) persegue você, demonstra ciúme excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz? (aonde você vai, com quem conversa, o tipo de roupa que usa etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A possessividade, o comportamento obsessivo ou o ciúme por parte do agressor são fatores que surgem associados ao casos de violência doméstica nas relações de intimidade que culminaram em homicídio (AMCV, 2013).</li> </ul>
<p>6. O(A) agressor(a) já teve algum destes comportamentos?</p> <p><input type="checkbox"/> Disse algo parecido com a frase: "se não for minha, não será de mais ninguém"</p> <p><input type="checkbox"/> Perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta</p> <p><input type="checkbox"/> Proibiu você de visitar familiares ou amigos</p> <p><input type="checkbox"/> Proibiu você de trabalhar ou estudar</p> <p><input type="checkbox"/> Fez telefonemas, enviou mensagens pelo celular ou e-mails de forma insistente</p> <p><input type="checkbox"/> Impediu você de ter acesso a dinheiro, conta bancária ou outros bens (como documentos pessoais, carro)</p> <p><input type="checkbox"/> Teve outros comportamentos de ciúme excessivo e de controle sobre você</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum dos comportamentos acima listados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para grande parte dos autores que estudam essa temática, a perseguição persistente, o stalking à vítima e a possessividade aparecem como fatores de risco que antecedem situações de risco elevado (eventual letalidade) (AMCV, 2013).</li> <li>• Na pesquisa de Fernandes (2018) 30% dos casos de feminicídio analisados tiveram, como motivador o ciúmes, o sentimento de posse e o machismo.</li> </ul>
<p>7a. Você já registrou ocorrência policial ou formulou pedido de medida protetiva de urgência envolvendo esse(a) mesmo(a) agressor(a)?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segundo pesquisa coordenada por Machado (2015), é bastante presente, na análise dos casos de feminicídios, o histórico de violência doméstica na dinâmica relacional. Ocorrências policiais anteriores podem revelar padrões de agressões e contribuir para a análise da probabilidade de ocorrência de violências futuras.</li> </ul>
<p>7.b O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva anteriormente?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O descumprimento de medidas protetivas destinadas a proteger a vítima evidenciam que o autor não está disposto a respeitar ordens judiciais, o que indica a possibilidade de ocorrência de violência grave ou letal (AMCV, 2013)</li> </ul>

<p>8. As agressões ou ameaças do(a) agressor(a) contra você se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A escalada da violência é uma dimensão fundamental. O escalonamento da violência é um antecedente comum à ocorrência de feminicídio (AMCV, 2013).</li> <li>• O escalonamento da violência, independente do tipo, é fator de risco para o feminicídio (Walker, 1999)</li> </ul>
---	---

➤ BLOCO II - SOBRE O(A) AGRESSOR(A)

Questões	Comentário
<p>9. O(A) agressor(a) faz uso abusivo de álcool ou de drogas ou medicamentos?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, de álcool</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, de drogas</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, de medicamentos</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O uso de álcool, abusivo ou não, pode aumentar a possibilidade de ocorrência de violência, pois diminui as inibições e a capacidade de julgamento, bem como altera a habilidade de interpretar os sinais (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi &amp; Lozano, 2002).</li> <li>• O uso de drogas é um fator de risco de reincidência, enquanto o uso abusivo é sinalizado como fator indicativo de risco extremo de violência (Bograd &amp; Medeiros, 1999; Santos, 2010; Soares, 2005).</li> <li>• O abuso de drogas parece relacionado ao feminicídio como indicador indireto, à medida que é fator de risco para violências físicas, por sua vez, são fatores de risco diretos para femicídio (Campbell et al., 2003)</li> </ul>
<p>10. O(A) agressor(a) tem alguma doença mental comprovada por avaliação médica?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim e faz uso de medicação</p> <p><input type="checkbox"/> Sim e não faz uso de medicação</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem comete violência contra sua parceira, legitimado pela desigualdade de gênero e pela naturalização da violência contra a mulher, pode tornar-se mais violento caso passe a apresentar sintomas psicóticos, com ou sem mania (Medeiros, 2015).</li> <li>• Problemas de saúde mental tornam-se um fator de risco preocupante principalmente nos casos em que há uma descompensação clínica: falta ou alteração da medicação prescrita (Ávila &amp; Pessoa, 2018)</li> </ul>
<p>11. O(A) agressor(a) já tentou suicídio ou falou em suicidar-se?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A literatura destaca como fatores de risco de feminicídio tanto a ideação suicida (Campbell et al, 2003), quanto o desejo de morte seguido de envolvimento da mulher</li> </ul>

<input type="radio"/> Não sei	nesse processo como "ele fez roleta russa e me forçou a fazer também". (Soares, 2005, p. 61)
<b>12. O(A) agressor(a) está com dificuldades financeiras, está desempregado ou tem dificuldade de se manter no emprego?</b> <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não sei	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A literatura mostra que o desemprego pode ser tanto fator de risco de reincidência quanto de feminicídio (Medeiros, 2015).</li> <li>• O não cumprimento do papel de provedor, tido como tipicamente masculino, pode ensejar conflitos na dinâmica relacional. (Ávila &amp; Pessoa, 2018)</li> </ul>
<b>13. O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra você ou tem fácil acesso a uma arma?</b> <input type="radio"/> Sim, usou <input type="radio"/> Sim, ameaçou usar <input type="radio"/> Tem fácil acesso <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não sei	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O acesso a arma de fogo é apontado pela literatura como fator de risco de violências (Medeiros, 2015).</li> <li>• No Brasil quase a metade dos feminicídios ocorridos entre os anos de 2011 e 2013 envolveram o uso de armas de fogo (49%) (Garcia &amp; Silva, 2016).</li> <li>• "Na perspectiva dos profissionais participantes da pesquisa, identificar se houve o uso de arma é extremamente relevante para entender o risco de feminicídio. Tanto o uso de armas durante as agressões, quanto o acesso a elas são apontadas como fatores de risco" (Medeiros, 2015, p. 93)</li> </ul>
<b>14. O(A) agressor(a) já ameaçou ou agrediu seus filhos, outros familiares, amigos, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais?</b> <input type="radio"/> Sim, filhos <input type="radio"/> Sim, outros familiares <input type="radio"/> Sim, amigos <input type="radio"/> Sim, colegas de trabalho <input type="radio"/> Sim, outras pessoas <input type="radio"/> Sim, animais <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não sei	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas com histórico de violências em outros tipos de relações interpessoais têm maior probabilidade de se envolverem em episódios de violência familiar (AMCV, 2013).</li> <li>• Tal fator de risco permite também avaliar se o comportamento violento está associado à naturalização da violência no ambiente doméstico e/ou tentativa de exercer controle sobre a vítima (Gonçalves, 2014 in Ávila &amp; Pessoa, 2018)</li> <li>• Soares (2005) e Walker (2009) alertam que a crueldade com animais e outros abusos intra ou extrafamiliares também são fatores de risco para violências. Nessa perspectiva, além da violência com desconhecidos; crianças e outros familiares, é importante avaliar também a violência contra animais domésticos e a violência contra outras parceiras para que se compreenda se o comportamento violento está associado à naturalização da violência no ambiente doméstico (Medeiros, 2015, p. 98-99).</li> </ul>

➤ BLOCO III - SOBRE VOCÊ

Questões	Comentário
----------	------------

<p><b>15. Você se separou recentemente do(a) agressor(a), tentou ou manifestou intenção de se separar?</b>  <input type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos realizados (Campbell, 2003; Fernandes, 2018) demonstram que o inconformismo com o término do relacionamento aparece como um dos motivos principais dos casos de feminicídio.</li> <li>• Pesquisa realizada pelo Núcleo de Gênero do MP/SP (2017) apurou-se que os principais motivos para a morte de mulheres são a separação/ rompimento, atos de ciúmes/ machismo e discussões banais (Fernandes, 2018).</li> <li>• Outra pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça demonstraram que o inconformismo com o término do relacionamento apareceram em vários processos de feminicídio. (Machado, 2015)</li> </ul>
<p><b>16.a. Você tem filhos?</b>  <input type="checkbox"/> Sim, com o(a) agressor(a). Quantos?  <input type="checkbox"/> Sim, de outro relacionamento. Quantos?  <input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na literatura, famílias com muitos filhos e famílias recasadas, assim como gravidez indesejada é considerado fator de risco de reincidência (Santos 2010); Já a presença de filhos de outra relação é considerada fator de risco de feminicídio (Campbell et al., 2003; Campbell et al., 2009);</li> <li>• Informação imprescindível à gestão do risco, uma vez que, a partir da mesma, o Magistrado e sua equipe poderão fazer os encaminhamentos para a rede de proteção e enfrentamento à violência doméstica, propiciando o atendimento integral de acordo com a complexidade de cada realidade vivenciada.</li> </ul>
<p><b>16.b. Qual a faixa etária de seus filhos? Se tiver mais de um filho, pode assinalar mais de uma opção:</b>  <input type="checkbox"/> 0 a 11 anos  <input type="checkbox"/> 12 a 17 anos  <input type="checkbox"/> A partir de 18 anos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os resultados da avaliação de risco requer uma intervenção integrada entre os serviços da rede de atendimento e envolve a elaboração de plano de segurança pessoal e plano de intervenção institucional com enfoque na proteção da mulher, dos filhos e de outros familiares envolvidos na situação de risco (Associação de Mulheres Contra a Violência et al, 2013; Glass, Eden, Boom &amp; Perrin, 2010 in Medeiros, 2015).</li> <li>• Informação imprescindível à gestão do risco, uma vez que, a partir da mesma, o Magistrado e sua equipe poderão fazer os encaminhamentos para a rede de proteção e enfrentamento à violência doméstica, propiciando o atendimento integral de acordo com a complexidade de cada realidade vivenciada. Desta forma, a especificação da faixa etária propicia o direcionamento para o serviço mais adequado.</li> </ul>

<p>16.c. Algum de seus filhos é pessoa com deficiência?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Famílias com prole numerosa, com filho (a) com deficiência, geram tensão e sobrecarga no contexto familiar, podendo ser fator para reincidência da violência.</li> <li>De acordo com o manual da AMCV (2013), situações de dependência, de prestação de cuidados tendem a gerar sobrecarga na dinâmica relacional, o que pode desencadear comportamentos violentos.</li> </ul>
<p>17. Estão vivendo algum conflito com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão pelo agressor?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em muitos casos, a disputa de guarda pode revelar contextos preexistentes de violência doméstica e motivar novas situações de violências, mesmo após a separação. (Oliveira, 2015)</li> <li>Questões relacionadas à guarda, visita e/ou pensão dos filhos podem gerar situações conflituosas e potencializar o acontecimento de violências. Essas questões podem, inclusive, ser usadas para controlar, e/ou intimidar a vítima, perpetuando ou agravando a situação de violência. (Ellis, 2017)</li> </ul>
<p>18. Seu(s) filho(s) já presenciaram ato(s) de violência do(a) agressor(a) contra você?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A transgeracionalidade da violência é considerado um fator de risco de reincidência. (Santos, 2010 in Medeiros, 2015). A exposição a tais vivências naturaliza a situação de dominação das mulheres pelos homens e da submissão feminina (Koller &amp; Narvaz, 2004 in Medeiros, 2015).</li> <li>Informação necessária para a gestão de risco, pois o magistrado e sua equipe poderão verificar se os filhos são vítimas indiretas da violência, subsidiando a aplicação das medidas cabíveis.</li> </ul>
<p>19. Você sofreu algum tipo de violência durante a gravidez ou nos três meses posteriores ao parto?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A violência durante a gestação está relacionada ao risco de feminicídio (Campbell et al., 2003).</li> <li>Limitações físicas e psicológicas decorrentes do período gestacional podem acentuar a situação de vulnerabilidade da mulher. Identificar episódios de violência durante a gravidez é relevante para a avaliação da dinâmica relacional (Medeiros, 2015).</li> <li>A Lei nº 13.104/2015 prevê causa de aumento de pena de feminicídio a prática do crime "durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto (art 121, §7º, I, do CP).</li> </ul>
<p>20. Você está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A violência na família durante a gravidez é considerada um fator de risco</li> </ul>

<input type="checkbox"/> Não	<p>significativo de maus tratos à mulher e às crianças (AMCV, 2013).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A violência na família começa muitas vezes ou intensifica-se durante o período de gravidez e está, muitas vezes, associada ao aumento das taxas de aborto, baixo peso do bebê à nascença, partos prematuros, lesões fetais ou morte fetal (AMVC, 2013).</li> </ul>
<p>21. Se você está em um novo relacionamento, as ameaças ou as agressões físicas aumentaram em razão disso?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter um novo relacionamento amoroso pode deixar a mulher mais vulnerável à violência cometida pelo ex-parceiro, que não aceita o término do relacionamento. A perda do controle sobre a mulher, o ciúme excessivo e o sentimento de posse em relação à vítima aparecem em vários casos de mortes de mulheres vítimas de feminicídio, e mesmo após a separação, o envolvimento posterior da mulher com outra pessoa é apontado como motivo do crime (Machado, 2015).</li> </ul>
<p>22. Você possui alguma deficiência ou doença degenerativa que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental?</p> <input type="checkbox"/> ) Sim. Qual(is)? <hr/> <input type="checkbox"/> Não	<ul style="list-style-type: none"> <li>A saúde mental da mulher deve ser avaliada. A identificação de transtornos psiquiátricos na mulher e o uso abusivo de remédios psicotrópicos são elementos que devem ser identificados como fatores de risco de feminicídio e de outras violências. (Walker, 1999; Santos (2010) in Medeiros, 2015</li> <li>As vítimas que são portadoras de deficiência, com experiência em doença mental ou em outra situação de especial vulnerabilidade, encontram-se em significativa desvantagem no acesso a serviços de apoio, por diversos fatores que devem ser considerados no processo de avaliação e gestão de risco (AMCV, 2013).</li> </ul>
<p>23. Com qual cor/raça você se identifica:</p> <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela/oriental <input type="checkbox"/> Indígena	<ul style="list-style-type: none"> <li>A interseccionalidade da violência contra a mulher é sinalizada pelo art 8º, II, VII, VIII e IX da Lei Maria da Penha como relevante na avaliação da vulnerabilidade das mulheres pertencentes aos distintos grupos raciais.</li> <li>Severi (2017) destaca que a violência doméstica é considerada um fator de risco para todas as mulheres, mas fatores como raça e etnia, dentre outros, conjugam-se de forma a agravar as condições de risco de determinados grupos.</li> </ul>

➤ BLOCO IV - OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Questões	Comentário
----------	------------

<p>24. Você considera que mora em bairro, comunidade, área rural ou local de risco de violência?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mulheres que moram em locais violentos, nas periferias e em áreas rurais isoladas estão mais vulneráveis à violência e têm mais dificuldade de acessar a justiça. Esses dados corroboram o fato de que a violência contra a mulher é maior em contextos de vulnerabilidade social. (Borburema, et. al., 2017)</li> </ul>
<p>25. Qual sua situação de moradia?</p> <p><input type="checkbox"/> Própria</p> <p><input type="checkbox"/> Alugada</p> <p><input type="checkbox"/> Cedida ou “de favor”. Por quem?</p> <p>_____</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A instabilidade de moradia, a ausência de local para morar após o rompimento, sobretudo, quando se tem filhos, agregada à vulnerabilidade socioeconômica, constituem-se fatores de permanência no ciclo, portanto, de reincidências para a violência.</li> </ul>
<p>26. Você se considera dependente financeiramente do(a) agressor(a)?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A dependência financeira do companheiro pode ser considerado um fator de reincidência da violência. Pesquisa qualitativa inédita denominada “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) em conjunto com o Instituto de Pesquisa DataSenado aponta que “as vítimas muitas vezes deixam de denunciar a agressão por dependerem economicamente do autor da violência, por medo de não conseguirem sustentar a si e a seus filhos. Ou ainda, nos casos em que não há dependência econômica, por vergonha da reação da família, dos amigos e da sociedade em geral.</li> </ul>
<p>27. Você quer e aceita abrigo temporário?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de lugar seguro para se abrigar é fator que incrementa a situação de risco a que a vítima está submetida.</li> </ul>

## PARTE II

### ➤ PREENCHIMENTO EXCLUSIVO POR PROFISSIONAL CAPACITADO

Questões	Comentário
<p>Durante o atendimento, a vítima demonstra percepção de risco sobre sua situação? A percepção é de existência ou inexistência do risco? (por exemplo, ela diz que o agressor pode matá-la, ou ela justifica o comportamento do agressor ou naturaliza o</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A percepção de situações de risco dentro do relacionamento abusivo, desperta na mulher um sentimento de alerta ou de medo frente ao eminente perigo, entretanto, o difícil reconhecimento por parte da mulher que certos comportamentos constituem</li> </ul>

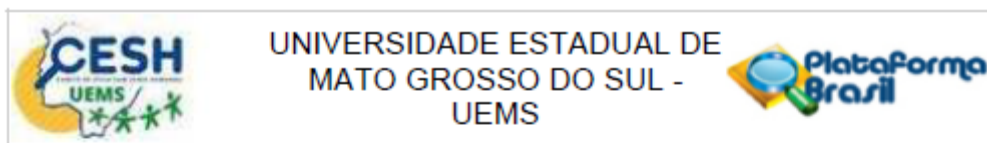
<p>comportamento violento?). Anote a percepção e explique.</p>	<p>violência a deixa mais vulnerável à escalada da violência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O reconhecimento dos fatores preditivos da reincidência da violência e a conscientização das vítimas, pode diminuir o impacto da tendência a subestimar ou minimizar o risco e facilitar a mobilização de recursos protetivos pessoais, interpessoais, institucionais e sociais (Medeiros, 2015).</li> <li>• A aceitação e a justificativa da mulher para o comportamento do abusador é um mecanismo de negação da dinâmica e que enfraquece o poder de reação da mulher e por conseguinte dificulta o rompimento do ciclo da violência.</li> <li>• Na maioria dos casos analisados no estudo coordenado por Machado (2015) foi possível identificar uma trajetória violenta na convivência, que resultou em feminicídio.</li> </ul>
<p>Existem outras informações relevantes com relação ao contexto ou situação da vítima e que possam indicar risco de novas agressões? (Por exemplo, a vítima tem novo(a) companheiro(a) ou tomou decisões que anunciam um rompimento definitivo com o agressor (pretende mudar de casa, bairro, cidade). Anote e explique.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisões que sinalizam o rompimento definitivo podem levar o agressor a novas violências, inclusive letais, vez que percebe a perda do controle sobre a parceira e a sobre a situação.</li> <li>• Caso a companheira de um homem violento peça a separação, ela está em condição de periculosidade (Medeiros, 2015).</li> <li>• O fim de uma relação, geralmente aquela encerrada pela mulher, representa um duro golpe em termos de transgressão de normas de gênero preponderantes nas visões desses homens (PCSVD<sup>Mulher</sup>, 2016)</li> <li>• Mulheres com deficiência, com doença mental e com grande dependência financeira, têm mais dificuldade de romper o ciclo da violência e estão mais suscetíveis à reiteradas violências. De acordo com o manual da AMCV (2013), as vítimas portadoras de deficiência e com experiência em doença mental enfrentam múltiplos riscos na dinâmica relacional.</li> </ul>
<p>Como a vítima se apresenta física e emocionalmente? (Tem sinais de esgotamento emocional, está tomando medicação controlada, necessita de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?) Descreva</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dependência emocional é um fator que deixa a mulher vulnerável às violências cometidas pelo parceiro. (Santos, 2010)</li> <li>• É considerado fator de risco de reincidência a mulher ter dificuldades de tomar decisões e baixa autoestima; e ser</li> </ul>

	<p>dependente emocionalmente do parceiro (Soares, 2005; Santos, 2010).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A saúde mental da mulher também deve ser avaliada. A identificação de transtornos psiquiátricos na mulher e o uso abusivo de remédios psicotrópicos são elementos que devem ser identificados como fatores de risco de femicídio e de outras violências. (Walker, 1999; Santos (2010)</li> <li>• Mulheres com sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático tendem a superestimarem o risco, enquanto aquelas que fazem uso abusivo de álcool subestimam o risco. (Cattaneo et al., 2007) superestimarem o risco, enquanto aquelas que fazem uso abusivo de álcool subestimam o risco. (Cattaneo et al., 2007)</li> </ul>
<p>Existe o risco de a vítima tentar suicídio ou existem informações de que tenha tentado se matar?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Síndrome da Mulher Maltratada, considerada uma subcategoria do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, é o adoecimento típico de mulheres reiteradamente agredidas, que prejudica a capacidade de a mulher prever quais ações serão efetivas para se proteger. Ela tende a ficar mais pessimista, e com a sensação que nada pode ser feito para modificar aquela situação. (Walker, 1999 in Medeiros, 2015)</li> <li>• Sintomas da Síndrome da Mulher Maltratada: isolamento da mulher e controle e poder por parte do agressor, distorção da imagem corporal; queixas físicas ou somáticas e ligadas à intimidade sexual; entorpecimento emocional e evitação comportamental da situação, por meio de minimização, de repressão, de negação e de depressão. (Walker, 1999 in Medeiros, 2015)</li> <li>• O estado depressivo desencadeia na mulher um sentimento de dor provocado pelas marcas da violência. Essa dor é traduzida por um sofrimento psíquico tão intenso que, em alguns casos, a morte é pensada como a melhor saída (Viera &amp; Hassen, 2017).</li> <li>• A mulher pode perceber o suicídio como única tentativa de findar a dor, considerada insuportável (Correia et al, 2018). É necessário compreender que a ideia de morte surge como um apelo desesperado por ajuda. (Fukumitsul, 2014)</li> </ul>
<p>A vítima ainda reside com o(a) agressor(a) ou ele tem acesso fácil à sua residência? Explique a situação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É importante observar também a dinâmica relacional nos fatores de risco.</li> <li>• Coabitação é considerado um fator de risco para o femicídio (Campbell et all,</li> </ul>

	<p>2007; Wilson &amp; Daly, 1993 in Medeiros, 2015).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O tipo de relacionamento, como namoro, casamento, união estável, é considerado relevante para o entendimento do risco. Morar com o autor das violências aumenta o risco de sofrer violências mais graves devido a maior possibilidade de controle e acesso à vítima (Tavares &amp; Medeiros, 2020)</li> </ul>
<p>Descreva, de forma sucinta, outras circunstâncias que chamaram sua atenção e que poderão representar risco de novas agressões, a serem observadas no fluxo de atendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O histórico de multiviolenças perpetradas em curto espaço de tempo e com o aumento gradual da intensidade é fator de alto risco.</li> <li>• Deve-se atentar à invisibilidade da violência de gênero sob perspectiva interseccional (raça/etnia, classe social, fatores incapacitantes), pois apresentam maiores fatores de risco, face as peculiaridades de cada grupo.</li> <li>• Aquelas que demonstram uma íntima relação entre religiosidade e comportamentos conservadores/rígidos, e que estão mais propensas a perdoar as agressões em razão dos papéis sociais/sexuais a ela atribuídos, configuram-se fatores de agravamento da violência.</li> </ul>
<p>Quais são os encaminhamentos sugeridos para a vítima?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As estratégias de intervenção devem ser pensadas junto a mulher, levando-se em conta a rede de apoio pessoal e familiar que ela dispõe, os equipamentos sociais que tem acesso na sua comunidade e a sua localização territorial.</li> <li>• A escolha da estratégia adequada deve levar em consideração os fatores de risco presentes no caso, bem como os recursos pessoais e da rede de apoio da mulher em situação de violência (Medeiros, 2015).</li> <li>• A perspectiva da vítima sobre a melhor forma de reduzir ou evitar deve ser ouvida, reconhecida e valorizada (AMCV, 2013).</li> </ul>
<p>A vítima concordou com os encaminhamentos? Sim ( ) Não ( ). Por que? _____</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os resultados da avaliação de risco devem conduzir à gestão do risco observado. Gerir riscos significa usar um conjunto de estratégias para evitar a reincidência ou o aumento da gravidade da violência (AMCV et al., 2013)</li> <li>• É necessário uma intervenção integrada entre os serviços da rede de</li> </ul>
	<p>atendimento e a elaboração de plano de segurança pessoal e plano de intervenção institucional com enfoque na proteção da mulher, dos filhos e de outros familiares envolvidos na situação de risco.(Associação de Mulheres Contra a Violência et al, 2013; Glass, Eden, Boom &amp; Perin, 2010).</p>

## ANEXO V

### Parecer consubstanciado do CEP



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RISCO E A PROTEÇÃO LEGAL ÀS MULHERES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

**Pesquisador:** GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 84401924.1.0000.8030

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.438.363

##### Apresentação do Projeto:

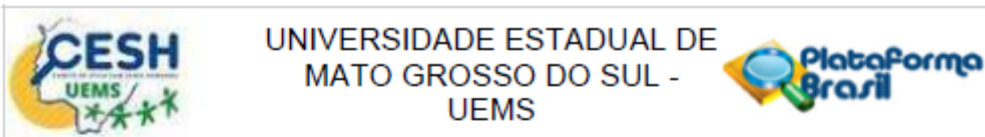
**Introdução:**

O projeto de pesquisa intitulado *“A construção discursiva do risco e a proteção legal às mulheres: uma análise crítica do gênero formulário Nacional de avaliação de risco”*, sob responsabilidade da pesquisadora Gabriela Piovesan Leitão Tibola, está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras - Unidade de Campo Grande, e tem como escopo investigar a relação entre linguagem e poder no contexto da Casa da Mulher Brasileira, de Campo Grande/MS (CMB/MS), analisando como os gêneros discursivos estruturam práticas sociais e influenciam a implementação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

Especificamente, o estudo se debruçará sobre o Formulário de Avaliação de Risco (FNAR), preenchido pelo setor psicossocial da CMB/MS, por meio do qual se efetivam diversas práticas sociais nas distintas esferas profissionais da CMB/MS.

Este trabalho é uma continuidade do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *“Violências contra as mulheres e políticas públicas: uma análise crítica dos discursos de trabalhadoras da Casa da Mulher Brasileira/MS”*, sendo parte do projeto de pesquisa maior *“A construção discursiva de si em políticas de combate às violências contra as mulheres: um estudo sobre a*

**Endereço:** : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, pliso superior  
**Bairro:** Cidade Universitária de Dourados - MS      **CEP:** 79.804-970  
**UF:** MS      **Município:** DOURADOS  
**Telefone:** (67)3902-2699      **Fax:** (67)3902-2364      **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.438.363

Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas, sob o CAAE 43775119.0.0000.8030.

Nesse sentido, a partir desse trabalho anterior, foi possível ter conhecimento sobre os documentos das diferentes esferas profissionais da CMB/MS e, com isso, o interesse em buscar compreender como esses documentos, especialmente o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR), impactam nas decisões das aplicações de políticas públicas.

A metodologia empregada na pesquisa é orientada pela Análise Crítica de Gênero Discursivo, fundamentada nas concepções teóricas e Bakhtin (2011), Bonini (2004), Bazerman (2020) entre outros. A pesquisa segue os preceitos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e busca conectar a linguagem às estruturas sociais ao examinar como o discurso contribui para a reprodução ou transformação das relações de poder e dominação em sociedades contemporâneas.

Com base nisso, o trabalho de pesquisa é constituído por três etapas.

A primeira é a descrição do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) a partir de uma análise documental do FNAR disponibilizado publicamente no documento Formulário de Avaliação de Risco FRIDA: um instrumento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, produzido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o objetivo de descrever e caracterizar o FNAR como gênero discursivo.

A segunda etapa compreende a realização de entrevistas semiestruturadas com pelo menos 01 delegada da DEAM e com operadores de políticas públicas que atendem na CMB/MS, especificamente pelo menos 01 assistente social que atua diretamente no preenchimento do FNAR. As entrevistas serão gravadas em áudio, após a autorização dos participantes, e segundo roteiro previamente informado. A entrevista se justifica por buscar compreender a avaliação do/as operadores das políticas públicas sobre a implementação do FNAR, bem como qual é a sua percepção sobre o formulário em relação às ações tomadas posteriormente.

Por fim, na terceira etapa, haverá a análise dos dados gerados pela entrevista, comparativamente à descrição do gênero realizada na etapa anterior.

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior  
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970  
UF: MS Município: DOURADOS  
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br

Página 02 de 05



Continuação do Parecer: 7.438.363

**Crítérios de inclusão e exclusão:**

O critério de inclusão para as/os participantes das entrevistas é: ser ou ter sido parte do quadro de profissionais da CMB-MS que atue ou já tenha atuado direta ou indiretamente no preenchimento e/ou avaliação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR).

**Objetivo da Pesquisa:**

**Primário:**

Analisar o gênero discursivo Formulário de Avaliação de Risco e suas relações dialógicas, especialmente nas práticas sociais da CMB/MS.

**Secundários:**

1. descrever o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) como um gênero discursivo;
2. apresentar os discursos das/os operadoras/es de justiça e políticas públicas sobre o FNAR no âmbito da CMB/MS;
3. analisar o modo como o FNAR se relaciona discursivamente com a execução das políticas públicas de combate às violências contra as mulheres.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Os riscos envolvidos na realização dessas entrevistas são: possível constrangimento, dano emocional, medo de não saber responder ou de ser identificado.

Esses riscos serão minimizados a partir das seguintes medidas: o(a) participante poderá encerrar a entrevista em qualquer momento; caso não queira ou não saiba responder alguma questão, com total liberdade para se isentar dessa; a entrevista é sigilosa e será realizada em local previamente escolhido pelo(a) participante; para garantir seu anonimato, nas transcrições das respostas serão utilizados pseudônimos e expressões generalistas que impeçam sua identificação.

**Benefícios:**

A pesquisa não prevê benefícios diretos aos participantes. No entanto, esta pesquisa poderá contribuir para melhorias nas práticas profissionais e de políticas públicas no combate da violência contra a mulher, bem como para o desenvolvimento das pesquisas na área de Estudos Críticos do Discurso e de Tecnologias Sociais.

**Endereço:** : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior  
**Bairro:** Cidade Universitária de Dourados - MS      **CEP:** 79.804-970  
**UF:** MS      **Município:** DOURADOS  
**Telefone:** (67)3902-2699      **Fax:** (67)3902-2364      **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.438.363

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto de pesquisa apresenta relevância para o fortalecimento de estudos sobre as questões de poder relacionadas à linguagem, especificamente, no contexto da Casa da Mulher Brasileira.

O estudo encontra sua principal justificativa na necessidade de compreender como os gêneros discursivos estruturam práticas sociais e influenciam a implementação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

De acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde, todos os termos de apresentação obrigatória estão em conformidade.

**Recomendações:**

Recomenda-se adequar a data especificada ao final do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido para o ano de 2025, pois conta a seguinte informação: ζCampo Grande, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024ζ.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

\* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

\*\* O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2447759.pdf	04/03/2025 13:07:08		Aceito

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloco A, sala 11, piso superior  
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970  
UF: MS Município: DOURADOS  
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.438.363

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa_Gabriela25.docx	04/03/2025 13:05:01	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Cronograma	cronograma_pesquisa_Gabriela.docx	02/01/2025 20:55:37	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Outros	FNAR.docx	11/12/2024 19:34:58	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoSecretariadaMulher.pdf	11/12/2024 19:27:51	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termodelegada.pdf	11/12/2024 19:27:03	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_assistentesocial.docx	31/10/2024 13:33:01	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_deam.docx	31/10/2024 13:31:06	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_29_assinado.pdf	30/10/2024 18:43:52	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	28/10/2024 21:53:00	GABRIELA PIOVESAN LEITAO TIBOLA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DOURADOS, 13 de Março de 2025

Assinado por:  
**LIDIANI FIGUEIREDO SANTANA**  
(Coordenador(a))

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior  
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS CEP: 79.804-970  
UF: MS Município: DOURADOS  
Telefone: (67)3902-2699 Fax: (67)3902-2364 E-mail: cesh@uems.br